

Maria Isabel Gomes Rodrigues Porto

**CRÔNICAS DA CIDADE:**  
**Jornalismo e Vida Urbana, Belo Horizonte 1928-1938**

Belo Horizonte, Agosto de 2008.

Maria Isabel Gomes Rodrigues Porto

**CRÔNICAS DA CIDADE:  
Jornalismo e Vida Urbana, Belo Horizonte 1928-1938**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Regina Helena Alves da Silva

Belo Horizonte, Agosto de 2008.



## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre necessários. Em um trabalho que consome dois anos de nossas vidas torna-se inevitável compartilhar a alegria de conseguir concluí-lo com pessoas que estiveram presentes nesta trajetória.

Ao Renato e ao João Francisco pelo amor, pela paciência e pelo compartilhamento da vida e da presença sempre confortante.

Aos meus pais, Carlos e Maysa, pelo amor, pela estrutura e pelas oportunidades desde sempre. À minha mãe, pelo compartilhamento teórico, pelas reflexões e pela crítica implacável. Aos meus irmãos, Pedro, Zilah, Ana e Nando, pela bagunça, pela companhia, pelo afeto, por tudo. À minha vó Zenaide, pelo carinho nesses árduos caminhos. À Mariana, presença de luz.

À Augusta, mãe substituta nas horas mais necessárias. À Denise, José Aguinaldo, Fernanda e Laura, pelo apoio sempre. Ao Tio Chico, pela valiosa interlocução das manhãs dominicais e pela contribuição bibliográfica. À Tia Sônia e Grazi pelos momentos de lazer e pelo transporte dos livros. Ao Celsinho, herdeiro do talento fotográfico da família Victor Gomes pela disposição e pela digitalização das imagens presentes nesta dissertação.

Vô Zinho, João Victor, Tia Lydia, Tia Thereza e Dona Conceição pelos ensinamentos em vida e pela presença espiritual.

À Lena pela acolhida, pela doação e pela orientação nos caminhos da história e nos rumos desta pesquisa.

Aos colegas de turma do mestrado pelas discussões sempre enriquecedoras. À Hellen, Vanessa e Regiane pela amizade. Aos funcionários da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais, pela dedicação aos antigos jornais, a despeito dos poucos recursos.

À Miriam, pela atenção. À Vera França, pela crítica na avaliação do projeto, responsável por fazer este trabalho entrar nos eixos do Jornalismo. Ao Elton Antunes pela contribuição no exame de qualificação, imprescindível para os rumos deste trabalho. Aos professores do Mestrado pelo aprendizado de teoria, prática e de vida. Em especial ao Bruno Leal e ao Paulo Bernardo Vaz pela oportunidade e pelo compartilhamento do exercício de docência. À Capes pela oportunidade e pelo financiamento. À todos, muito obrigada!

Maravilha de milhares de brilhos vidrilhos,  
Calma do noturno de Belo Horizonte...  
O silêncio fresco desfolha das árvores  
E orvalha o jardim só.  
Larguezas.  
Enormes coágulos de sombra.  
O polícia entre rosas...  
    Onde não é preciso, como sempre...  
Há uma ausência de crimes  
Na jovialidade infantil do friozinho.  
Ninguém.  
O monstro desapareceu.  
Só as árvores do mato virgem  
Perdurando a tapeçaria das ramagens  
Nos braços cabindas da noite.

Que luta pavorosa entre florestas e casas...  
Todas as idades humanas  
Macaqueadas por arquiteturas históricas  
Torres torreões torrinhas e tolices  
Brigam em nome da?  
Os mineiros secundam em coro:  
- Em nome da civilização  
Minas progride.  
Também quer ter capital moderníssima também...

(Trecho de *Noturno de Belo Horizonte*, Mário de Andrade, 1924)

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a identificar as imagens da cidade de Belo Horizonte constituídas através das crônicas sobre a vida urbana no período compreendido entre os anos de 1928 e 1938. Para tal, apresenta-se a crônica como um gênero jornalístico capaz de se constituir como registro do cotidiano. Discute-se a relação da produção jornalística com o contexto no qual ela se desenvolve, bem como as suas implicações na construção da realidade social, atuando como mediador do conhecimento acerca do espaço urbano.

Aborda-se as características gerais do planejamento e da construção da cidade de Belo Horizonte, nosso local de observação, para compreender como se relacionam as práticas sociais e os processos comunicativos, observando a influência do espaço na conformação das representações sobre a cidade.

Em seguida, apresenta-se o conceito de contrato de leitura, identificando as relações instituídas entre autores, leitores e a cidade a partir do texto. Buscou-se observar como as imagens representadas sobre o cotidiano de Belo Horizonte são forjadas nas relações que se fazem presentes naquele contexto. Nossa análise privilegiou a produção de três autores, Noronha Guarany, Carlos Drummond de Andrade sob os pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul e uma coluna anônima, “A Cidade” publicados em períodos e veículos diferentes dentro da temporalidade proposta, para observar quais as imagens de Belo Horizonte podem ser identificadas nestas crônicas.

**Palavras- Chave:** Jornalismo, Crônica, Cidade, Imagem, Contrato.

## ABSTRACT

This research intends to identify Belo Horizonte's images built through chronicles about its urban life published between 1928 and 1938. The chronicle, here, is presented as a journalistic genre, which is able to be part of the everyday life register. We discuss the relations among journalistic production and the context in which it is developed and its results on the construction of social reality as well, acting as a medium of the knowledge of the urban space.

We approach Belo Horizonte's planning and building general characteristics to understand how social practices and communicative processes are related to the space's influence on the city's representation.

Then we present the concept of reading contract, identifying the relations instituted among authors, readers and the city through text. We intended to observe how images represented Belo Horizonte's everyday life are forged on the relations which are present at that context. Our analysis focus on three author's production, Noronha Guarany, Carlos Drummond de Andrade, on the pseudonymous Antônio Crispim and Barba Azul and one anonymous column, "A Cidade", which were published on different periods and publications, inside the time period we proposed, to observe which of Belo Horizonte's images can be identified on those chronicles.

**Key Words:** Journalism, Chronicle, City, Image, Contract.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista parcial da Rua da Bahia na década de 1930 .....	55
Figura 2 – Vista Parcial da Praça Rui Barbosa (da Estação) na década de 1930 .....	55
Figura 3 – Vista parcial da Avenida Afonso Pena com as árvores, no final da década de 1930 .....	56
Figura 4 – Vista da Praça Raul Soares em 1936, após a revitalização .....	57
Figura 5 – Prédio localizado na Praça Rio Branco, construído entre 1934 e 1935 onde funcionava a Feira Permanente de Amostras e a Rádio Inconfidência .....	59
Figura 6 – Vista da Praça Sete de Setembro, no cruzamento entre Avenida Afonso Pena e Avenida Amazonas, um dos principais pontos do trajeto dos bondes .....	60
Figura 7 – Detalhe do cabeçalho da 1ª página do <i>Estado de Minas</i> em 09 de março de 1928 .....	72
Figura 8 – Localização da coluna “Saudades daqueles tempos” publicada por Noronha Guarany no <i>Estado de Minas</i> em 09 de março de 1928 .....	80
Figura 9 – Localização da coluna de Antônio Crispim, publicada no <i>Minas Gerais</i> em 28 de maio de 1931 .....	83
Figura 10 – Localização da coluna “Um minuto, apenas” publicada por Barba Azul no <i>Minas Gerais</i> em 17 de junho de 1931 .....	84
Figura 11 – Localização da coluna “A Cidade”, publicada no <i>Folha de Minas</i> em 28 de agosto de 1938 .....	91

Figura 12 – 1ª Página do Jornal <i>Minas Gerais</i> em 17 de junho de 1931 .....	96
Figura 13 – 1ª Página do <i>Folha de Minas</i> em 28 de agosto de 1938 .....	97
Quadro 1 – Relação das crônicas selecionadas para análise por Autor/Tema .....	09

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CRÔNICAS DA CIDADE</b>	<b>11</b>
<b>1.1- A Crônica como Gênero Jornalístico</b>	<b>11</b>
<b>1.2- O Cronista como Possibilidade de Existência do <i>Flâneur</i></b>	<b>17</b>
<b>1.3- O Jornalismo como Forma de Conhecimento da Cidade</b>	<b>24</b>
1.3.1- O Jornalismo como Leitura da Cidade	25
1.3.2- A Escrita da Cidade a partir do Jornalismo	28
1.3.3- A Crônica como Tática, o Jornalismo como Estratégia	33
<b>CAPÍTULO 2 – BELO HORIZONTE</b>	<b>36</b>
<b>2.1- A Cidade</b>	<b>36</b>
<b>2.2- A Imagem Projetada da Cidade</b>	<b>43</b>
<b>2.3- Imprensa Moderna na Nova Capital</b>	<b>67</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE E O CONTRATO DE LEITURA</b>	<b>75</b>
<b>3.1- O Público e o Privado nas Crônicas</b>	<b>75</b>
<b>3.2- O Contrato de Leitura na Representação da Cidade</b>	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 4 – CADA AUTOR, CADA IMAGEM, UMA CIDADE REPRESENTADA</b>	<b>100</b>
<b>CAPÍTULO 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>109</b>
<b>5.1- Fontes</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Mais que um trabalho de conclusão de dois anos de pesquisa no Mestrado em Comunicação, essa dissertação é um reencontro. Reencontro comigo mesma e com as paixões que despertaram meu interesse pelo jornalismo, como a crônica, a *flânerie* e a cidade. A partir da leitura das obras de João do Rio<sup>1</sup>, ainda na época da graduação, pude perceber uma diferença muito grande em relação ao texto jornalístico, aqui representado pela crônica, do início do século XX e o modelo de da redação jornalística atual, sobretudo em relação à construção textual e aos temas abordados. Isto despertou meu interesse em pesquisar os motivos que fizeram com que a prática e a escrita jornalística tivesse se modificado tanto neste período.

O primeiro passo da história que culminou na pesquisa desta dissertação foi o trabalho de conclusão de curso desenvolvido durante a graduação em Jornalismo. Naquele trabalho, buscou-se verificar se e como a mudança da postura do jornalista, a partir da profissionalização da atividade jornalística, que resultou na melhoria da apuração das informações repercutiu na imprensa belo-horizontina na década de 1920. Naquele trabalho, constatou-se que neste período a cidade de Belo Horizonte e o jornalismo local passavam por um período de acentuadas transformações e desenvolvimento significativo. Observava-se naquele contexto a consolidação de um processo de modernização dos meios gráficos e de racionalização do trabalho jornalístico. Concluiu-se que na medida em que as transformações sofridas pelo jornalismo se consolidam a crônica se readapta ao espaço do jornal, também se modificando.

O trabalho que aqui se apresenta é um desdobramento da minha perturbação inicial de compreender as transformações do jornalismo brasileiro no último século, incluindo a relação deste meio simbólico com a vida nas cidades. É também uma oportunidade de avançar na pesquisa sobre a história do jornalismo belo-horizontino e, sobretudo da relação entre o jornalismo e a o cotidiano urbano.

Busca-se identificar as imagens da cidade de Belo Horizonte constituídas a partir do jornalismo local entre os anos de 1928 e 1938. Para isso, tomamos a crônica como um gênero

---

<sup>1</sup> Com a sua observação aguçada sobre os acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, João se transformou em um dos maiores registradores da história e dos costumes cariocas da época, sendo considerado o primeiro *flâneur* brasileiro. Na passagem do século XIX para o século XX, a literatura brasileira vivia uma crise de paradigmas em função da reorganização da sociedade, da economia e da própria cultura nacional, que absorvia várias tendências da literatura européia. É possível afirmar que João do Rio, através da intensidade da sua observação do cotidiano urbano contribui de maneira muito significativa para a prática jornalística de sua época.



jornalístico que é capaz de se constituir como um instrumento de mediação da vida urbana em seu cotidiano. Nesse sentido, Braga(2001) aponta que o objeto da comunicação é, conforme proposto por Tarde (Tarde *apud* Braga, 2001), “uma espécie de mediação cotidiana do conjunto das relações sociais, da difusão das idéias e da formação das condutas que têm lugar na sociedade” (p.16). Espera-se que a partir das imagens da cidade constituídas em suas crônicas seja possível identificar também as relações sociais presentes no contexto da cidade de Belo Horizonte neste período e mais do que isso, a relação do jornalismo moderno com a vida da cidade. Considera-se que o jornalismo atue como uma forma de conhecimento acerca do urbano, interferindo na elaboração das imagens da cidade que são feitas pelos seus habitantes em um dado período de sua história.

A crônica é um gênero literário presente no jornalismo cotidiano, sendo capaz de apresentar dados de uma realidade experimentada. Por estas características, a crônica é objeto freqüente de estudos nas disciplinas da Literatura e da História, mas um tanto negligenciado pelas pesquisas em Comunicação. Há que se ressaltar que ela é, por sua aparição primordialmente no espaço do jornal e pelas vinculações do texto as relações sociais estabelecidas em um tempo e espaço determinados, um objeto de estudo da comunicação.

Essa pesquisa se desenvolve em diálogo com outras disciplinas que nos são úteis para a compreensão das especificidades do ambiente urbano sem deixar de considerar que a comunicação, nosso foco principal, encontra-se na interface dessas disciplinas. Braga (2001) afirma que o campo da comunicação está sendo construído com um compartilhamento teórico com outras disciplinas e pesquisadores de outras áreas, que trazem uma abordagem relevante do ângulo interacional. Mas ele apresenta como o desafio da constituição do campo, para os pesquisadores em comunicação, a transposição de um fato das relações humanas e sociais para lugares cognitivos na área da comunicação, ou seja, identificar o que há de comunicação nos processos sociais, uma vez que é papel do próprio campo da comunicação propor as questões que irão guiar a pesquisa comunicacional e determinar qual o tipo de interdisciplinaridade o interessa. No caso desse estudo, parte-se da noção de que a comunicação e o jornalismo atuam como agentes de mediação do espaço urbano, sendo capazes de constituir imagens da cidade que são significadas a partir do encontro com o receptor. A inserção social do receptor no momento da recepção, o lugar ocupado por ele no mundo e o contexto em que ele se insere são fatores que interferem no processo de mediação e são também objetos de estudos de outras ciências, como a sociologia, a história e a geografia. Por isso, ao se desenvolver uma pesquisa sobre a relação do jornalismo com a vida

da cidade devemos levar em consideração as especificidades do desenvolvimento da comunicação no contexto urbano específico.

Nesse sentido, pretende-se empregar o termo *estudo de caso* com o cuidado metodológico defendido por Braga (2007) que aborda a Comunicação como uma disciplina indiciária, a partir da noção discutida por Ginzburg<sup>2</sup>. Ao analisar a oposição entre cultura popular e cultura dominante na Itália durante o século XVI, Ginzburg (1987) discute a questão da legitimidade das fontes utilizadas nos estudos sobre as culturas populares. Segundo ele, as culturas populares são baseadas na oralidade, por isso, há o risco de ao se constituírem como fontes escritas “e, em geral de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante” (Ginzburg, 1987, p.18), chegarem até nós deformadas pelos filtros e intermediários. Este autor aponta que as fontes que chegam até nós como índices, vestígios de um passado não são objetivas, podem ter sido deformadas pelas transcrições, traduções e outras formas de apropriação, mas isto não significa que elas não possam fornecer dados importantes para uma interpretação dos comportamentos, fatos e acontecimentos em questão na análise.

Na elaboração de um estudo de caso é preciso observar as condições sociais e econômicas em que os objetos empíricos são produzidos. Ou seja, é preciso apreender o processo de produção dos jornais belo-horizontinos para observar as forças políticas e econômicas que conformam o espaço do jornal e podem interferir em seu conteúdo. Ao interpretar os dados encontrados na pesquisa deve-se levar em consideração essas possíveis interferências. Na impossibilidade de reconstruir em sua totalidade culturas extintas e reconstituir o ambiente histórico, social e cultural em tempos passados deve-se:

respeitar o resíduo de indecifrabildade que há nela e que resiste a qualquer análise não significa ceder ao fascínio idiota do exótico e incompreensível. Significa apenas levar em consideração uma mutilação histórica, da qual, em certo sentido, nós mesmos somos vítimas. “Nada do que aconteceu deve ser perdido para a história” lembrava Walter Benjamin. Mas “só à humanidade redimida o passado pertence inteiramente”. Redimida, isto é, liberada. (Ginzburg, 1987, p.34)

Pode-se inferir que para Ginzburg, o paradigma indiciário constitui uma forma de interpretação das fontes, na qual elas funcionam como indícios e não como garantias fechadas, acabadas ou inequívocas de conhecimento do passado. As fontes devem ser

---

<sup>2</sup> Carlo Ginzburg é um historiador italiano que pesquisou a história de um moleiro perseguido pelo Tribunal da Inquisição da Igreja Católica durante a Idade Média. Este pesquisador realizou seu trabalho através de arquivos eclesiais, considerados parte da cultura dominante. Ele observa o modo como o indivíduo protagonista de sua pesquisa é retratado nestas fontes, o que demonstra da tensão entre a cultura dominante e o modo distorcido que a cultura popular é mostrada. Por isso, Ginzburg propõe uma abordagem questionadora sobre as fontes utilizadas em pesquisas.

interpretadas criticamente a partir delas próprias e em relação ao contexto em que são produzidas. Elas não podem ser tomadas como verdades inquestionáveis capazes de carregarem em si o passado em toda a sua complexidade, porque efetivamente não o fazem. Ao ficar preso ao que as fontes dizem literalmente, sem criticá-las, interpretá-las, fazer inferências ou questioná-las, corre-se o risco de se construir trabalhos meramente descritivos, parciais ou equivocados.

Posto isso, Braga (2007) afirma que os estudos de caso construídos de acordo com o “paradigma indiciário”<sup>3</sup> de Ginzburg podem ser aliados na construção de uma epistemologia adequada à consolidação do campo da Comunicação, desenvolvendo a partir dos indícios encontrados uma reflexão teórica própria ao campo. Além de trabalhar na seleção e organização dos indícios, a pesquisa em Comunicação deve primar pela articulação de inferências a partir destes indícios. Essa articulação de inferências pode contribuir para o desenvolvimento de novas teorias relacionadas ao campo e também diminuem consideravelmente o risco de se encontrar trabalhos apenas descritivos, que não trazem grandes contribuições para a consolidação desta área de conhecimento. Em um campo de conhecimento recentemente constituído, como no caso do campo da Comunicação, é importante realizar pesquisas que permitam observar o desenvolvimento das práticas comunicativas em determinados contextos sociais, porque esta observação permite vislumbrar a própria configuração do campo e suas eventuais transformações.

No caso de nosso estudo, a impossibilidade de se conhecer o passado em sua totalidade nos permite que os vestígios que chegam até nós, através das crônicas, nos sirvam como pistas. Estas pistas não são capazes de reconstituir o todo, mas nos permitem fazer inferências sobre a relação entre os meios de comunicação e a vida da cidade e sobre as relações sociais que se fazem presentes em um dado contexto histórico e social.

É a partir de restos e vestígios que chegam do passado ao presente também que podemos recontar as histórias que envolvem prioritariamente as ações comunicacionais do passado. Muitas vezes, nessas ações o objetivo último é prefigurar os sistemas de comunicação existentes em um dado momento e lugar. Nesse instante, a história que afinal é comunicação, se torna história da comunicação. (Barbosa, 2007, p. 04)

É nessa perspectiva que apresenta-se uma pesquisa sobre a comunicação na sua relação com a vida cotidiana. Acredita-se que a perspectiva de reconstrução do contexto

---

<sup>3</sup> O paradigma indiciário é um modelo metodológico desenvolvido no campo da História ao qual Braga (2007) afirma que pode ser uma contribuição importante para o desenvolvimento metodológico do campo da Comunicação.

histórico em que se originam pode auxiliar a compreensão do desenvolvimento dos processos comunicativos que permearam a vida social belo-horizontina no decorrer da década de 1930. Isso indica o modo como as fontes recolhidas e selecionadas para este trabalho foram tratadas. Se as crônicas sobre o cotidiano de Belo Horizonte projetam em si imagens possíveis da cidade, é preciso estar atento ao lugar social em que essas imagens são forjadas. Sendo o jornal impresso fruto de empreendimentos políticos, institucionais ou empresariais é preciso delimitar até que ponto estas características se mostram presentes no relato dos fatos. É preciso observar as configurações dos grupos sociais dirigentes dos jornais que as veicularam, a dinâmica da produção jornalística naquele período e a relação dos jornais com a cidade inspirada na idéia de ser moderna.

Busca-se fundamentar os procedimentos analíticos empregados nesta pesquisa no modelo classificado por Becker (2008) como análise narrativa. Conforme Becker (2008), “estilos de análise narrativos concentram-se em encontrar histórias que expliquem o que Isso é (“Isso” sendo qualquer coisa que queremos compreender e explicar) e como se deu dessa maneira” (p. 84). Pode-se dizer que este trabalho constitui uma tentativa de realização de análise narrativa, uma vez que procura-se identificar as possíveis imagens da cidade de Belo Horizonte em um dado período temporal com base nas crônicas produzidas por cronistas daquele período. Estas crônicas se originavam da observação do cotidiano urbano pelos cronistas e após sua publicação no espaço jornal reverberavam sentidos para a sociedade local, passando a atuar na composição do imaginário da cidade. E é a partir do imaginário constituído ao longo dos anos que se forma e consolida a identidade urbana. O bom resultado ao qual as análises narrativas devem chegar é considerado por Becker (2008) como “uma história que mostra como esse processo tinha de levar a esse resultado” (p. 84). Por isto a nossa intenção neste trabalho é identificar as origens e os motivos que constroem as imagens, observando como as representações construídas pela prática jornalística são conformadas. Para compreender como as imagens e representações são forjadas é preciso estar atento ao espaço social e às forças econômicas e culturais que atuam no contexto em que elas são produzidas. Segundo Becker (2008), para se compreender os eventos sociais ou as representações constituídas acerca deles é necessário compreender o “processo pelo qual eles vieram a acontecer, não buscando as condições que tornaram sua existência necessária” (Becker, 2008, p. 88). Ele aponta que as representações são produtos das interações sociais que constituem a história que as leva a ser como são. É nesta perspectiva que as crônicas selecionadas para este trabalho são analisadas, como produtos do processo histórico e social de constituição do espaço urbano de Belo Horizonte.

Williams (2003) entende a comunicação como um processo social baseado na troca e no compartilhamento de experiências vividas, que pode levar o sujeito a ressignificar sua própria experiência a partir da entrada de novos conhecimentos, outras práticas culturais, do confronto de idéias e opiniões que podem proporcionar a adoção de novas práticas cotidianas. Para este autor, existe uma dificuldade de se estudar o passado, em função da dificuldade de se resgatar as relações que permeiam determinada organização social (p.56). Ou seja, dada a distância temporal com o período estudado, surge o impedimento de se apreender as relações que permeiam os processos comunicativos e as práticas sociais nessas épocas. Na investigação proposta, ao articular a discussão entre a cidade, o jornal e a crônica, pretende-se abarcar as relações presentes no processo comunicativo no espaço urbano.

Procura-se delimitar em um dado período temporal, 1928-1938, considerado de importantes transformações para a cidade de Belo Horizonte e sua imprensa, a produção de crônica de dois autores, Noronha Guarany<sup>4</sup> e Carlos Drummond de Andrade, abrigado sob o uso dos pseudônimos Antônio Crispim e Barba Azul, que desempenharam papel fundamental no jornalismo daquele período. Soma-se a estes autores uma seleção das crônicas publicadas na coluna “A Cidade”, cuja produção empenhava-se em discutir o desenvolvimento urbano da Capital.

O critério de seleção das crônicas nas colunas escolhidas foi definido anteriormente à coleta dos dados, com base em quatro temas que podem ser capazes de refletir a vida social da cidade de Belo Horizonte naquele período, que são: Hábitos, Lugares, Memória, Crítica Social. Espera-se que a partir destes temas seja possível identificar a constituição de imagens da cidade e mais do que isso, estabelecer a relação das crônicas e dos cronistas com a Belo Horizonte da década de 1930. Estes temas, ao se fazerem presentes nas crônicas do jornalismo diário podem fornecer dados para uma interpretação mais apurada do conjunto da vida cotidiana belo-horizontina e demonstrar a relação de cada um desses cronistas/jornalistas com a cidade de Belo Horizonte. Cabe ressaltar que muitas das crônicas podem ser classificadas em mais de um tema. Para estes casos, optou-se por considerá-las de acordo com a temática predominante.

No processo de coleta das crônicas foi possível perceber que estes temas se fazem constantemente presentes nos textos, sendo ancorados pela narração de um fato ou episódio

---

<sup>4</sup> A análise da coluna “Saudades daqueles tempos” e do jornal *Estado de Minas* no ano de 1928, bem como parte da discussão da crônica como gênero jornalístico, constituem parte da monografia de conclusão do curso de Especialização em Jornalismo pela PUC-Minas, em 2006, intitulada “A crônica no jornalismo moderno de Belo Horizonte: Estado de Minas, 1928”.

da época. Esses temas podem nos oferecer um panorama do cenário da cidade de Belo Horizonte com a atuação cotidiana de seus habitantes, através do relato de práticas de significação e apropriação do espaço urbano, bem como das relações sociais que se estabeleciam neste contexto. Através destes temas, pode-se observar também a configuração do jornalismo no cotidiano desta cidade, marcada pela sombra de sua imagem projetada. Cabe ressaltar que os temas utilizados como critérios de seleção das crônicas possuem relações entre si, por isso, ao longo da dissertação optou-se por não analisá-los de forma isolada. Nos casos possíveis, a análise das crônicas foi realizada confrontando-as com os dados disponíveis sobre a história de Belo Horizonte.

Em *Hábitos* foram selecionadas as crônicas que abordam a vida e os modos de viver a cidade pelos seus moradores, demonstrando costumes e tradições que se faziam presentes no cotidiano da cidade. Na categoria *Lugares*, consideramos as crônicas nas quais a cidade e seus espaços não compõem apenas o cenário, mas sim o assunto da crônica. Por *Crítica Social* tomamos as crônicas em que os cronistas dão visibilidade a aspectos não antes percebidos, esquecidos ou ignorados, muitas vezes, pelo incômodo que causa a situação, ou mesmo pela pressa do dia-a-dia e pela atividade febril das grandes cidades. “As crônicas mantêm o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência, e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social”. (Candido, 1992, p.17-18). No caso de Belo Horizonte, pode-se perceber que as crônicas que contém crítica social o fazem veladamente e dão conta do crescimento dos bairros suburbanos e da aproximação cultural entre os moradores dos subúrbios e da zona urbana ocupada pela elite social.

Em *Memória*, consideramos que a memória permeia o processo de criação das crônicas, sendo em muitos casos a essência principal da escrita do cronista. É ela que alimenta a percepção, a versão, a imagem da cidade ou dos fatos que são construídas pela crônica. Desta forma, estabelece-se um trânsito do olhar em via de mão dupla, entre realidade social, memória e crônica. A memória é o fio condutor de muitas crônicas, o que também as torna indícios de um mundo que existiu e que as constitui como um registro histórico do cotidiano da cidade. Ressalta-se que aqui nos interessa a memória da cidade narrada pelos cronistas, da relação entre o autor e a cidade.

A pesquisa é constituída pela coluna de crônicas sobre a cidade de Belo Horizonte presentes no jornal *Estado de Minas* no ano de 1928, “Saudades Daqueles Tempos”, de autoria do advogado e jornalista Noronha Guarany, publicada às vezes semanal e às vezes quinzenalmente. A coluna começa a circular no dia 09 de março de 1928 se extingue em

novembro daquele ano, num total de 24 edições, das quais escolhemos, de acordo com as temáticas pré-definidas, 08 para a nossa análise. Uma curiosidade sobre este autor é que na década de 1930, Guarany aparece como diretor do diário *Minas Gerais*, também abordado neste estudo.

No *Minas Gerais*, diário oficial do Estado, nos anos de 1930 a 1934, nos interessa as crônicas produzidas por Carlos Drummond de Andrade, sob os pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul. Observa-se que Antônio Crispim publica suas crônicas neste jornal entre março e junho de 1930, num total de 20 crônicas. Drummond retoma a publicação de crônicas no uso deste pseudônimo no mês de maio de 1931, com 12 textos. Desse total de 32 crônicas, selecionamos um total de 20 crônicas. Utilizando o pseudônimo de Barba Azul, entre os meses de junho e julho de 1931 Drummond publica 42 crônicas no jornal *Minas Gerais*, entre as quais escolhemos 10 crônicas. Em 1932 e 1934, Drummond publica crônicas esporádicas sob o pseudônimo de Antônio Crispim, num total de 03 edições.

Também constitui nosso objeto empírico as crônicas presentes no jornal *Folha de Minas* que nasce como um empreendimento político no ano de 1934 e possuía uma organização que, até o final do ano de 1935 podia ser caracterizada como empresarial. Neste jornal a página 03 é sempre dedicada ao tratamento das questões urbanas, por meio de crônicas, notícias e reclamações referentes à cidade. Em meados de 1938, quando começa a ser publicada a coluna “A Cidade”, o jornal estava sob controle do grupo político que comandava o Estado, pois por causa das dívidas, no fim de 1935, o jornal passa para a propriedade dos bancos oficiais. Esta coluna trazia crônicas sobre a vida urbana e o crescimento da cidade de Belo Horizonte. Para esta coluna nossa seleção é feita a partir das crônicas publicadas durante o segundo semestre de 1938, que contabilizam um total de 35 edições, das quais selecionamos para este trabalho 25 crônicas, selecionadas de acordo com os temas abordados.

AUTOR \ TEMA	Hábitos	Lugares	Memória	Crítica Social	TOTAL
Noronha Guarany (1928)	01	02	05	-	08
Antônio Crispim (1930-1931)	07	07	03	03	20
Barba Azul (1931)	07	-	-	03	10
"A Cidade" (1938)	08	06	01	10	25

Quadro 01- Relação das crônicas selecionadas para análise por Autor/Tema

Espera-se que a partir desta delimitação seja possível observar como as crônicas sobre a cidade de Belo Horizonte manifestam-se em relação à vida urbana e conformam imagens da cidade, relacionando-as com a imagem inicialmente projetada para Belo Horizonte. Observa-se durante o período estudado a consolidação de um fazer jornalístico em Belo Horizonte caracterizado por Linhares (1997) como moderno. O primeiro capítulo deste trabalho enfoca a construção da realidade a partir da produção jornalística. Caracteriza-se a crônica como um gênero literário que não apenas se divulga pelo jornal, mas que representa uma forma de se fazer jornalismo, haja visto que suas principais características são a atualidade e a informação. Em seguida, apresenta-se o jornalismo como uma técnica de conhecimento da realidade social urbana. Faz-se também a abordagem sobre a relação da crônica e do jornal impresso como conhecimento da realidade urbana, caracterizando-os como os principais mediadores da vida urbana neste período.

No segundo capítulo, discute-se a situação da cidade de Belo Horizonte naquele período, compreendendo a relação entre imagem, cidade e a possibilidade do jornalismo, principalmente por meio das crônicas, constituir imagens da cidade, de modo a desvelar as relações sociais e as formas de uso e apropriação<sup>5</sup> do espaço urbano que se faziam presentes naquele contexto. Também neste capítulo estabelece-se a relação entre a imagem que foi projetada para a nova Capital, a partir do seu processo de planejamento e as imagens que

<sup>5</sup> Ao se referir à cidade, o termo apropriação é empregado neste trabalho no sentido apresentado por Ferrara (2000) “apropriação é o espaço da cidade qualificado, informado pelo uso; cidade como espaço habitado, vivido, qualificado, modificado: espaço socializado, espaço social” (p.123).



emergem das crônicas sobre esta cidade, observando as representações sobre este espaço urbano que são construídas a partir do discurso jornalístico<sup>6</sup>.

No terceiro capítulo, aborda-se a relação entre autores e leitores das crônicas a partir do conceito de contrato de leitura discutido em Véron (2004), Eco (2002), Charaudeau (2006) e Jost (s.d). Observa-se como os textos produzidos por diferentes autores são capazes de dialogar com o leitor, estabelecendo uma relação variável de acordo com a proposta do autor. Esta relação instituída a partir do texto é capaz de trazer à tona diferentes percepções acerca da cidade. As imagens da cidade que emergem das crônicas sobre o seu cotidiano dizem de uma relação estabelecida entre o jornal e a vida urbana, na qual ele se constitui como mediador do conhecimento acerca da cidade e, ao mesmo tempo como portador de indícios que permitem compreender uma época e desvendar parte da história da comunicação que se desenvolve neste local específico.

No quarto capítulo apresentam-se as considerações finais desta pesquisa, resgatando as características gerais que compõem as imagens da cidade de Belo Horizonte, com base nos temas que nortearam a seleção dos textos. Traça-se também um panorama das imagens que podem ser identificadas nas crônicas dos diferentes autores analisados, relacionando-o com o contexto social e o jornalismo praticado naquele espaço urbano no período delimitado para a pesquisa.

---

<sup>6</sup> A análise sobre a modernização da imprensa belo-horizontina constitui parte da pesquisa realizada para a elaboração da monografia de conclusão do curso de graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário Fumec, em 2003.

## CAPÍTULO 1

### CRÔNICAS DA CIDADE: JORNALISMO E VIDA URBANA

#### 1.1- A Crônica como Gênero Jornalístico

A crônica é um gênero literário que faz parte da história do jornalismo em seu processo de evolução. Este gênero trazia o registro do cotidiano sob o ângulo de observação dos cronistas para as páginas dos jornais diários, responsáveis pela popularização deste tipo de texto. A crônica precede a reportagem e constitui o principal elo entre a narrativa jornalística e a literatura. Assim, pode ser considerada como uma observação da cidade capaz de se constituir enquanto uma narrativa polifônica, pela qual o olhar do cronista emana uma série de pontos de vista e impressões acerca de um fato, por vezes banal.

Ao discutir a questão do jornalismo como uma das inúmeras formas do gênero literário, Alceu Amoroso Lima (1969) apresenta o que caracterizaria o gênero jornalístico, como um tipo de composição estética determinada por normas objetivas.

O que faz o gênero jornalismo não é o **meio** de expressão, é o **modo** de expressão, é a natureza da expressão. E a marca principal, como vimos, é de uma apreciação e não uma criação em si, sob a forma de ficção, de biografia ou de crítica. É uma certa apreciação, a apreciação de acontecimentos, dos fatos do **dia-a-dia**. (Lima, 1969, p.42)

Com base na discussão proposta por Lima (1969), pode-se definir o jornalismo como uma prosa de apreciação dos acontecimentos e isso nos permite inferir que além de um gênero literário, a crônica seja um gênero essencialmente jornalístico. Para este autor, o “bom jornalismo” se difere do “modo apressado de escrever e falar sobre as coisas”. Dada as transformações passadas pelo modo de produção jornalística, pode-se inferir que a notícia e sua forma de estruturação constituam o que Lima (1969) considera o modo apressado de escrever e falar sobre as coisas. Ele aponta ainda que o fato é o elemento principal do jornalismo, e é também o “dato especificador de sua autonomia como atividade literária” (Lima, 1969, p. 45), caracterizando o trabalho jornalístico pelos seus aspectos de informação, atualidade, objetividade e estilo.

Melo (1994) afirma que o “jornalismo se articula necessariamente com os veículos que tornam públicas suas mensagens, sem que signifique dizer que todas as mensagens ali contidas são de natureza jornalística” (p.12). A crônica encontra no jornal o espaço para tornar pública uma observação do cotidiano, de conteúdo rico nas informações sobre os fatos observados. Neste sentido, Lima (1969) afirma que o gênero jornalístico não é determinado pelo que é veiculado ou não no espaço do jornal, lembrando que muito do que se encontra no jornalismo diário não pode ser considerado como jornalístico. Ao considerar a crônica como um gênero jornalístico fundamenta-se que a crônica é uma prosa de apreciação de acontecimentos cotidianos atuais, que apesar de possuir uma forma alternativa à objetividade extrema normalmente aplicada às demais formas do jornalismo representa um estilo de redação que é característico do trabalho jornalístico.

Segundo Barbosa (2007), considerar a literatura como registro de uma época é perceber que “um autor deixa transparecer na sua obra não apenas sua subjetividade, mas o seu próprio tempo” (p. 12). Neste sentido, a crônica como gênero jornalístico possui as características de um:

texto literário – artefato de criação de um autor que constitui ambientes e valores nos seus relatos – espelha a visão de mundo, as representações, as idéias de um dado momento histórico cultural, podendo ser lido como materialização das formas de pensar, das emoções e do imaginário de um dado período. (Barbosa, 2007, p.12).

Posto isso, acrescenta-se que neste trabalho a crônica é abordada como um rastro do passado que chega até o tempo presente, orientando a busca do tempo passado e de suas marcas contidas nesses rastros. Conforme Ricoeur citado por Barbosa (2007) “o significado do passado permanece preservado em seus vestígios, trazidos ao tempo presente e interpretados no presente numa cadeia de significação” (p. 11). Ou seja, os rastros do passado trazem as inscrições de um mundo que viveu, tornando possível recuperar e reinterpretar o passado. É neste sentido que a crônica pode se constituir como um rastro.

A crônica é uma narrativa urbana, em diálogo com o contexto social que presencia. Para Arrigucci (1987), os centros urbanos e sua dinâmica social se tornam o ambiente propício para o desenvolvimento da atividade dos cronistas que fazem o relato dos *faits-divers* cotidiano.

A crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre

insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. (Arrigucci, 1987, p.53)

A crônica não surgiu junto com o jornal, mas foi popularizada quando este se tornou cotidiano, com maior circulação de exemplares e conteúdo acessível, ou seja, a partir da segunda metade do século XIX. Arrigucci (1987) aponta ainda que, para compreender a crônica “em seu modo de ser e significação”, deve-se analisá-la em sua relação com o processo produtivo da empresa jornalística que a veicula. Ele afirma que no Brasil, a crônica não pode ser considerada apenas um “apêndice do jornal”, pois teve um desenvolvimento muito significativo, com dimensão estética própria e determinada autonomia em relação ao jornal.

Machado de Assis, um dos principais fundadores da crônica moderna, citado por Portella (1996), define os cronistas como “os beneditinos da história mínima”, por tratarem em textos leves e despretensiosos de fatos aparentemente banais do cotidiano das cidades. Este autor apresenta o que considera uma contradição interna da crônica, que apesar de se constituir um gênero literário, retrata acontecimentos efêmeros e é destinada ao consumo imediato. A relação da crônica com uma determinada temporalidade é expressa no texto pela ordenação cronológica dos fatos e pela sucessividade, e foi desta vinculação temporal que teve origem o nome do gênero, derivado de *chronos*, tempo em grego.

Ao considerarmos a crônica como gênero jornalístico não nos baseamos somente em sua estreita relação com o jornal impresso, que a popularizou. Ela tem características próprias do texto jornalístico que são a atualidade e o caráter factual. A atualidade é considerada por Sousa (2002) o principal referente do discurso jornalístico, sendo o fato o que alimenta a produção deste discurso. Isso permite inferir que a crônica, assim como a notícia é uma forma de organização do texto jornalístico. Ressalta-se que como formas de organização do discurso jornalístico elas apresentam as características dessa prática discursiva, caracterizadas por Sousa (2002) como produto das interações entre diversos fatores de natureza social, ambiental, econômica e cultural e do contexto em que esta produção está inserida. A recepção do discurso jornalístico pelo público é autônoma, sendo os sentidos atribuídos pelo indivíduo de acordo com o seu posicionamento frente ao mundo, suas crenças e seus valores.

A crônica é fruto da observação do cronista e constitui um relato rico em informações sobre os fatos do cotidiano. Nesse sentido, Sousa (2002) aponta que existem formas alternativas de estruturação do texto noticioso, sendo a crônica uma delas. O jornalismo e a

forma do texto jornalístico sofreram transformações significativas ao longo do seu desenvolvimento em virtude de circunstâncias históricas e sociais enumeradas por Sousa (2002, p.92) como o aumento do volume de informações e as tecnologias que propiciaram sua circulação cada vez mais ágil; o surgimento de novas técnicas de impressão; o aumento dos índices de alfabetização e a acelerada urbanização das cidades; o “aparecimento de empresas jornalísticas direcionadas para o lucro e não para a doutrinação ideológica”; o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade geradas a partir do avanço tecnológico e da vivência no espaço urbano. Com isso, a crônica e outras formas alternativas de estruturação do texto noticioso foram escasseando das páginas dos jornais em função da necessidade de racionalização do espaço e da técnica, cedendo lugar à notícia.

A preferência pela notícia em detrimento de outras formas informativas pelo discurso jornalístico teve início nos Estados Unidos a partir de 1830, conforme aponta Sousa (2002), a partir do advento da imprensa popular. Quase um século depois, as transformações que modificaram a prática jornalística norte-americana começam a ser notadas no jornalismo brasileiro. Na década de 1920 a prática jornalística brasileira é fruto de um processo que se inicia à época da proclamação da República, em 1889.

Na década de 1920, o jornal impresso constituía o principal e mais acessível meio de comunicação nos centros urbanos. Nos primeiros anos do século XX, torna-se mais comum encontrar jornais de circulação diária. Neste período o jornalismo brasileiro abre espaço para a caricatura e a reportagem gráfica, mas o que o caracteriza neste início de século é, segundo Bahia (1990), a opção pela notícia.

Entre 1910 e 1920, os jornais brasileiros investem na cobertura internacional, por meio do envio de correspondentes, uma vez que o trabalho da agência *Havas*, de origem estrangeira, era insuficiente para a demanda existente de notícias internacionais. Por isso, em 1918, Olavo Bilac associou-se a Cásper Líbero para fundar a *Americana*, a primeira agência brasileira de notícias. Sousa (2002) apresenta a expansão do noticiário internacional como um fator que contribuiu para a proliferação do formato notícia em pirâmide invertida<sup>7</sup>, em função “da necessidade de enviar a informação por telégrafo, ato significativamente caro” (Sousa, 2002, p.92). Nesta época, o noticiário político busca se tornar menos panfletário e as ocorrências locais também conquistam espaço nas páginas dos jornais.

---

<sup>7</sup> De acordo com Sousa (2002), a pirâmide invertida é o modelo narrativo empregado na construção da notícia, no qual o “conteúdo mais importante da notícia, que prefigura o lead”. O lead é uma rotina de produção na qual o jornalista ao redigir a notícia deve começá-la respondendo à cinco questões consideradas básicas para informar o leitor.

A aceleração do processo de modernização da impressão dos jornais é um fato que também merece destaque. O jornalismo começa a assumir seu lugar próprio na vida social, deixando de servir somente enquanto aparelho de difusão do ideário político. Bahia (1990) afirma que o surgimento do rádio no Brasil, em 1922, acelerou a tendência de profissionalização do jornalismo impresso, que busca manter seu público frente ao advento do novo meio de comunicação. O rádio instigou as transformações do jornalismo brasileiro neste período, uma vez que imprimiu agilidade ao processo comunicativo.

Com as transformações que a crônica sofre neste período, ela se aproxima ainda mais da vivência cotidiana do factual, de onde extrai sua matéria essencial e reforça a sua vinculação temporal com a atualidade, que a torna um estilo próprio do jornalismo; e o cronista, o narrador da cidade. João do Rio desempenha um papel importante nesta caracterização da crônica como um gênero do jornalismo por ser o primeiro cronista repórter que tem como essência de seus textos a observação discreta dos fatos do cotidiano, transformando-os em registros da vida urbana. Por isso, seu relato é rico, e por vezes construído na ótica de quem presenciou o ocorrido. Esse é o seu diferencial em relação aos repórteres da época e o que torna possível afirmar que suas crônicas-reportagens representaram uma grande mudança para o jornalismo brasileiro.

Neste sentido, Bulhões (2007) afirma que:

o cronista pode, então, ser visto como alguém que, por estar do lado de fora do tumulto da captação noticiosa, solitariamente vê o que ninguém viu. Ele é o mais livre dos homens daquele ambiente de redação. Livre porque tem até permissão de fechar os olhos ao cotidiano apressado e urgente. (Bulhões, 2007, p.57)

Pode-se observar que neste período o cronista exerce papel semelhante ao do repórter em relação à oferta de informação ao leitor. A grande diferença é que o cronista se mantém anônimo na observação dos fatos o que faz com que ele capte reações espontâneas e acontecimentos menores que são mascarados ao repórter pelos personagens envolvidos. A diferenciação entre o jornalista profissional e o cronista também pode ser observada na crônica de Noronha Guarany, publicada na coluna “Saudades Daqueles Tempos” do dia 23 de maio de 1928. Esta coluna ao narrar episódios ocorridos na disciplina de Direito Romano, acaba por demonstrar a vinculação de advogados à feitura do jornalismo cotidiano. “Era secretário da Academia, o Horácio Guimarães, brilhante espírito, jornalista amestrado e cronista primoroso, cuja pena admirável continua brilhando nas páginas do *Diário de Minas*, Com fulgor inextinguível”. (p.02) Desta passagem, pode-se inferir também que ao jornalista

“amestrado” cabia a aplicação de uma técnica jornalística, da qual possivelmente o cronista estava livre.

A presença da crônica e outros gêneros literários no jornal é uma questão que remonta à origem deste, pela inexistência inicial de profissionais especializados, considerando o fato de o jornalismo não ser uma profissão, mas sim um *hobby*. Quem efetivamente escrevia nos jornais eram advogados, funcionários públicos, e em grande parte, escritores. A coluna “A Cidade” publicada em 02 de dezembro de 1938 noticia um decreto federal divulgado no dia anterior que reconhece a existência da profissão de jornalista. Ao que a coluna acrescenta “A profissão de jornalista existe sim. O que não existe quase são os jornalistas. Uns poucos profissionais agüentam sobre os ombros a tarefa de manter viva a profissão” (A Cidade, 02 dez.1938, p.03). Essa passagem pode indicar que paralelo ao processo de transformação dos jornais em empresas na cidade de Belo Horizonte o jornalismo continuava a ser uma atividade que requeria empenho e disposição para enfrentar a rotina de produção do jornal diário, inclusive pelo fato de o jornalismo ainda ser, para a maioria dos jornalistas, uma segunda ocupação.

Na década de 1920, era possível encontrar nos jornais brasileiros seções exclusivas para a publicação de gêneros literários distintos e sem qualquer pretensão informativa, como o romance e o folhetim. A crônica constituía grande parte do conteúdo dos jornais e, podemos dizer que é por meio dela que acontecia a aproximação entre o jornalismo e a literatura, facilitada pela incipiência dos rigores jornalísticos tão difundidos atualmente, como objetividade, imparcialidade e técnica.

Uma discussão que sempre movimentou jornalistas e literatos diz respeito ao pertencimento da atividade jornalística à literatura, por ambos tratarem de modos de lidar com a palavra. Sendo a crônica um gênero que transita nestes dois terrenos, é pertinente diferenciar a prática jornalística da arte literária. Ao lidar com palavra de formas distintas, o jornalismo e a literatura denotam diferentes olhares e percepções sobre o real. Nesse sentido, tomamos a abordagem da realidade, de acordo com Motter (2003), enquanto uma construção social que só se realiza no universo simbólico da linguagem e a imprensa enquanto instituição produtora de realidades a partir de recortes e fragmentos do real. Em coluna publicada no jornal *O Estado de Minas*, de 27 de março de 1928, intitulada “A vida e o jornal”, pode-se notar como o olhar do jornalista se molda ao acontecimento.

(...) E os jornais acrescentam que no rosto da moça ficou a marca dos lábios do suicida, impressa a ácido fênico.

Esta nota final é, talvez, o que o caso tem de mais doloroso: pelo menos é o que deixa a impressão mais viva no leitor.

O repórter que se lembrou de anotar em suas tiras a circunstância do rosto queimado pelo beijo teve a intuição do colorido que isto daria à notícia.

Era um detalhe cruel, que ele lamentava como homem, porém, não podia esquecer como repórter. E a consciência profissional venceu o sentimentalismo. (*O Estado de Minas*, 27 mar. 1928, p. 02)

A construção social de sentidos pelo jornalista por meio de sua observação e da narrativa sobre o acontecimento é evidenciada neste trecho, que mostra a dissociação entre o sujeito e o jornalista, o que denota um afastamento de si mesmo em nome de uma consciência profissional, com vistas à informação detalhada e à produção de um impacto para a notícia. De acordo com França (1998), o jornalismo vai se diferir de outras formas narrativas e discursivas, nas quais podemos incluir a literatura, pela relação temporal que estabelece com o acontecimento e por instalar uma alteração no posicionamento de quem conta a história perante aos acontecimentos dela, “não se trata mais de sujeitos que falam, mas, antes, de sujeitos que observam” (França, 1998, p.29).

Dessa forma, entendemos a crônica como fruto das interações que decorrem da produção jornalística, ainda que de forma alternativa, aliada à experiência individual do cronista na sua relação com a cidade. A crônica constitui uma forma de experiência e de apropriação da cidade, do seu espaço, de seus hábitos e de suas imagens. A partir da crônica, o discurso jornalístico articula as imagens que projeta sobre a cidade.

## **1.2- O Cronista como Possibilidade de Existência do *Flanêur*: A experiência urbana**

Por representar aspectos da realidade cotidiana o discurso jornalístico contribui para a construção social de novas realidades. No entanto, a notícia é redigida segundo uma técnica jornalística, obedecendo a critérios mais rígidos que visam o alcance da legitimidade como porta voz do real. Enquanto para a crônica, exatamente por sua origem literária, é permitido um maior grau de liberdade em relação à sua escrita, aos fatos quais ela se refere e ao modo de sua elaboração. Posto isso, podemos incluir a crônica como forma de organização do texto jornalístico, ou ainda como uma prática discursiva própria do jornalismo. E é por causa da



crônica como um gênero próprio do jornalismo que podemos articular a relação entre a *flânerie* e a atividade jornalística.

A figura do cronista aparece no ambiente urbano como a possibilidade de existência do *flâneur*, capaz de extrair uma multiplicidade de olhares sobre o cotidiano da cidade, mimetizando-os em suas crônicas, trazendo à tona fatos aparentemente banais, mas capazes de causar reflexão, ou apenas divertir. Fernando Sabino citado por Candido (1992) revela a essência do trabalho do cronista tal qual o *flâneur* no exercício de sua *flânerie*.

Eu pretendia apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida. Visava ao circunstancial, ao episódico. Nesta perseguição do acidental, quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico, torno-me simples espectador e perco a noção do essencial. (p. 19)

João do Rio em sua escrita sobre as ruas e a vida cotidiana do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX pode ser considerado o primeiro *flâneur* brasileiro. Com a sua observação aguçada sobre os acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, ele se transformou num dos maiores registradores da história e dos costumes cariocas da época.

As cidades brasileiras iam se formando, cortadas pelas novidades das grandes avenidas, e os cronistas surgem como os historiadores imediatos desta cena emergente. Aqueles que não esperam o distanciamento crítico do tempo e já estavam ali, ao quente, descrevendo as miudezas do cotidiano que os grandes mestres da História do Brasil não se preocupavam em anotar. São as primeiras estrelas da imprensa, que se moderniza e fica profissional. (Santos, 2007, p.25)

As crônicas deste período são caracterizadas por Levin (1996) pelos textos curtos, que seguiam formas fixas combinando o registro social com a reprodução do vocabulário estrangeiro e das expressões usuais do cotidiano carioca do período. A crônica social urbana repercutiu no texto jornalístico produzido após a sua difusão pelo jornal.

Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente as dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas.(...) O *flâneur* é ingênuo quase sempre. Pára diante dos rolos, é o eterno “convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga idéia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. (...) Balzac dizia que as ruas de Paris nos dão impressões humanas. São assim as ruas de todas as cidades, com vida e destinos iguais aos do homem (João do Rio, 2005, p.51-53).

Neste trecho da crônica “A rua” fica clara a experiência do flâneur pelas ruas da cidade. A rua é o habitat do *flâneur* e pela intensidade de sua relação com ela é que ele consegue apropriar-se da sua essência, transformando sua observação e sua experiência mundana em um relato rico, que diz de modos de viver e habitar a cidade. Esta capacidade *flâneur* de captar o sentimento e as vibrações das ruas é o motivo pelo qual Benjamin (2007) atribui à *flânerie* a base sobre a qual o jornalismo se desenvolve.

Pois não foram os forasteiros, mas eles, os próprios parisienses, que fizeram de Paris a terra prometida do *flâneur*, “a paisagem construída de pura vida”, como Hofmansthal certa vez a chamou. Paisagem – é nisto que a cidade de fato se transforma para o *flâneur*. Ou mais precisamente: para ele, a cidade cinde-se em seus pólos dialéticos. Abre-se para ele como paisagem e fecha-se em torno dele como um quarto. (Benjamin, 2007, p.462)

A cidade oferece-se ao *flâneur* como lugar de passagem e de apreciação, ao mesmo tempo em que constitui seu universo particular. O *flâneur* não se vale apenas do que percebe sensorialmente, através de seus sentidos. A percepção sensorial é aliada ao que somente a experiência, o estar ali pode produzir. A paisagem para o *flâneur* não é a estrutura física da cidade, mas a vida urbana em si mesma. Logo, o *flâneur* não somente observa e aprecia a paisagem, ele é parte constituinte dela.

Em sua embriaguez de sentidos, o *flâneur* é capaz de se misturar ao emaranhado da multidão para “compor seus devaneios como legendas para as imagens” (p. 464). Em meio à multidão, o *flâneur* se mantém atento a vários acontecimentos no espaço em seu entorno, sendo capaz de extrair dele material para decifrar a cidade. A *flânerie* aparece em Benjamin (2007) como vício de habitar a paisagem urbana e decifrá-la tal e qual um enigma. Ao estar presente na paisagem urbana, o *flâneur* se habilita ou se torna capaz de tecer legendas para as cenas urbanas, tornando-se, em muitos casos, o narrador da vida na cidade. A crônica é, em sua essência, a legenda da cidade composta pelo *flâneur* em seu incessante passeio pelas ruas da cidade e a partir disso é que encontramos sua vinculação com a atividade jornalística, pela atualidade e observação minuciosa do cotidiano. Ainda que não seja sua pretensão primordial, a crônica mantém o leitor informado sobre os acontecimentos da cidade.

Assim, podemos observar o exercício da *flânerie* na crônica “Vamos ver a cidade”, de Carlos Drummond de Andrade, sob o pseudônimo de Antônio Crispim. O autor inicia esta crônica abordando a vida pacata da cidade de Belo Horizonte em uma caminhada do bairro Funcionários à Praça Rui Barbosa (da Estação), na região central. A tranquilidade da cidade observada pelo cronista pode ser em parte resumida com a seguinte passagem:

A tarde murchou para os lados do Calafate. A escuridão emenda as escarpas da Serra do Curral com o céu onde começam a cintilar as estrelas do poeta Ademar Tavares. Da Serra até a antiga Praça do Mercado, duas feiras de luzes compõem uma "feerie" geométrica. A cidade acabou de jantar.

Na rua Piauí há cadeiras de palhinha pelas calçadas. "Como eu estava dizendo ontem..." começa o chefe de seção em atividade para o chefe de seção aposentado, este último também republicano histórico. É uma conversa que veio de Ouro Preto com a Capital, e ainda não terminou. Enquanto isso, as moças fazem o *footing* na Avenida Paraúna, cujo asfalto brilha como um sapato novo.

O bonde conduz os frequentadores de cinema, que aproveitam a viagem para discutir as vantagens e desvantagens do filme sonoro. (...) Gente nos cafés da Avenida Afonso Pena. (Antônio Crispim, 17 mai., 1930, p.08)

Ao compor uma imagem pacata e amena da vida da cidade, o autor também revela a sutileza da observação *flâneur* ao perceber o desenvolvimento dos bairros do subúrbio, ignorado pelos moradores das áreas mais nobres da cidade.

Já andamos muito e estamos cansados. A cidade ficou lá adiante, com seus ruídos e fogos. Nesses morros, os bairros modestos se alastram laboriosamente, reclamando água, luz, bondes, telefones e lojas de sírios. Só o namorado, o eterno namorado de todas as ruas, acusa a sua presença eterna e múltipla. (Antônio Crispim, 17 mai., 1930, p.08)

Ao abordar a caracterização do olhar *flâneur* no espaço urbano, Ferrara (2000) afirma que esta forma de observação da cidade não constitui uma imagem, mas sim um imaginário da cidade, reverbera sentidos para os significados socialmente construídos pela cidade. É possível a partir da observação do *flâneur* apreender as imagens que constituem a cidade física e mais do que isso, compreender as relações sociais que se fazem presentes no contexto urbano e permitem conhecer identidades de lugares e formas de apropriação da cidade em tempos passados. A *flânerie* como um exercício do imaginário, permite observar modos de constituição da cidade que por sua vez desencadeiam práticas sociais que a reformulam constantemente.

Silva (1991) ao tratar da relação da produção literária de uma cidade, na qual se enquadra a atividade do *flâneur*, em sua relação com a constituição do imaginário urbano destaca que:

Assim, pensamos a literatura enquanto um fenômeno que faz parte da cultura de uma sociedade. É o imaginário social traduzido em uma linguagem discursiva. A obra literária expressando códigos, costumes, símbolos, revela uma imagem da sociedade que é tão importante para seu estudo como outras imagens. (Silva, 1991, p.06)

Ao fazer uma crítica da estética urbana, Henry-Pierre Jeudy (s.d) analisa uma obra do autor Jean Rolin e condensa em um parágrafo a essência do cronista imerso na cidade:

O autor parece fundir-se em um tecido urbano que permaneceria inextricável se ele não desse nomes que, de uma maneira encantatória, evocam cidades conhecidas. O movimento de sua descrição, ao ritmo de sua observação detalhada, permite ir-se representando no pensamento do leitor toda a vida cotidiana em sua realidade imediata. (...) Cada situação surge e depois desaparece, cada visão da cidade delinea-se de acordo com uma realidade que advém, que marca, que capta e que se esvai em seguida dentro da noite dos tempos. (...) É a partir de um jogo da contingência e da determinação que o escritor cria as condições de expectativa de seu olhar. Essa disposição torna possível a singularidade da emergência dos acontecimentos mais banais. (Jeudy, s.d, p. 90-91)

Ao descrever a ação do cronista na cidade, o autor refere-se à possibilidade de constituição de imagens da cidade, por meio da observação da narrativa de fatos cotidianos, capazes de dar a ver modos de vida urbano e as significações do espaço da cidade. Desse modo, podemos pensar as crônicas sobre uma cidade como imagens produzidas e constitutivas de seu imaginário.

Jeudy (s.d) afirma ainda que a cidade não é mais o cenário em que os fatos acontecem, mas ela própria aparece nas palavras do autor como geradora dos fatos. E é o olhar do cronista, com sua alma *flâneur*, que retira os fatos do tecido urbano e lhes transforma em fragmentos singulares do cotidiano, capazes de se constituírem como narrativa do urbano. O olhar e a escrita do *flâneur* compõem imagens da cidade que dizem do modo de organização da vida urbana e da cultura que ali se desenvolvia, como pode ser percebida a importância do cinema na vida belo-horizontina dos anos de 1930.

O cinema que é retratado nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade, com os pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul, também é tema recorrente nas crônicas da coluna “A Cidade” no segundo semestre do ano de 1938. Não é apenas a produção cinematográfica que é abordada nestas crônicas, encontra-se principalmente a caracterização dos cinemas como ponto de encontro e de sociabilidade na vida cultural da cidade. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Andrade (2004) indica que a Capital mineira tinha o terceiro maior contingente populacional do Estado, enquanto possuía o maior número de salas de cinema. Conforme os dados do Censo de 1920 apresentados por Andrade (2004), enquanto Juiz de Fora possuía 118.166 habitantes, contava com apenas duas salas de cinema e tinha cerca de 70% da população constituída por analfabetos, Belo

Horizonte contava com 55.563 habitantes, 7 salas de cinema e aproximadamente 40% de analfabetos.

Porque a nossa meninice - a minha, pelo menos - era do tempo do papão e de outros seres medonhos e perigosos.

Hoje, vou aos cinemas e vejo pelas fitas que a melhor maneira de se fazer medo a uma criança é dizer-lhe: "Lon Chaney will get you if you don't wastch out," Ou por outra: "Fica quieto senão Lon Chaney te pega". (Antônio Crispim. 03 mai, 1930, p.09)

Esta passagem revela a influência do cinema no desenvolvimento dos hábitos e costumes no espaço urbano, permitindo inferir que o cinema se constituía como um importante elemento da vida cultural de parte significativa da população belo-horizontina. Em outra crônica, também de 1930, Antônio Crispim elogia o hábito de ir ao cinema, pelo cinema, para ver e entender os filmes, ressaltando a criação de um clube de cinéfilos no Rio de Janeiro.

Ir ao cinema pelo cinema, eis a questão. Ir para compreender, sentir, sofrer e, por que não? Ser feliz. No Rio, meia dúzia de sujeitos raros e difíceis fundaram o Chaplin Club, que não é um clube de jantares nem de partidas de pôquer. Também não é um clube literário, político, esportivo, noticioso ou de classe. Não é nada: apenas um clube de freqüentadores de cinema, para ensinar a gente a freqüentá-lo e compreendê-lo. (Antônio Crispim, 22 mai. 1930, p. 10)

Esta crônica faz uma crítica às pessoas que utilizam o cinema apenas como ponto de encontro e de lazer. Em 06 de dezembro de 1938, o assunto da coluna "A Cidade" é o hábito de ir ao cinema na Capital. Nesta crônica, o autor da coluna confronta suas impressões pessoais com as estatísticas. O hábito do cinema é um fator cultural importante no desenvolvimento urbano de Belo Horizonte. Nesse caso, a popularidade de uma diversão moderna é reforçada pelas crônicas do período, projetando a modernidade belo-horizontina na importância do cinema para a vida cultural da cidade.

A gente tinha a impressão de que muito pouca gente ia ao cinema, nesta Capital. Mas o Departamento de Estatística se encarregou de despir a realidade de sua indumentária desanimada e velha. Pô-la sem roupa diante do público, e o público pode descobrir que se trata de uma realidade guapa e robusta. ("A Cidade", 06 dez. 1938)

Para Candido (1992), a crônica pode ser considerada uma documentação do cotidiano de um tempo vivido na medida em que apresenta-se como "imagem de um tempo social" e

‘narrativa do cotidiano’”, considerando estes como ‘construções’ e não como ‘dados’. Ele atribui a esta característica a possibilidade de abordar as crônicas como ‘documentos’ (p.76). Nesse sentido, Neves (1995) afirma que a crônica “é sempre, e de muitas formas distintas, um texto que tematiza o tempo, e, simultaneamente, o mimetiza”. Ela condensa o tempo em que vive através do relato de práticas sociais nele presentes. Esta autora afirma que tanto a crônica quanto a história são capazes de construir memória, enquanto a história se preocupa com a memória do país, da nação, é a crônica que registra a memória da cidade. Por se constituir como um registro da memória da cidade, a crônica nos permite resgatar imagens da cidade que dão a ver modos de vida e práticas sociais em um contexto que a própria crônica é um dos processos comunicativos em ação.

A partir da transformação do jornal em empresa, cujo processo na cidade de Belo Horizonte estava em curso nas décadas de 1920 e 1930, o jornalismo deixa de ser praticado como *hobby*, passando a ser considerado como profissão remunerada. Esta mudança teve fortes implicações na prática jornalística da época, com o desenvolvimento de técnicas de apuração e redação com vistas à racionalização do uso do espaço do jornal.

O jornalismo, de modo algum dissociado do sistema de produção, deixa claro, em toda sua brutal nitidez, a binomia grande empresa/grande imprensa. Na agenda do cotidiano, que o cronista acompanha passo a passo, as relações de produção predominam sobre a produção de relações, porque antecipa a voracidade das urbes modernas que, entre nós, chega com habitual atraso. (Portella, 1996, p.02)

Pode-se inferir, a partir desta passagem, que a consolidação do jornal-empresa obrigou não só os jornalistas como também os cronistas, a se inserirem no processo produtivo das empresas jornalísticas. A constituição do jornalismo como atividade industrial somada aos avanços tecnológicos que permitiam o acesso a um volume de informações cada vez maior e possibilitavam velocidade crescente da circulação das mesmas, fizeram com que as grandes reportagens ocupassem espaços cada vez menores nos jornais diários.

Pode-se observar que a crônica se mantém presente no espaço jornal até os dias de hoje. Mas, percebe-se que com o passar dos anos, as transformações ocorridas ao longo do século XX e o avanço do processo de industrialização do jornalismo a crônica adquire uma nova função no espaço do jornal. Ao observar a coletânea das melhores crônicas brasileiras, organizada por Santos (2007), percebe-se que na contemporaneidade ela se afasta do cotidiano e ganha um novo sentido que a retira da esfera informativa do jornalismo. Nos dias de hoje, ela se faz presente no jornal como um gênero voltado ao entretenimento, a contar

casos amenos, dedicados apenas a distrair o leitor. Este sentido difere-se de nossa abordagem, situada nas décadas de 1920 e 1930, quando a crônica pode ser considerada uma das mais significativas formas de organização do discurso jornalístico, um importante meio de informação sobre o cotidiano das grandes cidades, constituindo um modo de conhecimento sobre a vida urbana.

### **1.3- O Jornalismo como Forma de Conhecimento da Cidade**

Observando a relação do jornalismo com o contexto local no qual se desenvolve pode-se apontar que seja possível, através da caracterização das práticas jornalísticas e da pesquisa sobre o conteúdo dos jornais, identificar atores sociais e representações sobre a cidade que são constitutivas do seu imaginário em um determinado período. Para tal, parte-se da idéia de que o jornalismo é uma forma de construção da realidade que possui características próprias que são capazes de dizer sobre a forma como ocorre esta construção. França (1998) caracteriza a essência do jornalismo e considera que o fato de ser um conhecimento socialmente produzido, ou seja, demarcado pelas condições sociais, econômicas e culturais na qual é produzido, o distingue das demais formas de conhecimento e informação.

O jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana e social e, neste terreno, através dos tempos e das mudanças da sociedade, ele se constrói como uma maneira específica de dizer. Resultado das pulsões intersubjetivas e da vida coletiva, a fala jornalística se constrói como uma palavra especializada que se distancia pouco a pouco de outras dinâmicas de circulação da informação na sociedade. (França, 1998, p.28)

O jornalismo não é capaz de lidar com a realidade como um todo, por isso produz fragmentos dela, que são vendidos como o real, o todo, e não apenas como parte dele. A construção do texto jornalístico é moldada por valores e recursos que buscam produzir no leitor um efeito de verdade, construindo assim ‘verdades jornalísticas’. Mas o jornalismo, ao lidar com fragmentos de realidade não consegue produzir uma verdade única, mostra nuances de um real construído subjetivamente.

Tavares (2005) considera que “o jornal é também aquele que primordialmente trata do cotidiano, transformando os acontecimentos triviais em narrativas, re-configurando uma realidade, criando outra” (p. 15). A relação entre jornalismo e construção da realidade depende do contexto específico da sociedade em que se desenvolve, uma vez que ele atua

como um registro do cotidiano. É o jornal que propicia aos habitantes da cidade o conhecimento acerca dela e de seus outros moradores.

### **1.3.1- O Jornalismo como Leitura da Cidade**

O jornal apresenta fragmentos da realidade urbana que constituem representações do urbano e ajudam a construir a(s) imagem(ns) da cidade que é(são) feita(s) pelos seus habitantes. Dessa forma, é interessante pensar os cidadãos como autores e atores da cidade que habitam, através de suas relações uns com os outros e das relações que estabelecem com o espaço urbano, em um movimento contínuo que é a própria vida cotidiana.

Todavia, a vida urbana permanece ambígua, incerta, entre a decifração das mensagens conforme seu código (reconhecido) e a metalinguagem que se contenta em parafrasear as mensagens conhecidas, repetidas, redundantes.

A cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. E trata-se apenas de um borrador, mais rabiscado que escrito. Percursos e discursos acompanham-se e jamais coincidem.(Lefebvre,1999, p.114)

Traduzindo em metáfora, pode-se pensar a cidade com seus labirintos de ruas e edificações, como uma folha de papel em que diariamente são, escritas e reescritas histórias pelas atividades de seus habitantes. A essa definição corresponde o conceito de palimpsesto, trabalhado por Gomes (1994). Para ele, a cidade é um texto composto a partir dos fragmentos de uma cidade, em uma escrita incessante. “O resgate de um texto antigo, o dessa cidade apagada por outras que se foram superpondo a ela, incluindo nessa sucessão a moderna cidade babélica e labiríntica (...)” (Gomes, 1994, p.37) Este autor ressalta também que “saber decifrar/ler a cidade é cifrá-la novamente, é reconstruí-la com cacos, fragmentos, rasuras, vazios, jamais restaurando-a na íntegra.”(Gomes, 1994, p.37). É a partir das novas imagens que surgem da superposição de imagens é que se molda a forma como a cidade é apreendida pelos seus habitantes, autores e atores da escrita cotidiana do espaço urbano.



No caso da cidade de Belo Horizonte, uma folha com uma história projetada, pensada pela Comissão Construtora<sup>8</sup> e que é incessantemente reescrita no cotidiano urbano pelos habitantes, nem sempre da forma inicialmente prevista ou desejada. “A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a”.(Barthes citado por Barros, 2007, p. 41). A partir disso, podemos ler a cidade como um texto, composto por uma variedade de outros textos menores, cotidianos. A história de uma cidade é uma obra inacabada, que se deixa entrever nos vestígios de seu dia-a-dia, como nos jornais.

Nesse sentido, para Certeau (1994) a cidade funciona como uma identidade simbólica tecida por caminhos e caminhantes, cuja unidade é dada exclusivamente pelo nome. A cidade abriga sobre uma unidade simbólica diversos agrupamentos humanos, étnicos, interesses e sentimentos que a constituem. Segundo ele, são as interações entre os cidadãos e o ambiente que atribuem sentidos à cidade, ou seja, são as práticas espaciais aliadas às práticas de significação que organizam os discursos sobre a cidade e que orientam o conhecimento sobre ela. Segundo essa concepção, o jornal impresso é uma dessas práticas de significação que agem como mediadores acerca do conhecimento da cidade. É possível abordar o jornal diário como uma composição de narrativas fragmentárias do urbano, capaz recompor imagens de uma cidade simbolicamente unificada por aquelas páginas.

Para Lynch (1999) a imagem da cidade é fruto da interação entre ambiente e observador, podendo variar de acordo com os observadores e os lugares sociais ocupados por eles. Sobre as crônicas e os cronistas, pode-se afirmar também que a crônica é produto da inserção social, econômica e cultural do cronista e das várias interações que ele estabelece. Pode-se ainda apontar que a crônica mantém uma relação constante com a memória, da cidade e do cronista. Da cidade, no aspecto de sua relação com a imagem que é capaz de produzir; e do cronista, pelos componentes subjetivos que moldam seu olhar. Dito isto, pode-se considerar a crônica como uma forma de decifrar e re-codificar a cidade, constituindo-se como uma forma de legibilidade urbana. Ela torna possível a sua leitura e de certo modo, constitui representações sobre seu cotidiano. Através dela, podemos perceber traços e imagens que nos permitem visualizar uma cidade perdida no tempo e no espaço, nos oferecendo

---

<sup>8</sup> Belo Horizonte é a primeira cidade planejada e totalmente construída no Brasil. Para isso em meados da década de 1890 foi designada pelo governo estadual uma Comissão Construtora para planejar e executar as obras da Nova Capital.

significados desta cidade que não pertencem ao tempo presente, mas a um tempo passado, no qual o jornal foi produzido.

Sendo o jornalismo um modo de representação da vida cotidiana, a crônica por ser uma forma de escritura mais próxima ao cidadão comum é capaz de se constituir como uma leitura de mundo a partir da qual os indivíduos re-elaboram sua inserção social e suas práticas de significação. O texto é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como a cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas. (Gomes, 1994,p.24)

O entrecruzamento entre lugar e metáfora, a tensão entre racionalidade geométrica e o emaranhado de existências humanas é o que reveste de sentidos a cidade. A relação entre a cidade e seus habitantes é, em muitos casos, evidenciada nas crônicas. A crônica é uma forma de visualizar aspectos da cidade e de sua história que não podem ser percebidos, pois encontram-se dispersos no cotidiano da metrópole. Sendo a cidade em sua natureza polimórfica, composta por cenas, imagens e outras cidades que coexistem dentro deste organismo, é o jornal que abriga e organiza em suas páginas os vários corpos que compõem a cidade única e que pertence a todos os cidadãos. “Na cidade, o homem e o espaço estariam de tal forma unidos, interligados e fundidos um ao outro, que dificultaria um discernimento em relação às práticas organizadoras da cidade habitada” (Velloso, 2004, p. 26-27). A relação estabelecida entre o cidadão e o espaço urbano cria pontos cegos do cotidiano na cidade que limitam a apreensão dessa vivência enquanto parte de um todo. Individualmente, a cidade é percebida em e a partir de seus fragmentos. O jornal organiza os fragmentos do cotidiano urbano, compõe narrativas sobre a cidade e proporciona a percepção da cidade como um todo.

Conforme Sousa (2002) é preciso destacar que o jornalismo (prática e discurso) é produto das diversas interações estabelecidas no fluxo da vida social, do contexto em que se insere e que, sendo a decodificação de suas mensagens pelo público de receptores autônoma, ao fornecer um quadro explicativo do mundo, o discurso jornalístico contribui para a construção social de novas realidades. “Os discursos midiáticos organizariam racionalmente a experiência do aleatório, integrariam representações fragmentadas da realidade num discurso organizado” (Sousa, 2002, p. 18). Desta forma, o conteúdo dos meios noticiosos é considerado por este autor como fonte de cultura, uma vez que desempenha relevante papel na construção simbólica da realidade.

Conforme Tavares (2005), no jornal “há uma composição de elementos, nele há uma vida representada, nele há um flagrante da cidade” (p.14). Ao analisar a relação da imagem fotográfica com o cotidiano da cidade este autor afirma que por “uma imagem como esta, várias cidades podem ser apresentadas, várias imagens sobre uma determinada realidade podem ser criadas. (...) Imagens habitam a cidade e a cidade habita as imagens” (Tavares, 2005, p.14). Segundo ele, a fotografia “faz parte da vida citadina e capta, em seus espaços e tempos, as espacialidades e temporalidades urbanas que dizem do cotidiano que ali se dá” (Tavares, 2005, p.15). Ao refletir sobre a presença da crônica no jornalismo cotidiano e na relação que ela estabelece com a cidade, pode-se afirmar que assim como a fotografia, ela é capaz de captar e traduzir em texto verbal as imagens que compõem o cotidiano urbano. Ao constituir uma narrativa sobre o fragmentado cotidiano urbano, reafirma-se que o jornal é capaz de construir a unidade simbólica da cidade enquanto organismo.

O discurso jornalístico e mais especificamente a crônica, pela sua relação com o cotidiano urbano, podem ser considerados formas de ler a cidade. Segundo Barbosa (2007), “no ato de leitura se entrecruzam, pois, o mundo do texto e o mundo do leitor. Se o mundo do texto é sempre imaginário, o mundo do leitor é real, mas ao mesmo tempo capaz de remodelar a esfera do imaginário”.(p. 09). Deste modo, ler a cidade é mais que uma decodificação, é uma imersão em seu tecido fragmentado de modo a reconstituí-lo como um corpo único, captando e apreendendo as relações que o permeiam e o alinham. São essas relações instituídas no âmbito da relação da crônica como forma de leitura da cidade e do jornalismo na vida citadina que trazem este trabalho para a esfera dos estudos em Comunicação, mesmo que em alguns momentos possam-se encontrar diálogos com outras áreas de conhecimento.

### **1.3.2- A Escrita da Cidade a partir do Jornalismo: Considerações acerca do conceito de Mediação**

Entendendo o jornalismo e as crônicas como formas de leitura do espaço urbano, pode-se também indicar que eles se constituam como instrumento de mediação da vida urbana. Para se pensar a relação do jornal com a cidade contemporânea é importante resgatar

a discussão proposta por Park<sup>9</sup> (1976), na qual este autor define a cidade não somente como uma estrutura física ordenada geograficamente, mas como “um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (p.26). Então, a cidade não é somente um corpo físico, mas uma teia de relações que seus habitantes estabelecem entre si e seu ambiente. A cidade é o ambiente das interações sociais, mas também seu produto. Nesse sentido, podemos tomar a relação do jornal impresso com a constituição de imagens e o entendimento acerca do espaço urbano como uma dessas interações.

Muito do que normalmente consideramos como a cidade – seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante – é, ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos advéncios que somente se tornam parte da cidade viva quando e enquanto se interligam através do uso e do costume, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e nas comunidades. (Park, 1976, p.27)

A cidade se constitui como tal a partir dos usos e apropriações que os cidadãos fazem dela, que lhe permitem novas significações e geram relações de pertencimento. Ao serem incapazes de conhecer o todo presente nas cidades, os cidadãos recorrem a modos de comunicação que lhe permitem tomar conhecimento de outras realidades dentro do mesmo universo urbano.

Park (1976) atribui a esta impossibilidade de apreensão do urbano em toda a sua complexidade, o que faz com que “crônica diária dos jornais seja tão chocante e ao mesmo tempo tão fascinante, para o leitor médio, é que o leitor médio conhece muito pouco a vida da qual o jornal é um registro” (p. 29). Neste contexto, a crônica no cenário urbano constitui o registro de relações sociais, o registro de experiências cotidianas que constroem a visão que é feita da cidade pelos seus cidadãos. Park (1976) destaca que “o crescimento das cidades foi acompanhado pela substituição de relações diretas, face-a-face, ‘primárias’, por relações indiretas, ‘secundárias’, nas associações de indivíduos na comunidade” (p.46). A essas formas de relações secundárias, podemos acrescentar o jornal, uma vez que, conforme o autor, a proliferação dos veículos impressos de comunicação no meio urbano impactou o controle de determinadas instituições, como a igreja e a escola.

---

<sup>9</sup> Robert Park foi um dos mais importantes pensadores da Escola de Chicago e um dos fundadores da Sociologia Urbana. Este artigo de sua autoria é considerado uma das mais significativas contribuições aos estudos urbanos, tendo sido originalmente apresentado em 1916.

Para ele, nas cidades, a sociedade é conformada pelas relações secundárias, tornando a opinião pública uma importante fonte de controle social. Como nos centros urbanos, cada grupo social tende a criar seu próprio meio, cabendo aos excluídos destes grupos se adaptarem às condições criadas, a moda termina por substituir os costumes e a opinião pública “se torna a força dominante do controle social” (p.60), transformando o jornal no principal meio de construção da opinião pública. Essa afirmação é justificada por Park (1976), que afirma:

O jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública. A primeira função que o jornal preenche é a que anteriormente o falatório desempenhava na aldeia. (p. 61)

No entanto, ele ressalta que o jornal “não pode competir com o falatório da aldeia”, por estar sujeito a uma série de reservas não reconhecidas pelo falatório local, como a vida privada dos indivíduos.

Nesse sentido, podemos associar o que Park<sup>10</sup> (1976) chama de relações secundárias ao conceito apresentado por Barbero (2001) de mediação, entendida aqui como o lugar onde a realidade se configura, e propicia o acontecimento de novas experiências. Ou seja, o jornal oferece uma possibilidade de construção da realidade e de conhecimento desta realidade aos habitantes da cidade, sendo produtor de realidade e de experiências. Ao colocar o jornal como uma organização instituidora de relações nos centros urbanos e mediador da vida social urbana, é conveniente retomar a concepção de Barbero (2001). Ele propõe uma análise da relação entre comunicação, cultura e a conformação das sociedades nativas frente ao advento dos meios de comunicação de massa, o cinema, a televisão e o rádio na América Latina. Ele afirma que a inserção desses novos meios levou a uma reorganização da sociedade e da produção cultural, reforçando o bairro como local de construção e desenvolvimento das identidades locais. A perspectiva adotada por Barbero (2001) trata de relações que são estabelecidas no espaço urbano, levando em consideração a influência da comunicação e da cultura nesse contexto.

Esse lugar social propicia o desenvolvimento das habilidades reflexivas no indivíduo, que o permitem interferir na sua própria vida e na vida de sua comunidade. Nesse sentido, podemos pensar o espaço urbano como lugar potencialmente reflexivo e a conversação da mídia, no caso de nossa análise, do jornal impresso, como uma forma de conversação social

---

<sup>10</sup> As relações secundárias citadas por Park são relações instituídas pela mídia. Quanto à mediação pode ser definida como as forças que atuam e interferem no modo percepção da realidade existente, produzindo novos modos de pensar e agir, configurando novas realidades. A mídia constitui-se como um dos agentes mediadores da vida urbana nas sociedades contemporâneas.

que interfere no modo de pensar e na ação dos indivíduos. Posto isso, apresenta-se o jornal e as relações sociais que se estabelecem na cidade como mediadores da vida urbana.

Desta forma, pode-se observar que a cidade instaura novos modos de comunicar que indicam também formas de vivê-la. O jornalismo, e em especial as crônicas trazem à tona imagens e representações de uma cidade que já não é a mesma, mas que se mostra nos fragmentos de um passado concreto, real, muitas vezes diferente do idealizado.

Sousa (2002) aponta o jornalismo como uma forma de mediação da realidade, a partir da concepção da informação jornalística como produto sócio-cultural, que em certa medida ajuda a construir sentidos para a realidade. Segundo este autor “os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à partida, determinadas interpretações para essas mesmas realidades” (Sousa, 2002, p. 122). O jornalismo intermedia o conhecimento de realidades através de interpretações subjetivamente moldadas, que são legitimadas como verdadeiras a partir da pretensa objetividade e das rotinas de produção, que não são consideradas por este autor apenas uma necessidade organizacional, mas como instrumentos de legitimação das ‘verdades’ construídas pelo jornalismo.

O jornalismo é considerado por Tavares (2005) como encarregado por “relatar a realidade”, tomando o jornal impresso como o veículo que organiza os fragmentos da realidade urbana e compõe a narrativa do cotidiano da cidade e os transmite aos habitantes da cidade. Conforme Tavares (2005), a função do jornalismo no espaço urbano vai além da transmissão dos fatos, “o jornalismo está atento aos fatos que ocorrem no mundo, está ligado aos sujeitos e às suas relações. Ele é mediador de experiências e partilhas, possui e constrói um tempo e um lugar, assim como faz parte de um lugar e um tempo” (Tavares, 2005, p.29).

Dessa forma, o jornal organiza o conhecimento da realidade urbana, obedecendo a uma dinâmica interna de produção jornalística, calcada em critérios editoriais de seleção de notícias e enquadramento definidos por cada veículo. A transformação dos jornais em empresas traz para a prática jornalística um processo de padronização das técnicas e rotinização da produção. Estes fatores de produção jornalística geraram uma dissonância entre a representação da realidade pelo jornalismo e a realidade em si.

A construção simbólica do jornalismo envolve definição de critérios editoriais que denotam relações de poder que permeiam a estrutura da empresa jornalística, dizem do posicionamento do jornal em relação aos fatos, dizem do lugar pelo qual o jornalismo fala, quais vozes ele ecoa, ou quais vozes ele reprime.

Cabe ressaltar que “o jornalismo é uma prática social marcada pelo mito da objetividade, mas antes de tudo, é uma forma de olhar e registrar o cotidiano social, a sociedade e o mundo nos quais ele se insere” (Tavares, 2005, p.34). Sendo uma prática social marcada pelo mito da objetividade, cabe destacar que a ação pessoal do jornalista é marcada pelas circunstâncias do ambiente de produção, pela subjetividade na seleção de notícias e pela percepção individual do redator.

Para Sousa (2002), a objetividade jornalística é uma das rotinas presentes na produção do discurso jornalístico. A objetividade atua como uma ideologia jornalística baseada em procedimentos de estilo e abordagem dos acontecimentos, funcionando como um “ritual estratégico” que demarcaria o campo de ação do jornalismo em face ao desenvolvimento de outras áreas da Comunicação. Mas o conceito de objetividade têm tido seu uso deturpado em função da necessidade de se legitimar o jornalismo como o real e não como a versão dele, no qual poderiam ser contrapostas falas conflitantes, mapeando o acontecimento, localizando-o em um contexto, construindo-se a notícia com um perfil mais completo. Ao contrário disso, o que ocorre é que quando outras falas, além da do jornalista são evocadas, o são para confirmar a versão construída pelo jornalista, legitimando esta versão. É correto afirmar que o jornal é um construtor de conhecimento acerca da realidade urbana, mas é preciso ressaltar que as características do modo de produção de cada jornal em cada época podem transparecer nas representações e imagens sobre a cidade construída por eles.

O jornal consegue capturar momentos efêmeros da existência humana imersos na teia de relações sociais que constitui a cidade e que muitas vezes são capazes de traduzir hábitos e ações que representam modos de vida urbanos e que desvelam sentimentos e tradições, muitas vezes despercebidos no cotidiano agitado das grandes cidades. O jornal é, então, um modo específico de conhecimento da cidade e de seus habitantes. A partir desses apontamentos, apresenta-se a crônica como uma aproximação mais sublime entre o jornal e o cotidiano da cidade, capaz de refletir não só as relações sociais, mas também as formas de uso e apropriação do espaço urbano por seus habitantes em um dado contexto. Tanto o jornal quanto a crônica atuam no cenário urbano como mediadores da vida social, capazes de construir relações de naturezas diversas entre a cidade e seus habitantes.

Certeau (1994) ao discutir as intervenções do homem ordinário no cotidiano traz considerações que nos parecem bastante próximas à idéia de mediação aqui trabalhada. Ele define o homem ordinário como o homem comum, um qualquer. De acordo com este autor, uma linguagem ordinária é a linguagem empregada por este homem ordinário em sua fala

ordinária, não é o discurso autorizado pela ciência ou pelo poder, é o discurso do cotidiano, elaborado pelo cidadão comum. Neste sentido, podemos tomar a crônica como uma linguagem ordinária e é no jornal que o homem ordinário, através da observação do cronista encontra seu espaço de visibilidade, que lhe transforma em narrador, o narrador da cidade.

### **1.3.3- A Crônica como Tática, o Jornalismo como Estratégia: o Fluxo do Cotidiano Urbano**

Ao abordar o espaço da cidade, podemos pensar as relações que são estabelecidas neste local como relações de poder e de apropriação entre os cidadãos, que conforme Certeau (1994) são desiguais. Ele aponta que os sujeitos, na desigualdade de suas relações, definem o seu modo de intervenção na realidade experimentada, em uma articulação entre as forças, remetendo à idéia de uma engrenagem, que se coloca em movimento a cada ação de uma dessas forças. O movimento da engrenagem é, para Certeau (1994), o desenrolar da vida cotidiana, a fluidez dos acontecimentos no fluxo da vida. Este autor caracteriza dois tipos de intervenção do sujeito sobre o cotidiano, a tática e a estratégia.

A estratégia corresponde à ação de quem detém o poder, pode fazer previsões e busca tentar controlar a imprevisibilidade dos acontecimentos. A estratégia é a forma de ação de quem estabelece as regras do jogo da vida em sociedade. As táticas são o lugar de resistência e existência do sujeito ordinário. As táticas se mostram como pequenas ações em sucessão que podem interferir na previsibilidade dos acontecimentos. O próprio ato do consumo pode ser entendido como uma tática, uma vez que o sujeito é quem determina o uso, o que fazer a partir do que é consumido. O ato de consumo é também um ato de apropriação que pode levar o sujeito a ressignificar as suas práticas. Se quem determina as estratégias, que são amplas, determina também o uso do espaço, as táticas são ações menores que se valem do uso do tempo e da sucessividade de ações para influenciar o curso dos acontecimentos. A dinâmica entre essas duas formas de ação que delineiam os acontecimentos é de onde se constitui o cotidiano. Entende-se que as crônicas sobre a vida cotidiana no espaço urbano possam se constituir como táticas que aos poucos vão transformando a imagem da cidade que é constituída pelos seus habitantes.



França (1998) considera o jornalismo uma fala especializada sobre a sociedade na qual ele se desenvolve em função da constituição do discurso jornalístico como palavra autônoma e especializada que prima pela democratização do acesso à informação através de um “dizer impessoal”. Neste sentido, o discurso jornalístico é uma “palavra de mediação, e a ação comunicativa, desembaraçada de sujeitos individuais, torna-se mais que nunca a palavra da sociedade dirigida a si própria, a propósito dela mesma” (França, 1998, p. 28-29). Nesse sentido, o discurso jornalístico incluindo a crônica, constitui uma mediação do cotidiano urbano, dizendo de modos de viver e habitar a cidade. No entanto, retomando os conceitos de tática e estratégia propostos por Certeau (1994) há necessidade de se traçar algumas distinções entre a crônica e a forma tradicional do fazer e do texto jornalístico.

Apesar de se localizar no espaço do jornal, a crônica se constitui como uma escrita sobre o cotidiano, que nos permite pensá-la como uma forma de ação tática. Ao contrário do jornalista, que se constitui como um discurso autorizado sobre a cidade, o cronista, mesmo que funcionário da empresa jornalística coloca-se no lugar do homem comum. A crônica e seu espaço no jornal, então, se apresentam como um espaço de observação da cidade, aparentemente independente. O cronista é um espectador discreto e silencioso – quase anônimo, dos acontecimentos sobre a cidade. Pode-se notar a observação do cronista na crítica à frivolidade feita por Antônio Crispim, afirmando que os hábitos da sociedade belo-horizontina são frívolos e quase sempre inspirados em modelos estrangeiros. Daí o título da crônica: “De circo, de cinema”.

Os nossos rapazes são de circo, as nossas garotas são de cinema. Essa classificação, demasiado sistemática, há de conter certa dose de injustiça que é o tempero de todas as afirmações, ainda as mais inocentes. O circo e o cinema ainda não tomaram conta inteiramente da nova geração. Restam alguns rapazes que não são do picadeiro, algumas moças que não são da cena sincronizada. Mas são raros como edelweiss ou como a flor do lotus, Portanto, exceção. A regra é o circo e o cinema, com todos os seus pseudônimos e sublimações freudianas.

Por exemplo: estádio, *flirt*, *footing*, chá dançante, discurso, baratinha, concurso de "miss". Todos são disfarces ou do cinema ou do circo, ou dos dois ao mesmo tempo, Há uma palavra geral para tudo isso, tirada ao vocabulário de nosso avós: frivolidade. Mas não exprime bem, como tudo que é da língua e da gramática dos velhos. Frivolidade o que vem a ser? (Antônio Crispim, 26 abr., 1930, p. 08)

Esta crônica indica a existência de uma parcela da juventude belo-horizontina que leva uma vida social fútil, com modelos de comportamento baseados, para as moças, nas atrizes de cinema, em estereótipos de modelos estrangeiros, para os moços, o importante é

aparecer, fazer cena para as moças. No caso desta crônica observa-se uma juventude preocupada com as aparências e com a fugacidade da moda, por isso, a frivolidade é uma das marcas do desenvolvimento da vida social belo-horizontina neste período. A frivolidade é também, segundo a coluna “A Cidade” publicada em 22 de setembro de 1938, uma marca característica do público belo-horizontino, que demonstra preferência por espetáculos “de circo” (p.03). Esta edição aponta a existência de um público numericamente grande, demonstrado pelo sucesso da visita de Carmem Miranda à cidade, criticando o gosto do público e destacando a necessidade de se “guiar e educar” o público belo-horizontino para a “boa arte” (p.03). Através de crônicas como estas sobre a cidade e seus habitantes, o homem ordinário constitui imagens desta cidade que podem servir para que os cidadãos reelaborem seus procedimentos frente ao espaço urbano e suas regras, inserindo novas práticas sociais, e criem representações acerca do urbano e constituam em longo prazo um imaginário da cidade. A crônica é uma apropriação da cidade por meio do homem comum, que é o cronista, mas que é também o seu público.

Pode-se pensar a mediação do espaço urbano pelo jornal e principalmente pela crônica como uma demarcação de forma de ação que intervém no curso dos acontecimentos cotidianos. Ao se tratar de um espaço alternativo em relação à forma de construção da informação, pode-se inferir que em determinados momentos, a crônica seja capaz de provocar a ruptura com imagens pré-estabelecidas ou projetadas pelo próprio jornal no qual ela é veiculada. A crônica é parte do discurso jornalístico e, assim sendo, também atua na mediação da realidade social, contribuindo no processo de atribuição de sentidos e de construção da realidade social.

## CAPÍTULO 2

### BELO HORIZONTE: A CIDADE PLANEJADA

#### 2.1- A Cidade: Representação, Imagem e Imaginário

Ao abordar as imagens da cidade que podem ser identificadas nas crônicas sobre o seu cotidiano é preciso refletir sobre a importância desta representação para a conformação de um imaginário urbano e até mesmo para a consolidação de uma identidade urbana. Para tal, é importante pensar o que significa a representação quando tratamos de um objeto tão fragmentado como espaço urbano? A representação é um modo pelo qual a realidade é simbolicamente expressa e assume formas de sentido para aqueles que a conhecem. No espaço fragmentado da cidade a representação assume o papel de possibilitar o conhecimento e a significação do espaço. Pode-se afirmar que é a partir dos processos de mediação que as representações começam a tomar forma, para serem interpretadas no ato de recepção.

Nas Ciências Sociais, as representações sociais são definidas “como categorias de pensamento, de ação, de sentimento que expressam a realidade, explicam-na justificando-a ou questionando-a” (Minayo, 2000, p.158). Segundo esta autora, para Durkheim as representações sociais<sup>11</sup> dizem respeito a “categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade” (p.159). A partir desta concepção, as representações se originam da vida social e por isso “conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas, também, possuem vida independente e reproduzem-se tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social” (p. 159). As outras correntes sociológicas abordadas por Minayo (2000) trabalham a mesma concepção de representações sociais dada por Durkheim, discordando deste autor no que diz respeito a autonomia destas representações frente à estrutura social.<sup>12</sup>

Nesse sentido, encontra-se uma definição do conceito de representação na discussão sobre cultura e identidade, proposta por Woodward citada por Tavares (2005).

(...) inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por

---

<sup>11</sup> Designada também pelo termo de *representações coletivas*.

<sup>12</sup> O detalhamento na questão da autonomia das representações sociais não constitui nosso interesse principal neste momento.

meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (...) A representação compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas. (...) Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (Woodward citada por Tavares, 2005, p.17)

Dito isto, podemos entender a representação como uma prática cultural de leitura do mundo. A partir das representações é que atribuímos sentidos às coisas e construímos nosso entendimento de mundo. Para alguns autores a questão da representação está intimamente vinculada à questão da formação das identidades, uma vez que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder.(...) A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis (...)” (Woodward, 2000, p.18-19). É a forma como a identidade e a diferença são representadas que geram as atribuições de sentido e estampam as relações de poder existentes por trás das relações sociais estabelecidas. As identidades não são fixas, são móveis de acordo com o papel social acionado pelo indivíduo a cada situação. A identidade diz do posicionamento do indivíduo no mundo e é a partir dela que ele realiza sua leitura da realidade, significando e ressignificando as coisas e as relações sociais.

Para Andrade (2004), “toda representação se refere ao real, mas não simplesmente o espelha e sim o reconstrói de uma outra maneira” (p. 117). Nesse sentido, a representação é uma construção simbólica baseada no real, ou em parte dele.

Mouillaud (2002) ao abordar a relação entre a informação jornalística e a realidade identifica a dinâmica da produção de representações a partir do jornalismo. “Ao mesmo tempo em que a figura tem uma profundidade, um aquém a que se refere, ela é um relevo: promover uma imagem ou uma informação é destacar do real uma superfície, um simulacro (...) que vêm à frente com relação a um fundo sem imagem” (Mouillaud, 2002, p. 37). O que o jornalismo faz é destacar um fragmento do real e inseri-lo em um contexto, criando representações que são rizomas do real. O que o jornalismo mostra, o que ele permite ver, é definido por uma questão de enquadramento. O enquadramento por sua vez constitui, basicamente, uma técnica jornalística de recorte da realidade, o ângulo subjetivamente selecionado pelo qual a realidade é abordada. Nesse sentido, Véron citado por França (1998) aponta que os acontecimentos só se constituem como tal a partir da construção dos meios.

Os acontecimentos sociais não são objetos encontrados prontos em algum lugar na realidade, cujas propriedades e as transformações nos seriam apresentadas pelos meios de um só golpe, com mais ou menos fidelidade. Eles

apenas existem na medida em que os meios constroem. (Véron citado por França, 1998, p. 30)

Segundo Becker citado por Andrade (2004), o processo de construção das representações envolve quatro operações fundamentais, que são seleção, tradução, arranjo e interpretação. Essas operações podem ser comparadas às técnicas envolvidas pela prática jornalística, sendo a seleção um processo equivalente às técnicas jornalísticas de recorte e enquadramento; a tradução como adaptação do acontecimento à linguagem específica de cada meio; o arranjo é a forma de organização textual e a interpretação refere-se à leitura da realidade feita subjetivamente e apresentada como objetiva. Sendo assim, a inserção social e a atuação dos meios na construção dos acontecimentos sociais têm uma importância fundamental acerca das representações que eles constituem. Ainda citando Becker, Andrade (2004) afirma que o processo que as compõe faz com que “toda representação seja necessariamente parcial”, menor que o fato real.

Pode-se então afirmar que o jornalismo constrói representações sobre a realidade em um discurso fragmentário e que através de suas técnicas de racionalização da produção buscase alcançar a legitimidade, legitimar a representação como real. Mas é importante, conforme indica Mouillaud (2002), destacar que todas as formas de representação, até mesmo a que é construída pelo jornalismo, só adquirem sentido a partir da recepção, que se constitui como uma instância autônoma.

Se a representação é o que define os sentidos que são dados ao mundo, esses sentidos estão relacionados à noção de imaginário, trabalhada por Ferrara (2000). As representações que são feitas da cidade pelos seus habitantes corroboram a idéia da cidade como uma construção coletiva que se faz representar pelas suas imagens e pelas relações sociais que se estabelecem neste contexto. Ao tratar o jornal como meio de representação da cidade, queremos dizer que a forma como os percursos e percalços da vida urbana são desenhados em narrativas sobre ela, se agregam ao repertório de entendimentos e imagens sobre aquele espaço. Neste movimento, as narrativas sobre o urbano podem incorporar novos sentidos, usos e significados; traduzir hábitos e forma de relações sociais; modificar imagens pré-concebidas. Esta é a contribuição do *flâneur*, ele próprio uma identidade móvel, para a leitura da cidade, ora romper, ora partilhar, às vezes consolidar entendimentos e imagens sobre a cidade.

Ferrara (2000) apresenta o imaginário sendo produzido como uma percepção e apropriação do real. É ele que reveste de sentido as imagens produzidas sobre a cidade. De acordo esta autora, imagem e imaginário se conformam mutuamente e é a partir dessa relação

que os significados são atribuídos. Segundo Ferrara (2000), pode-se pensar os usos do espaço urbano como frutos de percepções do real constituídas pelas imagens que compõem a cidade e pelo imaginário coletivamente construído a partir de representações sobre a cidade e seu modo de vida. Ferrara (2000) aponta que o imaginário de uma cidade não a reproduz, mas a representa, partindo de seus fragmentos para produzir discursos que dialogam com ela. Como registro da memória, a interação entre os discursos fragmentários sobre a cidade e seu imaginário constituído é que permitem perceber uma imagem da cidade. Podemos considerar o imaginário, como o conjunto de representações sociais sobre algo, no nosso caso, a cidade. Silva (1991) aborda a relação entre o imaginário e a imagem da cidade como:

A imagem desta cidade se apresenta através de discursos que se fundem e refundem ao longo dos anos. A construção de um imaginário social e urbano se dá através da informação acerca da realidade ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. (Silva, 1991, p.4)

Conforme Silva (1991), a constituição do imaginário social e urbano acontece por meio da “informação acerca da realidade”, ao que podemos acrescentar que sendo esta função desempenhada pelo jornalismo nos centros urbanos, ele é uma das forças que atuam nesta constituição.

A imagem emerge como uma “experiência concreta e cotidiana da vida e constitui o modo pelo qual ela, a cidade, apresenta-se visualmente e é processada como informação”. (Ferrara, 2000, p.123). Nesse sentido retomamos a distinção feita por Milton Santos citado por Ferrara (2000) entre cidade e urbano. A cidade é o concreto, ou no caso a imagem, enquanto o urbano é abstrato, o imaginário. Se o imaginário de uma cidade é constituído pelas representações que emergem dela, é possível a partir dele identificar as relações sociais que se fazem presentes em um dado contexto, possibilitando conhecer a cidade em seus lugares cotidianos, percorrendo traçados e itinerários guiados por um fio do imaginário que remete a uma experiência física concreta, constrói imagens da cidade. Ao mesmo tempo, o “lugar na cidade está permeado pelo tempo do espaço social que contracenam com a cidade como espaço físico”. (p. 124). Posto isso, a autora afirma que para identificar os lugares da cidade é necessário perceber os modos de apropriação em consonância com o tempo social vivido e considera que isso constitui uma forma de leitura urbana.

É importante ressaltar que a representação é constituída a partir das experiências individuais e coletivas daquele que a constrói. Essa questão é trabalhada nas Ciências Sociais a partir do conceito de ambivalência, discutido por Andrade (2004). Segundo esta autora, a

ambivalência diz respeito ao conflito entre os valores culturais provenientes de experiências em sociedades diferentes, o que faz com que a experiência de vida anterior conforme a percepção e interpretação dos acontecimentos do presente. Ao analisar a obra de três escritores modernistas mineiros, ela aponta que a produção literária destes autores foi fortemente marcada pela ambivalência entre a experiência da vida interiorana e a vida na jovem metrópole de Belo Horizonte. Cyro dos Anjos, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade, os escritores analisados por Andrade (2004) “tinham origens interioranas e pouca ou nenhuma experiência de vida urbana. Ao chegarem em Belo Horizonte, ainda traziam as lembranças e os valores associados ao modo de vida interiorano (...) julgavam e interpretavam as experiências no novo espaço social a partir de suas pautas culturais originais” (p.44). Nesse sentido, podemos pensar as relações de ambivalência como um dos fatores que conformam a percepção do cronista a cerca do espaço urbano e que de alguma forma, interferem na produção das representações da cidade que podem ser observadas nas crônicas.

O conceito de ambivalência se torna um fator importante para o entendimento da relação entre os indivíduos e o espaço urbano. Ao analisar a influência do território na sociedade urbana, Perlongher (1995) afirma que a vida na cidade instaura novos modos de comportamento e novos laços de sociabilidade<sup>13</sup>.

Organismo afinal autônomo, o da cidade, a própria mutação das condições ambientais provocaria mudanças acentuadas nos comportamentos dos cidadãos, que fundamentariam a consideração (físico-social) da urbe como variante autônoma. Seria esta variação nas condições ambientais a determinante da mudança (...) no comportamento humano. (Perlongher, 1995, p.85)

Segundo este autor, a migração dos indivíduos do campo ou de pequenas cidades do interior para a cidade grande afrouxava as redes de sociabilidade e geravam o reposicionamento dos sujeitos perante o espaço e às relações sociais que ali se instituem. Ele ressalta que “longe de se perderem, os laços familiares das famílias transplantadas tendem a refazer-se no novo meio urbano, incluindo a re-elaboração dos rituais de sociabilidade que provêm do seu círculo de origem” (Perlongher, 1995, p.88). A mudança do ambiente de

---

<sup>13</sup> Aborda-se a sociabilidade como as formas de interações sociais que perpassam todo o conjunto da vida cotidiana. Maia (2002) afirma que a sociabilidade deve abranger o universo simbólico e a experiência individual que “envolve os indivíduos nas diversas formas de interação social” (p. 11), observando ainda que a interação é influenciada pela subjetividade dos participantes da interação. França (1995) discute a questão da sociabilidade abordando as transformações nas formas das relações sociais com a crescente influência dos meios de comunicação. Esta autora ressalta que “a sociabilidade se refere não diretamente aos meios ou à ação dos meios, mas aos impulsos que fundam a dinâmica da vida social” (França, 1995, p.59). Pode-se dizer então que a sociabilidade é o desenho das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos de uma determinada sociedade.

vivência dos indivíduos acarreta um processo de re-inserção social e adaptação ao novo ambiente, mas os laços com o passado e a experiência de vida anterior não se dissolvem, se modificam. Por isso, esta concepção pode ser associada à definição da ambivalência em Andrade (2004).

Paralelo aos que se integram ao novo espaço a partir da re-elaboração dos laços de sociabilidade, Perlongher (1995) aponta que há também aqueles indivíduos que não conseguem se integrar ao novo modo de vida proporcionado pelo novo espaço, constituindo grupos marginais. A partir da ruptura com o modo de vida que está acostumado, o indivíduo que não consegue se integrar passa a se sentir deslocado no ambiente urbano. Este sentimento de deslocamento pode ser identificado na relação de Carlos Drummond de Andrade com Belo Horizonte, na qual o cronista interpreta a vida na cidade e as relações sociais que ali se estabelecem baseado na sua vivência em Itabira, cidade do interior do Estado e aponta, conforme Andrade (2004) um ressentimento em relação à frieza no tratamento entre os indivíduos no meio urbano.

No caso de nosso estudo, podemos identificar os traços da ambivalência nas crônicas de Noronha Guarany, Carlos Drummond de Andrade e nas crônicas da coluna “A Cidade”. Mesmo esta última coluna não tendo autoria determinada, é viável cogitar que tenha autor ou autores que possuíam outras experiências urbanas anteriores à vida em Belo Horizonte. A construção da cidade de Belo Horizonte foi feita de forma a tentar apagar os vestígios do passado de pequeno arraial e por este motivo a população que ocupou o espaço da nova Capital foi totalmente ‘estrangeira’, vinda de outras cidades do Estado e de outros estados. Dada a distância temporal entre a inauguração da Capital, em dezembro de 1897 e o surgimento da coluna “A Cidade”, em agosto de 1938 é pouco provável que já tivesse se formado uma geração de belo-horizontinos nativos em condições de escrever a coluna.

A definição de ambivalência pode justificar o por quê, para Guarany, em 1928, Belo Horizonte era uma cidade no auge da modernidade. Vindo do interior na virada do século XIX para o século XX, era estudante de Direito na Capital em seus primeiros anos. Para este autor, os valores culturais que possibilitam perceber a noção de ambivalência foram forjadas em dois momentos, o primeiro na sua chegada à cidade tendo a experiência de vida anterior e o segundo na própria vivência dos primeiros anos da Capital. A Belo Horizonte que lhe havia sido apresentada como jovem e moderna estava se transformando ao longo do tempo, consolidando, sob o seu ponto de vista a vocação para a modernidade.

Em Drummond, segundo Andrade (2004), a ambivalência é demonstrada pela crítica à racionalidade da estrutura da cidade, que tornava o ambiente frio e impessoal, de relações



personais fugazes e objetivas. Conforme discute Andrade (2004) “o que torna ambivalente a crítica de Drummond ao provincianismo é o seu apego às históricas e ‘humanas’ cidades do interior mineiro. Estas sobrevivem na sua memória afetiva como ‘cidades ideais’ com base nas quais mede os desvios racionalistas da Capital” (p. 179). Nesse sentido, Drummond ressentia-se da frieza da vida na cidade moderna.

Na coluna “A Cidade” o autor anônimo sempre contrapõe o desenvolvimento de Belo Horizonte ao desenvolvimento de outras cidades, o que pode indicar um autor com uma leitura diferenciada sobre a cidade, senão pela própria vivência, pela informação apurada sobre os progressos do modo de vida urbano. Algumas passagens indicam essa vinculação entre o autor e o universo urbano. “O Rio de Janeiro é o maior elogio a Belo Horizonte, porque a bela e grande capital da República nos fornece os pontos de referência para a constatação do ritmo metropolitano da vida em que se projeta a Capital de Minas (...)” (A Cidade, 09 out.1938, p.03). Pode-se observar que ao comentar o excesso de proibições impostas pelas Posturas Municipais no uso dos jardins públicos, o autor aponta que este não é um problema exclusivo de Belo Horizonte. “O mal, infelizmente não é só de Belo Horizonte. É de todas as cidades brasileiras” (A Cidade, 29 out. 1938, p.03). Também ao discutir a necessidade de revisão do zoneamento de Belo Horizonte “A Cidade” publicada em 1º. de novembro de 1938 afirma que este é um imperativo da vida urbana nas cidades modernas. Nessas passagens pode-se notar que esta coluna costuma estabelecer comparações entre Belo Horizonte e outros centros urbanos desenvolvidos, indicando um autor que se mantém informado sobre os acontecimentos e a vida urbana não só de sua cidade, mas de outros locais do país e do mundo.

Dessa forma, a ambivalência se constitui como um dos fatores que interferem na construção das representações sobre a cidade que é conformada pelos cronistas de acordo com as suas experiências individuais e coletivas. O jornalismo é uma das formas pela qual a atividade *flâneur* pode se manifestar. A relação entre o jornalismo e a *flânerie* institui o compartilhamento de imagens da cidade produzidas pelo cronista com o seu público leitor, em qualquer temporalidade, dizendo de modos de viver e habitar a cidade. Pode-se afirmar que o jornalismo articulado à *flânerie* materializa nas crônicas as imagens da cidade, se constituindo como uma forma de representação do espaço urbano.

## 2.2- A Imagem Projetada da Cidade

Pensar a comunicação no ambiente urbano requer abordar a cidade como um organismo vivo, multiforme e em constante mutação. É preciso pensar a comunicação como uma prática social que está intimamente vinculada ao espaço na qual se desenvolve. Em cada espaço geográfico há um tipo de desenvolvimento social, econômico e cultural que o caracteriza e que influencia nas formas e técnicas de comunicação que atuam neste meio. Para caracterizar a Belo Horizonte da década de 1930, apresentamos uma discussão interdisciplinar sobre a cidade para evidenciar a relação entre as práticas espaciais e as práticas comunicativas.

Santos (2004)<sup>14</sup> apresenta técnicas como as intervenções do homem sobre o meio ambiente e sobre as relações estabelecidas entre os homens. Segundo este autor, o espaço e as técnicas se conformam mutuamente. Ele aponta, citando George (1974), que:

a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, *carrières*, espaços reservados a circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e existência. (George, P. *apud* Santos, 2004, p. 33)

Com base nisso, podemos pensar o jornal e as demais formas de comunicação que atuam no espaço urbano como técnicas que influenciam na utilização e nas formas como os cidadãos se apropriam do espaço urbano, uma vez que atuam na constituição de imagens e representação acerca do local geográfico em que se inserem. Para Santos (2004), ainda de acordo com George, se as cidades até meados do século XIX eram produtos prioritariamente culturais, a cidade moderna é produto das técnicas que moldam a relação dos habitantes com o espaço e também as relações humanas que ali se desenvolvem. Ou seja, o jornal, na grande cidade, modifica a natureza da experiência do habitante urbano.

Para o geógrafo Santos (2004) é importante não esquecer que no estudo dos objetos da técnica, objeto e espaço não devem ser analisados como partes isoladas, mas como partes interconectadas de um todo. Ele afirma que o espaço pode ser “visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (p. 40-41). Mas ressalta que é o espaço que redefine e orienta a utilização dos objetos, a despeito de

---

<sup>14</sup> Milton Santos ao tentar identificar o que constitui o objeto de estudo da geografia, chama a atenção para a interferência das técnicas desenvolvidas pela atividade do homem em relação ao meio ambiente e em relação aos outros habitantes. Faz-se aqui uma apreensão rápida de alguns conceitos apresentados pelo autor, para pensar a influência do espaço geográfico na dinâmica da comunicação, principalmente urbana.

“suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente” (p.40-41). Isso explicaria o porquê de determinados objetos possuírem significados e utilização diferentes em locais diversos.

Nesse sentido, técnica e espaço se conformam, fundindo-se e gerando significados para um e para outro. As técnicas devem ser entendidas como elementos de contextualização do espaço geográfico em que se situam e que nos permitem observá-lo de forma mais complexa e incisiva. Ou seja, pela observação dos jornais de uma determinada época é possível apreender indícios de realidade de um mundo que não mais existe fisicamente. Torna-se parte da memória, seja ela individual ou coletiva. A técnica é produto das formas de interação entre os homens e destes com o ambiente que habitam.

O jornalismo, como técnica temporal e geograficamente localizada é capaz de nos fornecer pistas sobre as relações sociais que se desenvolveram em determinados períodos. Nesse caso, nos interessa aqui compreender como o meio técnico caracterizado pelo jornal, através de suas crônicas, produz e reproduz imagens da cidade e da vida urbana da qual fazem parte. A importância do lugar para o desenvolvimento da técnica é um dado primordial, de acordo com Santos (2004), “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica” (p.58). As especificidades do lugar determinam a atuação das técnicas no ambiente, retirando-a da abstração das idéias e configurando-a como uma prática.

Pensar o jornal na vida da cidade implica pensá-lo como uma técnica que encontra no espaço urbano as condições ideais para o seu desenvolvimento, mas que ao mesmo tempo é condicionado pelas características de cada cidade. No caso de Belo Horizonte, o planejamento racional do espaço geográfico ocupado pela cidade privilegiou a implantação da infraestrutura mais sofisticada na zona urbana o que pode ser justificado pelo que Santos (2004) aponta como resultado do planejamento racional do espaço urbano: “a localização de infra-estruturas é resultado de um planejamento que interessa principalmente aos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (p.299). Citando Horkheimer, Santos (2004) completa:

Na medida em que o processo de racionalização não é mais resultado de forças anônimas do mercado, mas é decidido pela consciência de uma minoria planejadora, também a massa de sujeitos deve ajustar-se: o sujeito deve, por assim dizer, dedicar todas as suas energias para estar dentro e a partir do movimento das coisas. (Horkheimer citado por Santos, 2004, p.299-300)

Assim se planejou a ocupação de Belo Horizonte. Por uma decisão do governo mineiro, em um esforço de modernização do Estado, criou-se em 1894 a Comissão Construtora da Nova Capital<sup>15</sup>, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis. De acordo com Aguiar (2006), a construção da nova capital, Belo Horizonte,

foi ordenada segundo um arranjo tripartite, composto por três zonas concêntricas. No núcleo estaria a *área urbana*, a cidade por excelência, o centro da vida urbana. Delimitada pela Avenida do Contorno, essa área urbana seria envolvida pela *zona suburbana*, o arrabalde, os subúrbios, espaço de transição entre a cidade e o campo. Por fim essa zona suburbana seria circundada pela *zona rural* do município, ou seja, o campo. (Aguiar, 2006, p.22)

O planejamento e a construção da cidade de Belo Horizonte é inspirada nos modelos de reformas urbanas de cidades européias, mas também pode ser associada à descrição feita por Rama (1984) sobre o modelo da construção das cidades latino-americanas. A cidade ordenada fisicamente com a distribuição geográfica da população urbana seguindo a estratificação social. Designado como um “tabuleiro de damas” o espaço físico da zona urbana da cidade regularmente ordenada, cujo centro deveria ser ocupado pela cidade letrada, assim como pode se observar no caso do planejamento da ocupação de Belo Horizonte. A cidade letrada constituía uma “outra cidade, não menos amuralhada e não menos, porém, mais agressiva e redentorista que a regeu e conduziu. É a que creio que devemos chamar de cidade letrada, porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos” (Rama, 1984, p.42). Os intelectuais e a elite urbana, vinculadas à burocracia estatal ou ao mercado e que detém o domínio dos meios de produção simbólica são os habitantes da cidade letrada. No caso de Belo Horizonte o espaço a ser ocupado pela cidade letrada possuía uma demarcação física, a Avenida do Contorno. Dentro de seus limites funcionariam o centro administrativo, o comércio e a residência dos funcionários públicos transferidos de Ouro Preto para a nova Capital.

Retoma-se aqui o surgimento da cidade de Belo Horizonte, a primeira cidade brasileira que teve sua construção totalmente planejada para observar as imagens desta cidade que são previstas pelo seu projeto e que norteiam o seu desenvolvimento. As características que marcam o surgimento de Belo Horizonte oferecem pistas das relações sociais que ali se estabelecem e de alguma forma se fazem presentes no cotidiano da jovem cidade das décadas de 1920 e 1930.

---

<sup>15</sup> Também chamada neste trabalho CCNC.

Aguiar (2006) indica que a construção de Belo Horizonte foi fruto de três empreendimentos do governo mineiro, a iniciativa política motivada pelo apoio de companhias privadas que queriam expandir as redes de transporte existentes; o incentivo à imigração e à colonização de europeus, com objetivo de modernização rural, incremento e diversificação da atividade agropecuária e, por fim, a construção de uma cidade planejada e moderna. O planejamento da construção da nova Capital de Minas a coloca como uma tentativa de concretização da definição do espaço racional, dado por Santos (2004):

O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e ações. (...) Os espaços da racionalidade funcionam como um organismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado. (Santos, 2004, p. 300-301)

Em nome da modernidade, o vilarejo de Curral D’el Rey foi totalmente destruído para ceder espaço à nova Capital que brotaria aos pés da Serra do Curral. Nascia então Belo Horizonte. Silva (1991) ressalta que uma característica singular da construção planejada de Belo Horizonte era a forma da cidade, que “neste caso, não estava se conformando como uma testemunha do passado mas sim, como criadora de um futuro que se queria” (p. 12). Inaugurada em dezembro de 1897, a cidade de Belo Horizonte possuía um traçado moderno com uma Avenida de Contorno que separaria a zona urbana, da zona suburbana e da área rural. Dentro do limite desta avenida, segundo Silva (1991), os quarteirões eram metrificados regularmente com uma proposta de ocupação do espaço determinada pelo projeto de construção da cidade. Na área urbana, algumas regiões serviam de moradia para a elite enquanto outros espaços foram ocupados por uma população de menor renda, dedicada a prestar serviços para as camadas sociais de maior poder aquisitivo. Andrade (2004) afirma que foi dispensado, por parte dos planejadores da nova Capital, um tratamento diferenciado aos funcionários públicos, “facilitando sua fixação na zona urbana e destinando-lhe um bairro na parte mais nobre da cidade: o bairro dos Funcionários” (p. 78).

Enquanto isso, os moradores da região menos valorizada da área urbana figuravam constantemente na seção “Vida Suburbana” publicada pelo *Estado de Minas*. Nesta seção era comum encontrar notícias sobre a vida das camadas mais pobres da população, inclusive dentro dos limites da Avenida do Contorno, na região do Barro Preto. Esta coluna traz constantes notas sobre a troca de insultos entre as lavadeiras desta região. As Posturas

Municipais de 1925, citadas por Andrade (2004) demarcavam as áreas da zona urbana em que as prostitutas podiam circular, tentavam regular “atividade de mendicância, o comércio ambulante e o comportamento nos bondes” (p.77). Os frequentadores dos parques e praças também deveriam obedecer a uma série de regras comportamentais e de vestuário, conforme pode ser observado na coluna “A Cidade” de 29 de outubro 1938, que critica as restrições no uso dos jardins públicos, apontando que “o erro está em que os nossos jardins são armados como vitrinas – para serem vistos. Quando um jardim se destina, principalmente, a ser usado” (p.03). Mesmo que de forma indesejada pelos planejadores da Capital, a população mais pobre estava presente na área urbana da nova Capital, mas restrita a locais específicos.

Aguiar (2006) aponta que entre os anos de 1898 e 1899, o projeto inicial de Aarão Reis teve uma significativa modificação no planejamento de parte da zona suburbana, com a criação de cinco colônias agrícolas, fruto dos empreendimentos governistas que deram origem à nova capital. A Cidade de Minas<sup>16</sup> era o pólo de articulação entre a modernização urbana e a proposta de modernização agrária com o uso de mão de obra imigrante. As colônias localizadas no terceiro círculo concêntrico do projeto da nova Capital deveriam abastecer a cidade de gêneros alimentícios e produtos agrícolas. Para Aguiar (2006), a sofisticação da infra-estrutura da cidade de Belo Horizonte demonstrava a predisposição das elites ao progresso, partindo de uma ruptura com o passado.

O projeto da Cidade de Minas partiu da convicção das elites mineiras de que a sociedade brasileira como um todo deveria mudar e ser melhorada, superando a herança da escravidão. Nesse sentido, o espaço da nova cidade foi concebido não para uma massa ignorante, mas para uma população que pudesse aprender a viver em um meio urbano delineado de acordo com os padrões técnicos avançados, dotado de uma infra-estrutura urbana sofisticada, comparável àquelas em implantação nas cidades européias e americanas. (Aguiar, 2006, p. 59)

Aguiar (2006) aponta que o fracasso do empreendimento de modernização agrícola do Estado, que pretendia tornar a nova Capital auto-suficiente na produção de gêneros alimentícios, fez com que entre 1912 e 1914 as áreas destinadas à formação das colônias agrícolas fossem incorporadas à zona suburbana. Por isso, ele afirma que “no período entre 1920 e 1930 as ex-colônias Carlos Prates e Américo Werneck foram convertidas nos bairros suburbanos que cresceram em ritmo mais acelerado na cidade” (Aguiar, 2006, p.302).

Silva (1991) apresenta uma suposta contradição no que diz respeito à ocupação da cidade de Belo Horizonte a tendência à modernidade apresentada no planejamento e

---

<sup>16</sup> Nome dado à nova Capital até 1901. No início do século XX lhe é dado o nome de Belo Horizonte.

construção da cidade e a ocupação do território urbano por uma população tradicional, em grande parte funcionários públicos vindos da antiga Capital. Esta autora define esta ambigüidade apenas como uma aparência. “Para uma cidade planejada, ordenada, metrificada, nada melhor que um povo que pensa ser o guardião da ordem” (Silva, 1991, p. 05).

Conforme aponta Aguiar (2006), ao preparar a transferência para a nova Capital, o governo mineiro também realizou investimentos na zona suburbana de Belo Horizonte, o que atraiu parte da classe média para a região suburbana. Os investimentos na zona suburbana estavam previstos no projeto da Comissão Construtora, através do planejamento da ocupação desta região e da instalação de equipamentos urbanos, aos quais a população deveria se adaptar, criando novos modos “de morar, de circular, de se comportar, estabelecendo novas relações sociais e novos laços com o poder, ou seja, transformando-se em cidadãos do novo Estado federado” (Aguiar, 2006, p.60). Ou seja, Belo Horizonte não foi, pelo projeto inicial, uma cidade para a população mais humilde. Morar na cidade moderna requeria um aprendizado sofisticado para lidar com a infra-estrutura criada. E é para essa população que Belo Horizonte possui “uma doce alma patriarcal”, conforme Drummond.

A cidade que nasce sob o signo da República, baseada em uma racionalidade calcada no ideal da ordem e do progresso torna-se um símbolo marcante também da exclusão social, quando de acordo com Silva (1991) se observa que os moradores que então habitavam o Arraial D’el Rey foram totalmente desconsiderados pelo projeto da Comissão Construtora. Exclusão que também fica aparente pela falta de lugares destinados à moradia dos operários que participaram da construção da cidade e do despreparo do novo espaço para receber um grande contingente populacional.

Era interesse dos governos estadual e municipal manter na cidade os operários que participaram da construção da cidade, mas como não havia local reservado para eles no projeto, no início do século XX foi providenciada uma regulamentação sobre as áreas em que estes moradores poderiam ocupar. A região do Barro Preto foi designada como área para a moradia operária, mas Aguiar (2006) aponta que delimitar uma área específica para as moradias dos operários foi uma tentativa de “evitar que a cidade concebida como modelar fosse maculada pelas moradias precárias” (p. 183). Segundo ele, este fato pode ser considerado como a “consolidação de um modo de ocupação segregativa do espaço da cidade” (Aguiar, 2006, p. 185). Mas esta ação por parte do poder público não impediu que espaços da zona urbana fossem invadidos e áreas urbanas e suburbanas fossem ocupadas por barracões e cafuas. Pode-se inferir, a partir do trabalho desenvolvido por Aguiar (2006) que

embora essa ocupação desordenada e a favelização de algumas áreas fosse indesejada pelo poder público, ela foi causada em certa medida por parte do próprio governo, que não seguiu à risca o projeto desenvolvido pela CCNC.

Silva (1991) destaca que em 1920, inicia-se um novo processo de planejamento da cidade, em uma tentativa de regular a ocupação do espaço, principalmente nos subúrbios, em uma tentativa de manter um crescimento ordenado e estável. Aguiar (2006) afirma que a Comissão Construtora da Nova Capital havia previsto no planejamento da Cidade de Minas um maior adensamento populacional na área urbana da cidade, demarcada pela Avenida do Contorno e uma ocupação gradativa dos subúrbios. Ele indica que, no entanto, “ao contrário do que esperava Aarão Reis, a primeira periferia da cidade se adensou de modo mais acelerado do que as áreas centrais da cidade” (Aguiar, 2006, p.397). Houve, por parte da CCNC, uma estratégia de organização da região suburbana diferente do planejamento da zona urbana, embora este planejamento tenha se perdido com o rápido adensamento populacional desta região. O maior adensamento da região suburbana foi causado pelos altos preços cobrados pelo Estado na venda dos lotes da zona urbana.

A região suburbana possuía relevo mais acidentado e os lotes ocupavam um espaço maior do que os lotes localizados na zona urbana. Aguiar (2006) aponta que as ruas da região suburbana possuíam largura uniforme e lá se localizavam equipamentos que exigiam grandes áreas e causavam “impactos desfavoráveis” à população do entorno, como “o hipódromo, o cemitério, o matadouro, os reservatórios de água, as instalações para tratamento de esgoto e as oficinas ferroviárias” (Aguiar, 2006, p.174). Este autor afirma que no planejamento da nova Capital, a zona suburbana não foi concebida apenas como uma reserva espacial para a expansão urbana, mas como um espaço de transição, uma ligação entre a cidade e a zona rural.

Um outro fator que contribuiu para o desenvolvimento urbano de Belo Horizonte foi a retomada do crescimento da cafeicultura mineira, que estimulou a economia local e possibilitou ao governo do Estado a implementação, na segunda metade da década de 1920, de um “programa de construção de estradas de rodagem, que tinha Belo Horizonte como centro” (Aguiar, 2006, p.311). Este autor afirma ainda que:

A transformação urbana de Belo Horizonte nos anos 1920 deve ser entendida como um dos passos iniciais de um processo acelerado de crescimento da cidade, tanto físico e populacional quanto econômico. Esse crescimento da cidade se estendeu pelas décadas de 1930 e 1940, ainda que com abalos momentâneos decorrentes de nova crise cafeeira em 1930, e fez da capital o principal centro industrial e comercial do estado (Aguiar, 2006, p.312).



Ou seja, observa-se que a ocupação urbana nos primeiros anos da nova Capital não foi como o previsto pelo seu planejamento. Ancorado pela recuperação financeira do país e do Estado é a partir da década de 1920 que se acentua o processo de ocupação da cidade e do desenvolvimento da vida urbana, inclusive com estímulo governamental ao crescimento da população. As características presentes no planejamento e no início da ocupação da cidade de Belo Horizonte ainda marcariam por muitas décadas o seu desenvolvimento. A coluna “A Cidade” de 21 de outubro de 1938 indica a existência de um incentivo concedido pelo Governo do Estado através de decreto para estimular o crescimento populacional, concedendo gratificação aos funcionários públicos de acordo com o número de filhos. O colunista apresenta a contradição entre a política governamental e a realidade dos proprietários de imóveis na Capital que só alugavam os imóveis para casais sem filhos. Segundo a crônica, três quartos da população belo-horizontina naquele período dependia de imóveis alugados e a política adotada pelos proprietários em um momento que o Governo estimulava o aumento das taxas de natalidade representava um enorme contra-senso.

A construção da cidade de Belo Horizonte teve a função de criar uma estrutura que pudesse ser auto-suficiente na produção de gêneros alimentícios e estivesse apta a receber habitantes capazes de utilizar a infra-estrutura sofisticada preparada para cidade, definindo inclusive os usos para os espaços planejados. Para Aguiar (2006) há um descolamento entre a idealização de um projeto e sua realidade efetivada.

De acordo com Certeau (1994) o tecido urbano é composto a partir das caminhadas dos habitantes pela cidade, como se o corpo físico da cidade estivesse aberto às atribuições de sentidos feitas por seus habitantes e visitantes. É a experiência individual que reveste a cidade de significados. Por isto, para Certeau (1994), as práticas de espaço, consideradas como as formas de uso do espaço físico, relacionam-se com as práticas significantes, que organizam simbolicamente os discursos sobre a cidade. Ou seja, o planejamento ou o projeto de uma cidade se efetiva ou não a partir das práticas espaciais desenvolvidas pelos seus habitantes.

Muitas vezes, pode ocorrer que um espaço projetado para determinado uso tenha seus sentidos invertidos, ganhando outras significações que não as previstas pelo projeto inicial. A inversão nos sentidos atribuídos a determinados lugares pode, no cotidiano se associar à ascensão e decadência de lugares, sejam eles públicos ou privados. Noronha Guarany em 18 de abril de 1928, relembra a Belo Horizonte de sua juventude, com a crônica de um memorável carnaval na Rua da Bahia.

Achamo-nos em pleno Carnaval do ano de 1902. A cidade de Belo Horizonte, ainda na sua infância risonha, com sua vida primitiva de pequena população – Capital então, rigorosamente composta do elemento oficial acordava alegre e entusiasta para as festas de Momo.(...)

Todo movimento do carnaval se fazia na rua da Bahia, da esquina da rua Guajajaras, onde estava situada a Casa Narciso, até o cruzamento com a Avenida Afonso Pena, onde ficava o Acre, o melhor *restaurant* da época. (...)

O programa das festas era limitado e pouco variado. Consistia no coreto armado em frente ao Grande Hotel, com a banda de música, batalha de *confetti* e bisnagas, levadas a efeito pelas calçadas da Rua da Bahia, e uns bailes públicos de entradas pagas, no Theatro *Soucasseaux*.

Mascarados avulsos pelas ruas durante o dia, em grupos isolados, com o clássico estribilho:

- Você me conhece?

Às vezes, com grande satisfação dos curiosos passava algum carro de praça tirado por uma parelha enfeitada de fitas e espelinhos, conduzindo algum mascarado. Era um deslumbramento. (...) (Noronha Guarany, 18 abr.1928, p. 08).

Após descrever com riqueza de detalhes o Carnaval de Belo Horizonte no início do século, o autor fala do tratamento dado a esta festa pela imprensa da Capital, em especial pelo jornal *Folha Pequena*, que transformava “esse pobre carnaval uma esplendorosa festa de Nice, um delírio de grandeza e de apoteose” (p.08). Nas primeiras décadas do século XX a Rua da Bahia desempenhou, conforme aponta Julião (1997), um importante papel na sociabilidade belo-horizontina. O *footing* configurava-se, desde as primeiras décadas da nova Capital, como uma das principais atividades sociais da época e era no subir e descer a Rua da Bahia que se via e se era visto. Nesta rua, na esquina com a Avenida Afonso Pena funcionava um dos mais tradicionais pontos de encontro da época, o Bar do Ponto. Mas, se Guarany relembra a Rua da Bahia no início do século XX como lugar de destaque no cotidiano da cidade, cenário dos lugares badalados e de importantes comemorações, a mesma rua aparece na crônica de Drummond, sob o pseudônimo de Antônio Crispim, na década de 1930 como decadentemente rotineira.

Eu conheci a rua da Bahia quando ela era feliz. Era feliz e tinha um ar de importância que irritava as outras ruas da cidade.

Um dia, parece que a rua da Bahia teve um desgosto qualquer e começou a decair. Hoje, a gente olha para ela com um respeito meio irônico e meio irônico e meio triste. Como quem olha para Ouro Preto. (Antônio Crispim, 23 abr. 1930, p.08)

Esta visão da Rua da Bahia pode ser interpretada de duas maneiras: Pode indicar o desenvolvimento de outras ruas da cidade, que se tornam pontos de comércio e de movimento, fazendo com que a rua tradicional seja considerada ultrapassada, fora de moda.

Mas pode também ser um indicativo da monotonia da vida social belo-horizontina, que não possuía alternativas de lazer. Os passeios, os eventos, os principais cafés e tudo mais se concentravam na Rua da Bahia, banalizando o uso deste lugar. Em qualquer uma destas interpretações plausíveis, ao compará-la à Ouro Preto o autor aponta para uma queda no prestígio desta rua, pois a antiga Capital do Estado fora desprestigiada pela transferência do aparato estatal para Belo Horizonte.

A coluna “A Cidade” datada de 05 de outubro de 1938 apresenta a decadência de outro tradicional local da cidade, a Praça da Estação. Segundo a crônica, o prestígio da Estação Central decaiu em função da ascensão da região da Pampulha, com a inauguração do campo de aviação. O alvoroço das chegadas e partidas dos trens começara a ser substituído pela agilidade dos aviões. A coluna aponta a possibilidade de recuperação do prestígio e do movimento da Estação Central transformando-a em ponto de embarque e desembarque dos trens suburbanos que se multiplicavam a cada dia, devido à expansão dos limites urbanos.

Para Benjamin (2007), a “tarefa da infância” é “integrar o novo mundo ao espaço simbólico. A criança é capaz de fazer algo que o adulto não consegue: rememorar o novo” (p.435). Essa passagem refere-se à capacidade infantil de criar, descobrir, inventar novos significados para espaços simbólicos consolidados. Associando esta passagem ao período de infância de uma jovem cidade pode-se dizer que ela se torna abrigo de possibilidades múltiplas de caminhos e práticas de significação de seus espaços. Segundo Andrade (2004), “por ser uma cidade nova, Belo Horizonte ressentia-se de uma definição mais precisa de sua identidade” (p.78). Por não ter costumes e tradições muito arraigados, a jovem cidade constitui um espaço acolhedor para as novidades. A identidade prevista pelo seu projeto de construção era de uma cidade moderna, projetada para ser uma grande metrópole, com uma vida social intensa. O que nas primeiras décadas da nova Capital ainda não havia sido consolidado. Aguiar (2006) aponta que “a Cidade de Minas, após a inauguração e até o fim da primeira década do século XX, foi muitas vezes descrita como vazia e sem vida” (p. 160). A imagem da cidade que era projetada em suas crônicas mostra uma população receosa sobre os modos de viver e ocupar a cidade moderna e por isso, observa-se uma vida social altamente tradicional.

Deve-se lembrar que em Belo Horizonte o espaço também careceu de ocupação de habitantes de outras localidades, que traziam consigo diferentes culturas e hábitos. Por causa do acolhimento aos novos moradores, principalmente funcionários públicos transferidos de Ouro Preto com suas respectivas famílias e jovens estudantes a procura de oportunidades na nova Capital, Drummond, no uso do pseudônimo Antônio Crispim apela para uma “doce

alma patriarcal de Belo Horizonte” (02 mai. 1930, p. 06). Quando se observa que a população que ocupara o espaço da cidade no período anterior à sua construção foi excluída da nova vida que ali se estabelecia, sendo os ‘estrangeiros’ vindos de Ouro Preto e de outras regiões do Estado os responsáveis pela consolidação de um novo modo de vida naquele espaço, cabe ressaltar que essa “doce alma patriarcal” acolhe o que é novo e desejável, mas despreza o velho, que representa o passado com o qual se deseja romper.

“A cada formação verdadeiramente nova da natureza – e no fundo, também a técnica é uma delas – correspondem novas imagens. Cada infância descobre estas novas imagens para incorporá-las ao patrimônio de imagens da humanidade” (Benjamin, 2007, p.435). O nascimento de uma cidade é produto da intervenção técnica humana sobre a natureza e traz consigo a partir de seu planejamento sonhos, aspirações, simbolismos que imprimem vocações desejáveis para a nova cidade. É no percurso de amadurecimento da vida urbana que os usos e a significação dos espaços da cidade irão confirmar ou não as vocações inicialmente propostas a ela. A jovem cidade acata, acolhe e abriga os mais diversos sonhos e as várias possibilidades de transformações no ambiente urbano. Belo Horizonte, em suas primeiras décadas de vida é uma cidade criança, aberta às experiências, inovações e imagens que lhe são atribuídas e constantemente atualizadas e re-atualizadas, imagens que se transformam com a consolidação de um modo de vida na cidade.

À medida que a cidade é habitada e inicia-se uma vida urbana em Belo Horizonte, sua destinação burocrática de ser a capital do Estado, e a tradição mineira na política nacional fazem com que o cotidiano da cidade seja marcado pelas questões políticas. Ao mesmo tempo, o estado de Minas Gerais mantém uma tradição intelectual que também se faz presente de maneira muito significativa no cotidiano de Belo Horizonte. Os escritores vindos do interior, como Drummond, encontravam na Capital do Estado uma vida literária bastante agitada, com a influência dos movimentos vanguardistas europeus. Isto resultou na aproximação em meados da década de 1920 entre os jovens escritores mineiros e os integrantes do movimento modernista de São Paulo.

A modernidade pretendida pelo planejamento e construção da nova Capital se depara com uma população altamente tradicional, em um Estado calcado em tradições políticas e religiosas. Na segunda década do século XX, a nova capital vivencia um momento de consolidação da vida urbana, inclusive com um significativo aumento populacional. A década de 1930 inicia-se contando a Capital mineira um número de habitantes de 108.849 habitantes, segundo Penna (1997) e é também neste período que, segundo Aguiar (2006), são retomadas

as discussões sobre o crescimento urbano e a necessidade de se resgatar o planejamento da cidade.

Um ponto importante a ser destacado no projeto da nova Capital é o planejamento viário proposto pela CCNC, cuja Avenida Afonso Pena foi projetada para ser, juntamente com a Avenida Amazonas, as artérias da cidade, locais de trânsito, comércio, ligação entre bairros, pontos de encontro, enfim, coração da vida urbana. Na Afonso Pena, as vitrines das lojas, os cafés a transformavam em um local apropriado para o *footing*, prática comum à época. Conforme Drummond, às quatro horas da tarde, a Avenida Afonso Pena era uma “Broadway sertaneja” (Antonio Crispim, 25 mai. 1930). Esse apelido pode ser explicado em outras crônicas em que a Avenida aparece como um dos principais cenários da vida social belo-horizontina.

No feriado de ontem, a Avenida cheia mostrava com orgulho as criaturas que a transformam, pisando os arabescos pretos e brancos do passeio, na claridade infinita que dão as árvores cortadas (a Avenida Afonso Pena remoçou dez anos com a poda das árvores; é pena que os seus prédios, quase todos contemporâneos do Borba Gato, e feios como o Borba, não tenham feito o mesmo). (Antônio Crispim, 21 e 22 abr. 1930).

A Avenida Afonso Pena era dos principais pontos de encontro e lazer da sociedade da época. Era também palco de polêmicas, como a que antecedeu a poda de suas árvores no ano de 1930. Nas crônicas em que aborda diretamente a poda das árvores, Drummond não manifesta claramente sua opinião, mas garante que a poda foi positiva para o fluxo da vida social naquele local. As árvores que, segundo Drummond, creditando à outrem denominado “um amigo”, lhe conferiam um ar de mistério, além de esconder sua “miserável arquitetura” (Antônio Crispim, 05 e 06 mai. 1930, p.10). Nesta crônica, o posicionamento da fonte do cronista é contrário à poda das árvores. A polêmica prossegue na crônica do dia seguinte, na qual Drummond apresenta outro ponto de vista sobre a poda das árvores, creditando-o a um outro amigo que se refere aos “amigos do verde”. “Amigos do verde, porque lamentais a perda de folhagem verificada em uma artéria da cidade quando há tanto verde por aí, nesses campos afora, e tão mal aproveitado?...” (Antônio Crispim, 07 mai. 1930, p.08).



FIGURA 1 – Vista parcial da Rua da Bahia na década de 1930. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p.163.



FIGURA 2 – Vista Parcial da Praça Rui Barbosa (da Estação) na década de 1930. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p. 147.





FIGURA 3 – Avenida Afonso Pena com as árvores, no final da década de 1930. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p.168.

Drummond defende que a beleza das cidades não reside nas “ruas atulhadas de verdura” e revela seu encantamento pela “Broadway, o mais louco e o mais delicioso dos caminhos humanos que já se abriram em terras civilizadas, não tem um arbustozinho para remédio” (Antônio Crispim, 07 mai. 1930, p.08). Ou seja, para ele, a cidade não é lugar próprio do verde, da natureza, afinal, ela é o domínio da civilização sobre a natureza e parece ser necessário que este domínio seja bem demarcado. A questão do verde no espaço urbano é abordada também em outra crônica, na qual Drummond também sob o pseudônimo de Antônio Crispim afirma que:

Belo Horizonte com todo esse verde, com todo esse azul que enche as suas ruas e vai até a indiscrição de penetrar nas suas casas, dá a muita gente a impressão de um paraíso monotonamente primaveril. É verde demais. Azul demais. (...) Por isso, acaba enjoando(...) (Antônio Crispim, 23 mar. 1930, p. 07)

Por essas passagens infere-se que, para Drummond o verde espalhado pelo espaço da cidade lhe retiravam o aspecto de urbano e moderno. Na edição comemorativa dos 80 anos do jornal *Estado de Minas*, em uma referência à Praça Raul Soares, ponto central dos círculos demarcados no projeto de construção da nova Capital, podemos encontrar uma pista do

porque o verde na cidade incomoda ao cronista. “Até 1935, a praça era apenas mato”. Em 1956, este local já se constituía como “um centro movimentadíssimo”. (Caderno Comemorativo do Estado de Minas, 07 mar. 2008, p. 11).

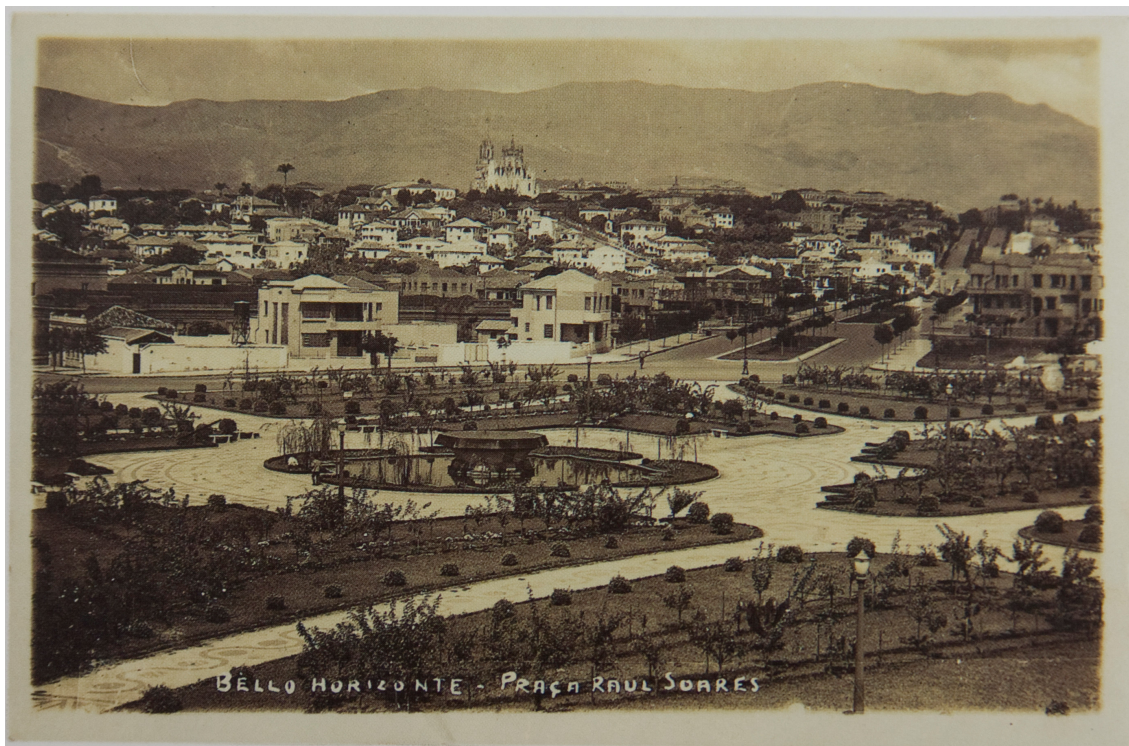


FIGURA 4 – Vista da Praça Raul Soares em 1936, após a revitalização. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p. 160.

A praça Raul Soares não recebeu durante a ocupação da cidade nenhum tipo de valorização, como prédios públicos e investimentos. O desenvolvimento desta região se acentuou a partir de 1929, quando o então prefeito Cristiano Machado resolveu centralizar o abastecimento da cidade, reunindo os feirantes da feira da Praça da Estação e da feira de amostras da Praça Rio Branco<sup>17</sup> em um terreno próximo à Praça Raul Soares, dando origem ao Mercado Municipal de Belo Horizonte, atualmente conhecido como Mercado Central. Nesta passagem pode-se perceber também a ampliação dos limites urbanos, em que um lugar antes tranqüilo se torna palco da vida urbana.

Sobre o apelido de “Broadway Sertaneja” dado por Drummond, no uso do pseudônimo de Antônio Crispim, à Avenida Afonso Pena pode-se indicar que a avenida era a principal rua de comércio da cidade e lá se concentravam as vitrines e os luminosos das lojas,

---

<sup>17</sup> Mesmo após a inauguração do Mercado Municipal no ano de 1928, em 1938 a Feira de Amostras da Praça Rio Branco continua sendo um importante espaço de sociabilidade para a população belo-horizontina e assunto constante na coluna “A Cidade”.



sendo o local mais “urbano” da cidade e ao mesmo tempo, constituía um palco dos acontecimentos da vida urbana. Mas, em crônica deste mesmo autor, sob o pseudônimo de Barba Azul, observa-se que ele critica o fato de as vitrines e os luminosos desta avenida serem apagados ainda cedo, o que justificaria o apelido de “Broadway”, acompanhado do adjetivo “sertaneja”.

As vitrinas apagaram-se na noite de Belo Horizonte. Atrás dos vidros, na hora em que o burguês faz a sua digestão ambulante e as meninas saem do cinema, já não há nada para espiar. (...) Enquanto isso, os jornais do Rio anunciam ironicamente os concursos de vitrinas. Nós aqui podíamos fazer o mesmo: indagar qual a vitrina mais escura e, como prêmio, oferecer ao proprietário - um lampião a gasolina. (Barba Azul, 20 e 21 jul. 1931, p. 09).

A expansão dos limites da cidade pode ser percebida na crônica de Noronha Guarany publicada em 12 de junho de 1928, na qual rememora um tradicional bairro da cidade que nos primeiros anos da nova Capital era parte do longínquo e isolado subúrbio. Nela, o cronista narra também a existência de dois grupos estudantis que marcaram o início do século na nova Capital. Conta a história do ‘Grupo dos Maus’, formado por estudantes boêmios que se reuniam para beber e não raro se metiam em confusões, e que, segundo o autor “alegravam os dias tristes dos primeiros anos da nossa Capital, pondo uma nota original na vida acadêmica”. (p.02). A outra turma de estudantes intitulava-se ‘Grupo dos Veleiros’, que se freqüentavam velórios para velar os corpos e consumir as bebidas que eram servidas nessas ocasiões, boas para “esquentar o estômago e a cabeça”. (p.02) Ao narrar uma das aventuras do ‘Grupo dos Veleiros’, o autor descreve um bairro hoje tradicional e central da cidade.

Partimos para os lados da Lagoinha, a pé, caminhando pela poeira das ruas longínquas, sem habitações, as casas edificadas, com espaços enormes separando uma das outras, porque, assim eram os subúrbios de Belo Horizonte naquela época. (Noronha Guarany, 12 jun.1928, p. 02)

Na coluna “A Cidade”, a praça Rio Branco, nas proximidades da região da Lagoinha, aparece como palco de uma atração dos finais de tarde dominicais, a Feira Permanente de Amostras, um ponto de encontro considerado pelo colunista como agradável, em função dos espetáculos musicais ao vivo que freqüentemente aconteciam ali, ou através dos alto-falantes da Rádio Inconfidência. Esta feira é abordada nas colunas “A Cidade” de 09 de setembro e 25 de outubro de 1938. A importância do hábito de ouvir música como um momento de interação entre os habitantes da cidade apresentado em “A Cidade” de 09 de setembro, também é comentado por Drummond, com o pseudônimo de Antônio Crispim na edição do *Minas Gerais* de 18,19 e 20 de abril de 1930. Este autor critica a proibição pelas Posturas

Municipais das tradicionais queimas de Judas nos sábados de Aleluia e aponta a função comemorativa das vitrolas nas datas festivas da cidade. “As ruas encheram-se de música e de admiradores gratuitos das melodias que dão uma cadência ao passo dos transeuntes e muitas vezes nos obrigam a dançar nos momentos menos coreográficos de nossa vida...” (Antônio Crispim, 18,19 e 20 abr. 1930, p.11) Desta forma, a música, assim como o cinema e o *footing*, aparece como um importante ingrediente da vida social belo-horizontina.



FIGURA 5 – Prédio localizado na Praça Rio Branco, construído entre 1934 e 1935 onde funcionava a Feira Permanente de Amostras e a Rádio Inconfidência. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, p.168.

O desenvolvimento de outros bairros nos subúrbios da cidade se contrapõe aos bairros tradicionais, ocupados pela elite, como “as vovós cautelosas e meigas que vieram de Ouro Preto e enchem de poesia as tardes tranqüilas do Bairro dos Funcionários” (Antônio Crispim, 23 mar. 1930, p. 07). A oposição entre a elite e a população das camadas mais pobres parecia ter um espaço neutro, que de acordo com Julião (1997), eram os bondes. Ao fazer a ligação entre os subúrbios e áreas desvalorizadas da zona urbana aos locais mais nobres, eles constituíam espaços mais democráticos no cenário urbano marcado pela segregação sócio-espacial da nova Capital. Ao observar uma pequena família no trajeto do bonde, Drummond descreve o orgulho do pai em poder pagar a passagem do filho pequeno, dispensado do pagamento.

Chega o condutor. O pai tira do bolso, convictamente, uma nota de dois mil réis, emendada no meio, e com a numeração difícil de se ler. Percebe-se que o condutor sentiu uma ligeira repugnância. Oh, uma repugnância ligeira. O condutor dobra a nota entre os dedos, puxa o troco do bolso do colete. Reclamação do pai: “Não, sr., tire três passagens: o pequeno também paga”. A mãe abre os olhos espantados de lágrimas: “Você é um perdulário, José. Ele nem tinha reparado no Bilico”. (Antônio Crispim, 10 mai.1930, p.12)

Ao narrar este episódio, Antônio Crispim indica que os bondes eram espaços mais democráticos para a convivência entre as pessoas de diferentes classes sociais. Pela descrição da família citada na crônica, pode-se perceber a humildade e o orgulho da família em poder usufruir o espaço do bonde.



FIGURA 6 – Vista da Praça Sete de Setembro, no cruzamento entre Avenida Afonso Pena e Avenida Amazonas, um dos principais pontos do trajeto dos bondes. Fonte: Fundação João Pinheiro, 1997, 163.

Também é no bonde que Antônio Crispim indica a evolução intelectual feminina a partir da observação das leituras realizadas pelas mulheres presentes naquele ambiente e comenta sua felicidade em função disso (Antônio Crispim, 27 mar.1930, p.10). O hábito de leitura dos habitantes belo-horizontinos também é destaque na coluna “A Cidade” de 20 de agosto de 1938, que ao discutir a necessidade do funcionamento das bibliotecas públicas da cidade nos dias e horários de folga da população, como incentivo à leitura, afirma que Belo

Horizonte é uma cidade com grande número de leitores. Segundo a coluna, o hábito de leitura dos belo-horizontinos pode ser observado no dia-a-dia da Capital.

A fisionomia urbana de Belo Horizonte, ao seu cotidiano das esquinas e dos cafés, não falta mesmo os “snobismos” dos livros debaixo do braço, trazendo nomes complicados. E, em última análise, é até um elogio para Belo Horizonte dizer que somos uma cidade onde há sujeitos preocupados em mostrar que lêem. (“A Cidade”, 20 ago. 1938, p.03)

Esta crônica também faz uma referência ao grande número de estudantes que habitavam a Capital mineira neste período. A participação dos estudantes na vida social belo-horizontina é a temática principal das crônicas de Noronha Guarany e pode-se inferir que a vida estudantil por um período considerável foi responsável pela movimentação da vida urbana e um traço marcante para a construção da identidade e das representações da cidade. Aliado à vida estudantil, outra característica que marcaria a identidade e as representações acerca da Belo Horizonte no decorrer da década de 1930 é a imagem de “cidade dos funcionários públicos”, apresentada na coluna “A Cidade” de 08 de dezembro de 1938. Esse título pode ser fundamentado na forma de ocupação do espaço da cidade que surgiu com a burocrática destinação de ser Capital de Minas. Como indício do desenvolvimento da cidade a coluna cita um trecho de um artigo publicado na Revista da Produção, uma publicação da Secretaria de Estado da Agricultura, que aborda o povoamento da Capital, quando era justificado o título de “cidade dos funcionários públicos”.

É claro que fundada e construída para sede do governo, Belo Horizonte tinha de ser povoada inicialmente de pedreiros e funcionários públicos. Atrás deles, entretanto, vieram os negociantes e prestamistas. Atrás dos comerciantes, as indústrias. E vieram vindo as escolas, os escritórios, as mulheres bonitas, os hospitais, os bancos, os malandros, os automóveis, o mercado, os clubes de futebol, o Matadouro Modelo, a Penitenciária das Neves, os grandes jornais matutinos, o Cinema Brasil, os aviões da *Panair*, a Rádio Inconfidência, a Inspetoria de Veículos e o Pronto Socorro, o Minas Tênis Club, as livrarias, o aeródromo e os poetas... (Revista da Produção citada por “A Cidade”, 08 de dezembro de 1938, p.03)

Esta passagem pode ser tomada como um indício da diversidade populacional que Belo Horizonte possuía no final da década de 1930, com equipamentos de lazer e um aparato de manutenção da ordem e do abastecimento da cidade, afirmando que Belo Horizonte não mais merecia ser conhecida somente como “cidade dos funcionários públicos”. A crônica em questão discute também a criação do Dia do Funcionário Público, considerando que estes ainda constituíam uma parcela significativa da população belo-horizontina.

Na crônica “Kodack”, Drummond no uso do pseudônimo Antônio Crispim, aponta o resultado da eleição de um concurso de beleza na Capital como um indicador de transformação na relação entre os bairros suburbanos e os tradicionais, em função da expansão urbana.

O último concurso de beleza deu-nos alguma coisa que meditar. A vitória de "miss" Carlos Prates é de algum modo a vitória de Carlos Prates, do bairro desmerecido que até bem pouco a Serra e os Funcionários não ligavam. Agora, é o que se está vendo: Carlos Prates, Barro Preto, Lagoinha olhando de igual para igual para Santo Antônio, Cidade, Serra. Um dia chegará a vez de "miss" Palmital, e desde já fiquem avisados de que o Palmital é a paisagem mais larga, arejada e bonita de Belo Horizonte. (Antônio Crispim, 23 abr.1930, p.08)

Nota-se nesta passagem uma crítica às relações sociais estabelecidas no espaço urbano. A vitória da “miss” Carlos Prates era, para Drummond, o reconhecimento deste bairro enquanto parte da cidade. No planejamento da Cidade de Minas, o bairro Carlos Prates, havia sido destinado a ser uma das colônias agrícolas que abasteceria a nova cidade. Com o fracasso da modernização agrícola proposta pelo governo do Estado, o Carlos Prates foi incorporado à zona suburbana, sendo rapidamente ocupado pela população mais pobre. Os espaços periféricos da Capital passam a ser notícia quando se trata da vida urbana, o que demonstra a alteração no grau de ocupação destes bairros. A expansão dos limites urbanos também pode ser observada na crônica em que Barba Azul observa o aumento das serenatas no bairro Cachoeirinha, habitado por operários e empregados. Barba Azul critica as reclamações sobre as serenatas feitas por moradores do bairro.

Habitantes da Cachoeirinha protestam contra as serenatas que o amor infeliz realiza ali todas as noites. A Cachoeirinha moderniza-se. Antigamente, eram os bairros aristocráticos que se queixavam dessa praga noturna, resíduo de velhos costumes sertanejos atuando na alma nova da cidade. Hoje são os bairros remotos, onde o traço urbano se confunde com a linha rural, que já não suportam os ais do amor não retribuído, os suspiros da ausência, os queixumes da ingratidão. O amor, banido do perímetro urbano, é repudiado, agora, no próprio subúrbio humilde, em que moram os operários, os pequenos empregados, os guardas-civis - a última gente que ainda amava no mundo, em suma. (Barba Azul, 13 e 14 jul.1931, p.11)

Esta passagem mostra para além da expansão do bairro Cachoeirinha, subúrbio da Capital, quem eram os seus habitantes e os costumes dos moradores. Ao narrar a herança de um hábito antes comum à elite por esta camada da população, Barba Azul indica a popularização das serenatas. Observa-se em crônica da coluna “A Cidade” na edição de 14 de setembro de 1938 uma crítica à popularização da moda dos óculos escuros usados



inicialmente pelas moças da elite belo-horizontina. Por estas passagens pode-se perceber claramente a distinção entre as camadas sociais da população. Assim que uma moda ou um costume começava a se tornar acessível para as camadas mais baixas da população, logo era descartado pela elite. Essas passagens contradizem aparente harmonia entre as classes sociais no espaço urbano belo-horizontino noticiada pela coluna “A Cidade” na edição de 07 de setembro de 1938, que apresenta Belo Horizonte como “sendo uma cidade nova, que não teve ainda tempo de formar elites e de separar classes (...)” (p.03). Observa-se que as classes já haviam sido separadas desde o planejamento da nova Capital.

Conforme Chacham (1994) ainda em setembro de 1930, tendo em vista os limites impostos pelo crescimento horizontal da cidade começa a ser discutido pelo poder público local a elaboração de um Regulamento Geral de Construções de Belo Horizonte, na tentativa de manter o crescimento urbano e as construções de mais de dois pavimentos sob controle. A necessidade de revisão do zoneamento da cidade, bem como as regras para a construção de novos imóveis em Belo Horizonte são assuntos da coluna “A Cidade” em 1º. de novembro de 1938, criticando construções que ofereceriam riscos à saúde pública. Reclama a criação de uma nova legislação e a fiscalização por parte do poder público para o cumprimento das leis. Isso indica o desenvolvimento acelerado da cidade de Belo Horizonte no decorrer da década de 1930, uma vez que as regras para a construção civil haviam sido alteradas oito anos antes. Sobre este assunto, encontramos uma crônica de autoria de Barba Azul no qual ele credita a felicidade urbana à posse da casa própria e atribui a isso o ritmo frenético das novas construções em 1931.

Em 1900, construíram-se 175 casas em Belo Horizonte. Em 1931, só no primeiro semestre, construíram-se 714. São, em média, quatro casas por dia. Ponhamos: uma no centro, outra em Santo Antônio, outra na Floresta, outra no Acaba-Mundo. Em um dia, na cidade, quatro pessoas ficam felizes, uma vez que, como se convencionou, a felicidade está na casa que a gente plantou no chão. Em um ano são 1.460 pessoas morando sob teto próprio e considerando esta vida a melhor de todas. Em dez anos serão 14.600 pessoas felizes. Em cem anos... (Barba Azul, 23 jul. 1931, p.10)

Em 1938, Chacham (1994) aponta que Belo Horizonte atinge os 200 mil habitantes para os quais havia sido planejada e passa por um período de retomada do planejamento urbano, cabendo ao poder público a discussão de novas intervenções regulatórias ao aumento do número de construções, lembrando que conforme aponta Aguiar (2006) a maior parte das novas construções se localizavam na área suburbana. “Assim, em 1938 a cidade não somente revelava uma expansão horizontal, como também os arranha-céus eram quase lugares

comuns, bem como o surto de construções e as discussões sobre os lugares e as formas ideais para se construir” (Chacham, 1994, p.105). Em 13 de novembro de 1938 “A Cidade” noticia o “indício mais evidente de que Belo Horizonte cresce” (p.03) é o aumento do número de construções, entre elas, os arranha-céus, como o prédio da Companhia Sul América com 16 andares na Avenida Afonso Pena e a previsão de que em 1939 fosse iniciada em Belo Horizonte a construção de um arranha-céu de 21 andares. A maior parte dos arranha-céus noticiados pela coluna “A Cidade” estavam localizados na Avenida Afonso Pena. Em 27 de agosto de 1938, a coluna discute a necessidade da regulação urbanística em favor da necessidade coletiva e do direito a uma cidade bonita.

Nesse assunto urbanístico, o direito dos outros, isto é, o direito coletivo, é de uma superioridade flagrante. E para isso, os poderes, que são órgãos dos direitos coletivos, têm que intervir na defesa da maioria. Não é necessário que essa intervenção vá ao ponto de impedir o trânsito de mulheres feias nas ruas. Essas vêm e vão. As fachadas das casas ficam, porém. E a utilidade dos terrenos passa a ser uma necessidade coletiva. (“A Cidade”, 27 ago. 1938)

A coluna defende a intervenção do poder público na regulamentação das construções particulares da cidade de modo a garantir uma boa aparência à cidade, através de fachadas que como elementos de permanência na paisagem urbana, deveriam ser bem cuidadas, de bom gosto e em consonância com o espírito moderno da cidade. Em outra edição da coluna, em 28 de agosto de 1938, a realização de um Congresso de Medicina na Capital traz a tona uma versão da vida social belo-horizontina, a de uma vida efervescente nos salões e digna de uma grande metrópole no que diz respeito ao progresso científico.

O planejamento proposto para a cidade de Belo Horizonte antes mesmo da sua construção trazia a promessa de cidade moderna, disposta ao progresso, à urbanização e à civilização, as crônicas sobre ela trazem a marca dessa imagem que lhe foi projetada. Mas trazer a marca não significa que os autores analisados e suas crônicas corroborem esta imagem. Nelas encontramos uma jovem cidade em plena transformação e evolução, que convive com o passado recente e a instabilidade na vida urbana da jovem cidade e o desejo de se tornar, efetivamente, uma metrópole. A relação que os cronistas estabelecem com a cidade constrói imagens diferentes dela. Essas imagens se sobrepõem umas às outras, sendo incorporadas ao cotidiano e conformando um imaginário urbano que diz respeito às formas de apreensão e interpretação da cidade pelos seus habitantes.

Nas crônicas de Noronha Guarany encontra-se um resgate nostálgico da memória dos primeiros anos de ocupação do espaço urbano e o início da vida na nova cidade. Ao narrar seu tempo de estudante ele aborda o desenvolvimento e progresso da Capital nos seus primeiros anos de vida, rememorando os usos do espaço, os hábitos e os costumes dos habitantes da cidade. A aparente dispersão dos temas e das crônicas de Guarany têm uma unidade que se manifesta pela memória narrativa do autor, que reforça o imaginário de modernidade da cidade e se propaga por meio do jornal. Nas crônicas de Guarany pode-se observar que para quem acompanhou o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte desde seu planejamento, é como se a imagem projetada pela Comissão Construtora para a Nova Capital, de cidade moderna e de hábitos urbanos estivesse consolidada. Sua relação com a cidade reflete, em 1928, a saudade de um passado recente, de uma cidade engatinhando em seu desenvolvimento. É possível inferir a partir de seus textos que, para Guarany, em 1928, Belo Horizonte já podia ser considerada uma cidade moderna, com um desenvolvimento acentuado e uma vida social intensa.

Segundo Penna (1997), Belo Horizonte encerra o ano de 1928 com 101.283 habitantes, cerca de 86 mil metros quadrados de ruas com algum tipo de pavimentação e aproximadamente 12 mil crianças matriculadas em estabelecimentos públicos primários. A coluna *Saudades Daqueles Tempos* remete ao ano de 1902, quando Belo Horizonte contava 15.177 habitantes, cerca de 36 mil metros quadrados de ruas com pavimentação e aproximadamente seiscentos alunos matriculados nos cursos primários. Esses elementos tornam claro a que tempos se refere a coluna de Noronha Guarany. A Belo Horizonte palco de sua juventude não existia mais, deu lugar a uma metrópole em franca expansão. Se em 1902 as principais obras eram para estimular a instalação de indústrias e fábricas na Capital, exterminar cães vadios e calçamento de ruas, demonstrando uma predisposição ao progresso, as obras da cidade no ano de 1928 registram a inauguração da iluminação ornamental das zonas central e comercial da cidade e a abertura dos cursos da Universidade Federal de Minas Gerais. Os pontos de encontro de sua juventude vão cedendo lugar a novas construções, os hábitos se transformam na medida em que inovações tecnológicas e novas modas vindas do Rio de Janeiro chegam à cidade. A cidade sobre a qual ele escreve não é a mesma do momento de sua escrita, é uma cidade modificada pelo tempo e pelas novidades.

Um fator importante na transformação dos hábitos belo-horizontinos é a influência do Rio de Janeiro, que segundo Velloso (2004) “na condição de cidade-capital (...) funcionava simultaneamente como pólo captador e irradiador de culturas, apresentando um clima de forte



efervescência de idéias e práticas culturais” (p. 25). Essa influência carioca na sociedade belo-horizontina é criticada por Drummond, sob o pseudônimo Barba Azul, na crônica “Golfinho e outros substantivos”.

Diante do campo iluminado, o cavalheiro fez as seguintes observações:

- Agora que o golfinho tomou conta de Belo Horizonte, ninguém joga mais golfinho no Rio. (...) Estamos sempre com seis meses de atraso. Se tivermos um pouco de habilidade ou de paciência, poderemos atrasar doze meses exatos, e então a moda belo-horizontina deste ano ficará perfeitamente sincronizada com a moda carioca do ano passado. (Barba Azul, 10 jun., 1931, p.11-12)

Neste período, a Capital Federal constituía uma das principais referências para os costumes e à moda belo-horizontinas, ainda que com certa defasagem. O autor aponta o atraso com que a moda belo-horizontina recebe as tendências cariocas, ironizando esta defasagem. O golfinho a que ele se refere é o golfe, esporte em voga entre os jovens da “sociedade” daquela época. O Rio de Janeiro alimentava o espírito da metrópole moderna que Belo Horizonte pretendia ser. Pretendia, mas efetivamente não o era. A imagem da cidade planejada para ser metrópole, inspirada no progresso aparece no ano de 1928, na coluna “Saudades Daqueles Tempos” como possuidora de uma vida urbana intensa e agitada, mas que se ressentia dos pacatos tempos de seu início de vida e que ainda é fortemente marcada por tradições vindas com seus novos habitantes, sobretudo na vida política e religiosa. Em todas as edições analisadas do jornal *Estado de Minas*, dedica-se um grande espaço, meia página ou página inteira à divulgação de uma coluna intitulada “Notas Religiosas”, que embora não fosse composta por crônicas, ilustra essa tradição presente na nova Capital. Nas crônicas de Drummond, seja como Antonio Crispim ou como Barba Azul, publicadas no diário *Minas Gerais*, observa-se que paralelo ao alargamento dos limites da cidade há a percepção de uma vida urbana pacata, monótona e com tradições arraigadas herdadas dos habitantes vindos de Ouro Preto.

Se a imagem projetada para a nova Capital era de uma cidade moderna nos aspectos urbanísticos e culturais, a imagem de Belo Horizonte constituída pelas crônicas sobre elas é de uma cidade com estrutura física potencialmente moderna, mas de um cotidiano e uma vida social que não condizem com esta modernidade. Há um descolamento entre a imagem projetada de Belo Horizonte e a imagem que efetivamente se formou sobre a cidade. Ao observar esse descolamento, podemos afirmar que Belo Horizonte enquanto projeto de

metrópole, na década de 1930 estava no meio do caminho entre a tradição, o cotidiano monótono e o projeto urbanístico pensado para uma grande cidade.

### **2.3 - Imprensa Moderna na Nova Capital**

As dicotomias que marcam Belo Horizonte desde seu surgimento caracterizam também o desenvolvimento da imprensa nesta cidade. Até a década de 1920, a Capital não possuía uma imprensa consolidada e estável, pela efemeridade da existência dos periódicos. A metrópole planejada, à época de sua inauguração, em Dezembro de 1897, já contava com cinco periódicos semanais ou quinzenais em circulação. A efemeridade destes veículos está relacionada a dois motivos principais: o amadorismo e a improvisação na redação e confecção dos jornais e a vinculação dos jornais e de seus proprietários à questões políticas e ideológicas, empregando as publicações como porta-vozes de suas convicções.

É a partir da década de 1920, ancorada pelo crescimento populacional e pela retomada dos investimentos do poder público, que começa a surgir em Belo Horizonte o esboço de uma imprensa moderna, caracterizada pela configuração empresarial dos jornais e que tem como principais conseqüências a racionalização do fazer jornalístico e o investimento em novas tecnologias de impressão dois jornais. O surgimento de uma imprensa moderna indica também um amadurecimento da vida urbana na Capital, que já possui público para este tipo de empreendimento.

Pode-se observar que a imagem projetada sobre a cidade de Belo Horizonte antes mesmo de sua concretização é uma imagem que aspira à modernidade. Inspirada em reformas urbanas executadas em cidades no exterior, o projeto da Capital mineira buscava agregar soluções aos problemas enfrentados por outras metrópoles. A idealização da cidade de Belo Horizonte previa uma cidade com o cotidiano agitado como devem ser as metrópoles. Neste trabalho, tentamos observar como as imagens da cidade que são projetadas pelas crônicas sobre a cidade no período de 1928 a 1938 se relacionam com a imagem prevista, idealizada para Belo Horizonte pelo seu projeto inicial de construção.

A imprensa belo-horizontina à época da inauguração da cidade já se mostrava efervescente, para as proporções da nova Capital, ainda em fase povoamento. Mas uma característica marcou este desenvolvimento: a efemeridade. Novos jornais surgiam sempre,

mas nunca duravam muito tempo. Eram em sua maioria dedicados a campanhas passageiras, afeitos aos dissabores da vida política e marcados pela instabilidade. Com o amadurecimento de um modo de vida urbano, aliado à profissionalização do fazer jornalístico é que o jornalismo belo-horizontino passa a contar com títulos de razoável estabilidade. Três importantes periódicos surgem em Belo Horizonte na década de 1920: o *Correio Mineiro*, que circula de 1926 até a década de 30, o *Diário da Manhã*, que circula durante o ano de 1927 e, nos anos de 28 e 29 e *O Estado de Minas*.

A repercussão da instauração de uma modernidade jornalística no Brasil é identificada no jornalismo belo-horizontino por Castro (1997) da seguinte forma:

(...) a partir de 1912, (...) começa a tomar forma uma nova maneira de se fazer o jornal. Ao lado das seções de telegramas, que fizeram sucesso nos primeiros anos da cidade, das crônicas, dos folhetins e dos artigos de fundo – que resistem, ainda que menos maçudos e já com uma forma similar aos editoriais dos jornais mais modernos - o noticiário local cresce, abordando aspectos da vida da cidade, explorando elementos do cotidiano, enriquecendo a pauta de assuntos tratados pela imprensa. (p.41)

A imprensa mineira acompanha a evolução da imprensa nacional na qual, conforme descreve Bahia (1990), o “progresso gráfico justifica experiências editoriais que envolvem toda a estrutura do produto nos diários e semanários, alarga os conceitos de veiculação, de apresentação dos fatos; inspira e dinamiza a criatividade” (p. 173). Nos jornais, o comentário e a prosa são gradativamente substituídos graças às exigências do mercado editorial. Em relação à forma do texto jornalístico, Bahia (1990) afirma que “o folhetim, a crônica e as longas dissertações ainda existem, mas no caso do romance em capítulos, por pouco tempo”. (p.176).

As mudanças em curso na imprensa da Capital a partir da segunda década do século XX encontram motivação no aumento populacional e na instauração de um ritmo de vida na cidade, que cria as condições necessárias para o desenvolvimento da imprensa local. Além disso, têm-se o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão dos jornais, que garante maior agilidade na produção. Segundo Castro (1997), o surgimento do *Correio Mineiro* constitui um marco na evolução do jornalismo belo-horizontino, pois nele é possível verificar “(...) o processo de transformação da imprensa, no qual ela evolui de uma fase política, panfletária e literária em que os editores sustentavam sozinhos o risco econômico.” (p.43) Citando Habermas, esta autora completa: “o jornal assume o caráter de empreendimento que

produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável através da parte reservada à redação.” (p.43) Ou seja, data desta época, na imprensa belo-horizontina, a transformação efetiva dos jornais em empresas.

Há que se ressaltar que, sendo a política uma característica marcante desde o surgimento da nova Capital, a transformação do jornalismo belo-horizontino em atividade empresarial não o dissocia totalmente da vinculação político-ideológica. Também era ambígua a relação entre a empresa jornalística e o modo de produção mais técnico, objetivo e a efetiva feitura jornalística, conforme aponta Drummond, citado por França (1998):

A imprensa em Belo Horizonte, nas décadas de 20 e 30, era pelo menos alegre. Se lhe faltavam recursos técnicos (...), sobrava-lhe, em compensação, uma faculdade inapreciável, posta a funcionar sempre que escasseavam as notícias locais – e notícias locais quase sempre teimavam em não acontecer. Então inventava-se. A estória da onça da Lagoinha..., a moça-fantasma... Mentiras? Não. Era a estilização da realidade, onde tantas vezes conviviam o concreto e o imaginário, que passa a assumir perfeita credibilidade e como tal é aceito. (...) De resto, grande parte do pessoal das redações era constituída de funcionários públicos, que não podiam arriscar-se a dizer mais do que convinha. (Carlos Drummond de Andrade, citado por França, 1998, p.112)

Ao estudar “a percepção dos indivíduos acerca da dinâmica da imprensa belo-horizontina” (p.07) nos anos de 1920 e 1930, Antunes (1995) observa que vários fatores contribuíram para a formação da imagem de uma cidade moderna e com uma imprensa engatinhando em seu desenvolvimento, através de uma reorganização institucional, a partir da transformação em empresa e da conseqüente mudança de seu papel social. Para este autor, o fator primordial da transformação da imprensa belo-horizontina neste período foi a iniciativa da mudança de atitude dos proprietários dos meios de comunicação, que começavam a pensar o jornal como um empreendimento rentável e não apenas ideológico. Mas, mesmo os jornais que podem ser caracterizados como empresas, em Belo Horizonte, ainda mantêm um estreito vínculo com a política, sobretudo a estadual, uma decorrência do grande número de funcionários públicos que encontravam no jornalismo uma segunda ocupação. Conforme Antunes (1995):

Os funcionários públicos alimentavam, assim, a imprensa em dois planos cruciais: produziam seus principais cronistas ao garantir uma fonte regular, e muitas vezes principal de sustentação. (...) E o Estado, através do vínculo empregatício dos jornalistas e da condição de provedor direto imprensa com

anúncios e matérias pagas, condicionava o tipo de cobertura realizada e mantinha uma regulação institucional sobre os jornais. (p.34)

Neste sentido, Antunes (1995) observa ainda que o jornalismo era “uma atividade que, do ponto de vista financeiro, era secundária para a sustentação dessas pessoas (...) mas, sobretudo funcionava como espaço para que jovens intelectuais e estudantes interessados em projeção social” (p.32), “um primeiro refúgio” para os novos habitantes da cidade. O lugar social ocupado pelo cronista perante à sociedade local pode ser indicado pela exclusão dos cronistas do rol das pessoas elegantes da cidade, citada por Drummond sob o pseudônimo Barba Azul, em que afirma que: “Domingo que vem, todas as pessoas elegantes de Belo Horizonte, menos os cronistas, que geralmente não o são, irão tomar chá no grupo escolar ‘Afonso Pena’” (Barba Azul, 08 e 09 jun.1931, p.13). Ou seja, o jornalismo como atividade secundária e mal remunerada financeiramente, era responsável por prestígio intelectual, mas não os faziam ser aceitos pela sociedade local.

De acordo com Habermas (1984), a consolidação do jornalismo enquanto instância do sistema capitalista, por meio de sua condição empresarial, trouxe ao jornal uma nova configuração organizacional e instaurou uma mudança na relação do jornalismo com a sociedade. Considerando que a imprensa se configura como local de disputas de interesses, uma vez que insere temas para a discussão no espaço público, o jornalismo deixa a esfera do domínio público e passa a constituir a esfera privada, na qual a notícia se tornou um produto oferecido ao consumidor. Para este autor, o domínio de pessoas e empresas privadas frente aos veículos de comunicação seria uma forma de garantir a independência da imprensa em relação ao Estado.

O conceito de notícia também foi alterado, o interesse público<sup>18</sup> cede lugar ao que é de interesse do público, que traz retorno financeiro à empresa jornalística, uma vez que a venda determina o lucro das organizações. A privatização do espaço jornal produz mudanças também nos formatos dos textos jornalísticos, cada vez mais breves. Nas redações, o comentário e a prosa são gradativamente substituídos graças às exigências do mercado editorial.<sup>19</sup> “Tudo evoluiu. E o velho artigo de fundo, puxado a adjetivos sonoros, recheado de idéias gerais – evidentemente já passou da moda. Não o tolerariam os leitores de hoje; nem nós seríamos capazes de escrevê-lo” (*O Estado de Minas*, 07 mar.1928, p. 01). Nessa

---

<sup>18</sup> A distinção entre *interesse público* e *interesse do público* é feita com base na idéia de que o *interesse do público* é do domínio apenas de uma determinada parcela da população que constitui o público, neste caso, os consumidores de jornais.

<sup>19</sup> As exigências do mercado editorial que resultam nessa transformação do texto são definidas por Bahia (1990) como “precisão, concisão e rapidez da notícia”. (p.176)

passagem do primeiro editorial do *Estado de Minas* pode-se confirmar esse período como sendo de importantes transformações que o texto jornalístico, a imprensa de um modo geral e a sociedade belo-horizontina passavam.

Bahia (1990) afirma que o “progresso gráfico justifica experiências editoriais que envolvem toda a estrutura do produto nos diários e semanários, alarga os conceitos de veiculação dos fatos; inspira e dinamiza a criatividade”.(p.173) A concorrência do rádio e do cinema falado na divulgação de informações, que também aportam no Brasil na década de 1920, são os motivos citados por este autor para justificar a acelerada modernização da imprensa escrita.

Se na década de 1930, o jornalismo belo-horizontino já encontra alguns títulos com razoável estabilidade, como o *Estado de Minas*, é comum encontrarmos publicações e experiências editoriais de vida curta, ainda marcados pela improvisação e pelo amadorismo. Este é um dos motivos pelos quais a imprensa belo-horizontina no decorrer da década de 1920 ainda não era considerada referência para o jornalismo mineiro.

A instalação de um modo de vida urbano na capital mineira deu início a uma série de transformações no papel desempenhado pelo jornalismo na cidade. Na narrativa, o fato é contado na ordem cronológica dos acontecimentos, o que demandava uma leitura atenta de toda a matéria. Ainda predominam no jornalismo deste período narrativas descritivas, opinativas, repletas de adjetivações e juízos de valor.

Assim como no Rio de Janeiro, as reportagens veiculadas nos periódicos belo-horizontinos não tinham autoria determinada, com exceção de algumas seções e artigos. Normalmente, eram publicados no cabeçalho da primeira página do jornal os nomes do proprietário, dos diretores e/ou do chefe de redação, para fins de responsabilidade sobre o conteúdo publicado (Ver FIG.7). Essa informação deixa claro como era o funcionamento da hierarquia das redações jornalísticas e a divisão do trabalho nestes locais. Aos diretores, cabiam as articulações políticas e a responsabilidade sobre o conteúdo. A gerência deveria zelar pelo bom funcionamento da redação e garantir o cumprimento dos prazos determinados. Em sua primeira edição, datada de 07 de março de 1928, o jornal *O Estado de Minas* era dirigido por Juscelino Barbosa, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, além de possuir uma redação hierarquizada, gerenciada por João Silva Júnior.



FIGURA 7 – Detalhe do cabeçalho da 1ª página do *Estado de Minas* em 09 de março de 1928. Imagem digitalizada por Celso Travassos em 21/07/2008.

Neste período, pode-se observar que apesar da constituição empresarial, o jornal não se desvincula da opinião política. No noticiário transparece uma proximidade deste veículo com o governo do Estado, através da utilização de fontes exclusivamente oficiais, quando o assunto é política ou economia em Minas Gerais.<sup>20</sup> Enquanto em relação à Prefeitura Municipal observa-se uma postura mais crítica e agressiva<sup>21</sup>. Ou seja, no período em que as crônicas de Noronha Guarany são publicadas, apesar de sua constituição empresarial, o jornal manifesta uma postura favorável em relação ao governo do Estado, responsável pelo empreendimento de transferência da Capital. Mais tarde, em 1929, o *Estado de Minas* é vendido para Assis Chateaubriand, fazendo parte do grupo dos Diários Associados, o mais importante conglomerado de comunicações brasileiro até meados da década de 1950.

No decorrer deste período, as seções comerciais dos jornais belo-horizontinos se fortalecem. Não somente para a venda de assinaturas e exemplares avulsos em diversas localidades dentro e fora do Estado, mas também para o comércio de anúncios e espaços publicitários nos jornais. Há a presença considerável de publicidade de casas de comércio e empresas belo-horizontinas, que oferecem visitas a suas instalações para os jornalistas. Não

<sup>20</sup> “O problema do Ensino em Minas – “O Estado de Minas” ouve o senhor Dr. Alberto Álvares sobre as impressões que colheu nos países europeus, que acaba de visitar em comissão do governo e sobre os planos que a administração mineira segue na reorganização do ensino no Estado” (*O Estado de Minas*, 09 mar.1928, p.01) Ou ainda: “O primeiro crédito para a construção de penitenciárias – O senhor Secretário de Segurança e Assistência Pública fala-nos sobre o assunto”. (*O Estado de Minas*, 13 mar.1928, p.01).

<sup>21</sup> “Os escândalos da Prefeitura – A demissão de Eudoro Guimarães” (*O Estado de Minas*, 12 set.1928, p.01)

há uma distinção clara entre o lado comercial e o lado jornalístico. As empresas agraciam os jornalistas com brindes e em troca recebem agradecimentos públicos nos jornais. Isso demonstra a precariedade de recursos e a incipiência da profissionalização do jornalismo belo-horizontino nas décadas de 20 e 30. Contudo, estes indícios apontam para o início de uma mudança significativa nos rumos da imprensa de Belo Horizonte. Antunes (1995) indica que esta mudança se inicia quando há, “do ponto de vista da enunciação, um novo ‘sujeito’ patrocinando a fabricação de jornais” (p.68). Se antes,

os grupos políticos afirmavam-se em público via imprensa agora, ainda que obviamente vinculados a grupos e interesses políticos, são a princípio, os representantes da ‘lavoura’, do ‘comércio’ e ‘indústria’ que anunciam a importância de sua manifestação pública para o restante da sociedade. (Antunes, 1995, p.68)

A estes podemos acrescentar a necessidade de manifestação de um outro grupo social através da imprensa, cuja biografia também é detalhada por Antunes (1995), os ‘homens de imprensa’: jovens vindos do interior, alocados em repartições públicas, “buscam um certo prestígio social no trabalho nas redações da cidade”.(p. 46) Citando Cyro dos Anjos, observa que o engajamento dos jovens na empreitada do fazer jornalismo em Belo Horizonte era mais que a busca por prestígio social, era a busca por espaço para colocar em prática seus impulsos literários e reconhecimento. “As coisas melhoraram. O jornal vai mesmo sair. Preciso de um secretário de redação. Acho que posso confiar-lhe essa tarefa. Será a única remunerada. Os demais redatores trabalharão de graça, até que o jornal consiga manter-se” (Cyro dos Anjos citado por Antunes, 1995, p.32).

Em 13 de outubro de 1938, a coluna “A Cidade” indica as transformações ocorridas na profissão de repórter em função do crescimento da cidade e o conseqüente aumento dos acontecimentos, em um “noticiário movimentadíssimo” (p.03).

Há poucos anos atrás a imprensa de Belo Horizonte era uma pacata confraria de funcionários da madrugada, entrando em anos e saindo de anos com a sonolência de assinadores de ponto. Hoje, os repórteres não suportam três meses seguidos de serviço e trabalhar nos jornais da Capital de Minas se tornou uma tarefa duríssima e afanosa a que só resistem os verdadeiros jornalistas apaixonados pelo *metier*, apesar das canseiras e da tensão permanente de espírito, em torno do noticiário movimentadíssimo. (“A Cidade”, 13 out.1938, p.03)

Esta passagem indica a transformação do fazer jornalismo em Belo Horizonte paralelo ao desenvolvimento da vida urbana na Capital, confirmada por esta coluna em dezembro daquele ano. Segundo a coluna “A Cidade” de 02 de dezembro de 1938, Belo Horizonte



possuía neste período seis jornais diários e somente o *Folha de Minas* empregava diretamente cerca de cem homens, sem contar os empregos gerados indiretamente. Ainda nesta edição, encontra-se a descrição da função de cada empregado da empresa em cada fase de produção do jornal diário, mostrando a hierarquia e a divisão do trabalho dentro da redação do *Folha de Minas*. De acordo com esta coluna, a existência de um jornal deste porte em Belo Horizonte “já basta para provar que Belo Horizonte é uma grande cidade” (A Cidade, 02 dez. 1938, p.03).

Curioso observar a presença da crônica no jornal *Estado de Minas* em seu primeiro ano, na coluna “Vida Social”, dedicada a retratar os costumes da alta sociedade belo-horizontina. Uma semana após o início da circulação deste jornal, começa a ser publicada a seção “Vida Suburbana”. A aparição desta coluna reflete uma vida agitada, sob outros aspectos, nas periferias da cidade, ou seja, fora do perímetro da Avenida do Contorno. Neste caso, a população à margem da Contorno, ganha um espaço para queixas e reclamações, além é claro, do noticiário policial desta região. Nesta seção, figuram assuntos da vida da metrópole que passam despercebidos pelos cronistas, como as passagens de ônibus, a poeira das ruas, rua sem luz, passeios entulhados, etc. A partir desse apontamento, pode-se observar que as crônicas publicadas neste jornal, em grande parte, não dão conta da vida social e dos problemas dos bairros suburbanos. Percebe-se que o jornal apresenta duas realidades dentro da Belo Horizonte de 1928. A crônica retrata a Belo Horizonte da elite, em uma cidade sem mazelas sociais e podemos, neste caso, pensá-la como elemento explicitador, mesmo que ingenuamente, da segregação sócio-espacial da cidade.

As dicotomias, ambigüidades e contradições que acompanham a cidade planejada de Belo Horizonte em seu processo de desenvolvimento dizem também de modos de vida urbanos, das relações sociais que se estabelecem e da constituição de um imaginário sobre esta cidade tão cheia de peculiaridades. Nesse sentido, o jornal, e em especial as crônicas são constitutivos das representações sobre a cidade e por isso objetos pertinentes à investigação proposta.

## CAPÍTULO 3

### A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE E O CONTRATO DE LEITURA

#### 3.1- O Público e o Privado nas Crônicas: A questão do contrato

A forma como os autores se manifestam através do texto instituem relações diversas com seus leitores e com a sociedade em que se inserem. Dewey (s.d) apresenta a experiência como a relação entre o ser afetado por uma ação e agir a partir deste afetamento, já a experimentação diz das intervenções do sujeito nas condições que afetam o seu desenvolvimento, conjugando experiências passadas com atuais e modificando o curso dos acontecimentos. Neste sentido pode-se pensar a observação da cidade no momento da escrita das crônicas como fruto da experiência individual do cronista com o espaço urbano, constituindo uma relação de natureza privada. Ao se tornar de conhecimento público por meio do jornal diário, a crônica ganha a dimensão pública de uma experimentação pela qual o cronista tem a possibilidade de intervenção no curso dos acontecimentos, construindo representações da cidade a partir das quais os habitantes dela são indiretamente afetados e podem re-orientar suas práticas cotidianas no espaço urbano. Também com relação a isso, Queré (2003) afirma que é a partir das representações que os sujeitos contextualizam seu ambiente e orientam suas ações no conjunto social.

Johnson (1999) aponta que as formas de sentido, as significações dadas ao mundo social podem ser de natureza pública ou privada, ao que o autor acrescenta:

As formas públicas e as formas privadas da cultura não estão isoladas entre si. Existe uma circulação real de formas. A produção cultural frequentemente envolve publicação – o tornar público formas privadas. Por outro lado, os textos públicos são consumidos ou lidos privadamente. (Johnson, 1999, p.47)

Posto isso, observa-se as crônicas escritas sobre o cotidiano da cidade de Belo Horizonte nos anos da década de 1930 como leituras sobre a cidade baseadas em relações de natureza privadas, ao serem publicizadas pelos jornais, são apropriadas privadamente pelos

cidadinos e passam a compor um registro de memória da cidade, apropriado coletivamente pelo imaginário da cidade.

Johnson (1999) destaca o risco das representações, ao se tornarem públicas constituírem-se como elementos estigmatizantes dos grupos sociais subordinados, o que demonstra o imbricamento entre poder e cultura. Este autor apresenta ainda a “narratividade como uma forma básica de organização da subjetividade”, porque também é a partir dela que podemos acessar as “estórias reais características de diferentes modos de vida” (Johnson, 1999, p.69). Segundo ele, para que as narrativas digam sobre um modo de estar no mundo, elas não devem ser reduzidas a arquétipos, mas entendidas como construções textuais histórica e socialmente localizadas, abordadas como vestígios de um tempo.

Pois as estórias, obviamente, não se apresentam na forma de ficções literárias ou fílmicas; elas se apresentam também na conversação diária nos futuros imaginários e nas projeções cotidianas de todos nós, bem como na construção – através de memórias e histórias – de identidades individuais e coletivas. (Johnson, 1999, p. 69)

Tomando a crônica como uma materialização da observação do cotidiano da cidade, podemos pensar a vida da cidade como sua matéria prima. Ao mesmo tempo, a crônica alimenta a percepção da cidade que é feita pelos indivíduos. Ao fornecer elementos para a interpretação da cidade, podemos inferir que cada autor se propõe a um tipo de relação com a cidade e com o seu público, estabelecendo uma espécie de acordo velado com seu leitor.

Véron (2004) propõe que a semiologia englobe desde o processo de criação da obra até seu encontro com o receptor e a partir daí os usos e significações dados a ela pelo receptor. Nesta perspectiva, uma obra só pode ser significada a partir do seu encontro com o receptor, que no uso de sua inserção na sociedade, a interpreta e a reflete em seu posicionamento perante o mundo e em suas práticas sociais cotidianas.

Para a compreensão do funcionamento de um discurso de qualquer natureza, o autor faz a distinção entre enunciado e enunciação, tratando o primeiro como o conteúdo, aquilo que é dito, enquanto o segundo é o modo como se diz, a forma de dizer. “Em um discurso, seja qual for sua natureza, as modalidades do dizer constroem dão forma ao que chamamos de dispositivo de enunciação” (Véron, 2004, p. 173). Este dispositivo caracteriza-se por incluir três elementos fundamentais que são a imagem de quem fala, a imagem daquele a quem o discurso é dirigido e a relação proposta pelo discurso entre enunciador e destinatário.

Na concepção deste dispositivo de enunciação apresentado por Véron, há um claro diálogo com Eco (2002), segundo o qual autor e leitor estão inscritos no texto, a articulação

do texto, o emprego de certos dispositivos textuais dizem de que lugar o autor escreve e o que é necessário para o leitor acessá-lo. Neste sentido, Eco propõe que o texto é uma estratégia que requer determinadas competências do leitor para a sua completude e só se realiza na medida em que é acessado pelo leitor. Desse modo, o autor se manifesta na escritura do texto, pré-concebendo um leitor que seja capaz de atribuir significados a esse texto, completando-o. A significação é, em certa medida, um jogo em que autor e leitor estabelecem relações que são determinadas pelo texto.

Assim como Eco (2002), Véron (2004) afirma que enunciador e destinatário são entidades se constroem somente no discurso. Enunciador é diferente de emissor e destinatário não é o receptor. Dessa forma, “um mesmo emissor poderá em discursos diferentes, construir enunciadores diferentes, ao mesmo tempo, construirá seu destinatário de maneiras diferentes em cada uma dessas ocasiões” (Véron, 2004, p.173). Logo, para Véron, o contrato de leitura é constituído pelo dispositivo de enunciação que determina a relação do emissor com o receptor. As escolhas textuais, as palavras utilizadas, a titulação, tudo isso constitui estratégias do contrato que levam a fidelização do leitor a partir da relação estabelecida pelo texto.

A noção de contrato também é desenvolvida por Charaudeau (2006). Para este autor, é necessário que os participantes do contrato conheçam e reconheçam reciprocamente o contexto em que as trocas comunicativas vão ocorrer, com suas restrições e potencialidades. Dessa forma, os parceiros envolvidos em uma relação de comunicação “estão ligados por uma espécie de acordo prévio” sobre as formas e os conteúdos potencialmente presentes no decorrer da relação. É necessário para a efetivação do contrato, o reconhecimento dos atores envolvidos (emissor e receptor) e do tipo da relação proposta por meio do discurso. (Charaudeau, 2006,p.68)

O contrato é implícito, constituído pelo texto e não é imposto ao leitor. É uma espécie de acordo entre autor e leitor instituído através do texto. Na medida em que há mudanças na forma de redação, inserção de novos recursos gráficos pode-se romper o contrato de leitura já estabelecido com determinado segmento de público, o que leva a sua perda e conquista de outros segmentos. O contrato requer regularidade e estabilidade. O contrato é da ordem do conhecimento do interlocutor com quem se dialoga, conhece-se o lugar do qual ele fala e para quem ele diz, indica os tipos de reação e de abordagens pode-se esperar do enunciador. A instalação de um contrato entre emissor e receptor denota uma relação de reconhecimento recíproco. Pode-se apontar que existe a possibilidade de ocorrência de uma ruptura desse pacto, o não reconhecimento parte do leitor da proposta feita pelo autor. Esta quebra do contrato pode ocorrer por uma irregularidade no pacto já instituído.

François Jost (s.d) discute a definição do contrato de leitura apresentada por Véron, Eco e Charaudeau, propondo que no lugar do contrato seja adotado o modelo da promessa, que aborda a expectativa gerada no receptor por determinados tipos de programas televisivos. Esta definição também pode ser aplicada ao jornalismo impresso, relacionando em lugar dos gêneros dos programas televisivos, os gêneros do texto jornalístico. Segundo Jost (s.d), o gênero contém uma promessa ao receptor sobre o que esperar de determinado programa ou de determinada leitura. Ele afirma que o modelo do contrato é um modelo instantâneo, enquanto a promessa ocorre em dois momentos. O primeiro momento ocorre quando o receptor exige que a promessa seja mantida. O segundo momento ocorre quando se dá o encontro entre texto e leitor, programa e espectador. É nesse momento que os receptores verificam se a promessa se efetiva. Opta-se por aplicar neste estudo a acepção do contrato, uma vez que na essência estes conceitos são muito semelhantes e a bibliografia sobre o contrato é mais ampla.

As relações instituídas entre autores e leitores são responsáveis por diferentes construções de imagens e representações acerca do espaço urbano observado. Conforme exposto anteriormente, vários fatores como o contexto sócio-cultural, as circunstâncias da produção e as interações cotidianas podem interferir na construção das representações. Entre eles, podemos indicar que a questão do contrato seja determinante nessas construções, observando que as relações entre autores e leitores, muitas vezes, transparecem no texto.

O público e o privado convivem nas crônicas, auxiliando na construção de entendimentos acerca do espaço urbano e a vida social que ali se desenvolve. A memória do cronista tece significações particulares para a cidade que ao se tornarem públicas nas crônicas veiculadas pelo jornal diário, atuam como mediadoras do conhecimento da cidade e interferem nas formas de significação do espaço da cidade e de seus costumes pelos seus habitantes. O autor, no uso de seus enunciadores, torna públicas as suas impressões pessoais da cidade, lançando-as como registros de uma memória coletiva da cidade e possibilitando um conhecimento desta cidade que viveu e que se mostra através das crônicas sobre o seu cotidiano. Nas crônicas de autoria determinada também é possível identificar traços constitutivos de uma relação de regularidade no tratamento dispensado ao leitor, o que pode ser um indício da relação entre autores e leitores caracterizadas por Véron (2004), Eco (2002) e Charaudeau (2006) como contrato de leitura.

### 3.2- O Contrato de Leitura na Representação da Cidade

A relação entre autor e leitores instituída a partir da coluna “Saudades Daqueles Tempos” pode ser apreendida na fala do próprio Noronha Guarany e a partir de seus textos pode-se observar sua relação com a cidade e a vida urbana. Este autor estava presente em Belo Horizonte desde seus primeiros anos, quando o que definia seu estatuto de cidade era apenas a nomenclatura. Em suas crônicas, o autor aborda a nostalgia dos idos de sua juventude, retratando em alguns momentos a vida acadêmica na Faculdade de Direito, em outros a participação dos estudantes na vida de uma cidade que ainda engatinhava rumo ao progresso. As crônicas de “Saudades Daqueles Tempos” dizem respeito ao passado da jovem Belo Horizonte, perfazendo um traçado sentimental da cidade, desvelando costumes e tradições baseados em uma memória pessoal do autor, que acaba, ao se tornar pública através do jornal, sendo compartilhada por toda uma cidade. Esta coluna traz uma observação bastante interessante da cidade, aos olhos de um grupo de estudantes no início do século XX, quando a metrópole planejada ainda não possuía as características de uma grande cidade.

Segundo Veiga (2004), é possível apontar a modernidade como uma construção social baseada em uma “velha ordem”, as instituições do passado não se desfazem instantaneamente. Elas continuam permeando, de alguma forma, a modernidade. Em contraste, o tempo moderno só se consolida ou efetiva-se enquanto realidade presente, à medida que cria as suas próprias tradições, calcadas, implicitamente, nas tradições do tempo passado. Essa característica da modernidade permite diferentes percepções acerca da mesma realidade, inclusive a que invoca nostalgicamente a “velha ordem”. Nesse sentido, podemos encontrar em *O Estado de Minas* um espaço fixo e dedicado exclusivamente à crônica de um tempo passado da cidade, que evoca a memória de uma Belo Horizonte tranqüila e pacata, a coluna “Saudades Daqueles Tempos” (Ver FIG. 8). É interessante observar que Guarany propõe ao leitor uma relação de regularidade, que pode ser inferida a partir da observação que todas as colunas têm início resumindo o assunto da crônica da edição anterior, para que o leitor não fique deslocado, porque muitas vezes, as crônicas têm uma continuidade na edição seguinte.



FIGURA 8 – Localização da coluna “Saudades daqueles tempos” publicada por Noronha Guarany no Estado de Minas em 09 de março de 1928. Imagem digitalizada por Celso Travassos em 21/07/2008.

Achamo-nos em pleno mês de março de mil novecentos e seis...  
A vida da nossa formosa Capital, então em suave desenvolvimento, apenas com suas quinze mil almas espalhadas por essa grande extensão que forma o mapa da cidade, rodava folgadoamente pela rua da Bahia, da esquina da rua Guajajaras até a avenida Afonso Pena. Nesse trecho pequenino, dos poucos que oferecem calçamento sofrível agitava-se toda a vida social e intelectual daqui. (Noronha Guarany, 09 mar.1928,p.08)

Em “Saudades Daqueles Tempos” de 08 de maio de 1928, Guarany retrata a vida acadêmica de Belo Horizonte no início do século XX e explicita o motivo da existência da coluna, no qual revela o entrecruzamento da memória com a história, porque mesmo despreziosas em relação à informação, suas crônicas trazem uma imagem sentimental da cidade que ficou gravada no imaginário de uma geração e que ajudou a reconstituir um passado que se dilui no tempo.

Bem sei que apenas buscava reviver as horas alegres de outros tempos, momentos distantes que passam diante de nossa imaginação cheia de uma saudade, que é um misto de alegria e de lágrima. Traçando-as no papel para a publicidade da imprensa, tendo apenas o fito de recordar para um pequeno núcleo de colegas e contemporâneos os dias risonhos da nossa juventude. (Noronha Guarany, 08 mai. 1928, p. 02)

Ao resgatar uma memória pessoal, o cronista acaba por desvelar uma memória coletiva, que é da cidade e de seus cidadãos. Nesse sentido, observa-se que o título da coluna remete à nostalgia da juventude, mas que traz a imagem de Belo Horizonte mais alegre nos primeiros anos do século XX. Em 11 de setembro de 1928, a crônica narra um episódio ocorrido durante a sessão cívica no Theatro *Soucasseaux*. O autor abre a coluna com um apontamento curioso, que pode ser uma pista para a extinção desta seção pouco mais de um mês depois.

Se fosse necessário para manter essas colunas que a gentileza dos bons companheiros de *O Estado de Minas* desejam linotipadas para as terças feiras, um pouco de fel, bÍlis, certamente preferiria encostar a pena. Não está no meu temperamento agredir nem molestar.

Ajustando às minhas crônicas essa delicada discrição, em alguns fatos conto o milagre, mas oculto avaramente o nome do santo; em outros, falo no santo, mas não divulgo o milagre. (Noronha Guarany, 11 set.1928, p. 02).

Noronha Guarany afirma que resguardadas estas condições, ele continuaria a escrever suas crônicas até que se escasseassem os fatos de sua memória. Torna claro nestas passagens que Guarany alimenta uma percepção nostálgica em relação à cidade, seus espaços e sua vida



urbana. A crônica, no caso da coluna “Saudades Daqueles Tempos”, estabelece uma imagem nostálgica da cidade e torna viável identificar nos espaços fixos de sua aparição os traços de uma cidade construídos no alinhavo da memória e veiculado em um jornal que se pretende moderno. Isso nos permite inferir que mesmo com as transformações sofridas pelo jornal, a crônica não desvirtuou sua essência, da observação do cotidiano com olhar diferenciado, proporcionando à realidade um novo enfoque.

Em “Saudades Daqueles Tempos”, Noronha Guarany é capaz de fazer nas suas crônicas um registro da história da cidade, por meio do relato de fatos que lhe pareciam banais, cotidianos, mas que dizem muito do modo de vida urbano, dos costumes e tradições da cidade em um espaço jornal racionalizado pela produção jornalística tecnicamente pautada e estruturado em um processo mercantil, mesmo que ainda em fase inicial.

A proposta das crônicas de Guarany e a própria percepção da cidade deste autor é diferente da relação instituída por Drummond, com o uso de seus dois enunciadores. No início da década de 1930, encontra-se no *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado uma seção de crônicas que partem de uma observação minuciosa da cidade nos textos de Antônio Crispim no ano de 1930 e no primeiro semestre de 1931, passando em Junho daquele ano para a autoria de Barba Azul, ambos pseudônimos adotados por Carlos Drummond de Andrade.

Observando os aspectos gráficos das colunas destes autores, podemos afirmar que ambas são sempre publicadas no início da seção “Notas Sociais”. É possível constatar também que as crônicas de Antônio Crispim, publicadas até o dia 03 de junho de 1931 não possuem título permanente, são intituladas de acordo com o assunto que abordam, enquanto as crônicas assinadas por Barba Azul a partir da edição de 08 e 09 de junho de 1931 vêm sempre sob o título de “Um minuto, apenas”, que demonstra uma relação de regularidade com o leitor (Ver FIG. 09 e 10). Normalmente, a coluna é composta por poemas, provérbios ou pensamento do autor ou de outros autores, separados por um asterisco. A crônica é em tamanho menor e aparentemente tem uma proposta diferente de relação com o leitor do que a utilizada por Antônio Crispim.



Telegraph of Nova York que o sr. Stephen Pierce Dugan, director do Instituto de International Education, partiu de Washington com destino a Miami, de onde voltará para o Panamá onde iniciará uma série de cursos, pretendendo abranger diversos países da America Latina.

Do Panamá o dr. Dugan seguirá para a Colômbia, o Peru, a Bolivia, o Chile, a Argentina, o Uruguay e o Brasil.

Os temas escolhidos pelo illustre educador norte-americano para a sua serie de cursos referem-se a Psychologia Norte-Americana, ao Futuro da Civilização Americana, e a Philologia que abrange o systema educativo dos Estados Unidos.

Entre os propósitos visitados pelo sr. Dugan está a permuta de estudantes e professores entre as Universidades da America do Sul e dos Estados Unidos.

Comunicam de Sergui, na Italia: "A Real Universidade Italiana para Estrangeiros tem sua sede em um magnifico palacio desta cidade, que é verdadeiramente hospitalaria e tem estalio climatérico e rica de monumentos e de thesouros artisticos. A Universidade está aberta desde julho até outubro para os estrangeiros de qualquer nacionalidade. Nesta Universidade desenvolvem-se cursos de alta cultura a cargo dos mais illustres professores de Universidades Italianas. Ensina-se: litteratura italiana, historia da arte, as antiguidades Italianas e etruscas, a geographia italiana, o pensamento italiano através da litteratura. Ha tambem um curso biennial de etruscologia e um curso especial da Lectura-Dantis. Contemporaneamente: cursos de lingua italiana e de litteratura, historia civil e historia da arte na Italia, divididos em tres seções: Preparatório, Medio e Superior; concede-se um attestado de conhecimento da lingua italiana, ao passo que depois do curso medio, o do curso superior entrega-se o diploma de habilitação para o ensino da lingua italiana no exterior."

Informam do Rio de Janeiro que o embaixador da Italia, sr. Vittorio Cerruti, esteve no Palacio do Catterete, sendo recebido em audiência especial pelo Chefe do Governo Provisório, fazendo entrega a S. Ex. das insignias da Gran Cruz da Ordem de S. Maurício e S. Estevão, a qual foi concedido pelo governo da Italia. Depois, o sr. Cerruti, esteve tambem nas Casas civil e militar da Presidencia e fez entrega, igualmente, aos srs. Gregório da Fonseca, secretario da presidencia, capitão de mar e guerra Raul Tavares, sub-chefe do Estado Maior, das insignias de Grande Oficial da Ordem de Italia, entregando em seguida nos demais membros das duas casas, as insignias de officiaes da corça da Italia.

O encerramento expediente do Ministerio da Agricultura, acaba de, de accordo com o disposto no paragrafo unico, art. 11 do decreto n. 19.717, de 23 de fevereiro de 1931, e tendo em vista as estimativas da produção de milho no país a partir do corrente mes e as necessidades provaveis dos consumidores, especialmente os importadores de farinha, emitidos a exportação do art. 1.º do citado decreto, fixar, até ulterior deliberação em cinquenta por cento (50%) da produção de cada fazenda o alcool a ser desmaturo nas safras que se iniciam; observando-se quanto nos desmaturos a serem utilizados, o que for determinado pelo Ministerio da Fazenda nos termos do art. 5.º do mesmo decreto.

O sr. Isaias Pinto do Couto teve a gentileza de officiar a esta redacção, comunicando haver entrado no exercicio do cargo de sub-delegado de policia da vizinhança de Sabará.

Comunicam-nos o dr. Aristides de Mello Souza, director dos Serviços Thermas de Poços de Caldas, achar-se, desde sua inauguração official, em 29 de março do corrente anno, em franco funcionamento o novo estabelecimento denominado "Thermas Antonio Carlos", com as seguintes installações: Banhos sulfurosos, Hydrotherapia, comprehendendo duchas diversas, Mecanoterapia, Pulverizações sulfurosas, Duchas gynecologicas com agua sulfurada, Duchas massagem pelo systema Vichy, Massagens, Banhos de ar quente, geranos e lockes, e Banhos carbonatados e aere-banhos.

Estão em trabalho de installação os aparelhos para nebulizações.

Trata-se de um estabelecimento aparelhado de Minas Geraes, igual aos melhores do mundo, com o fim de atender a todas as pessoas que procurarem as thermas de Poços de Caldas, consideradas pela ciencia como valor therapeutico igual ás mais famadas da Europa.

### ASSOCIAÇÕES

**ROTARY CLUB**  
Amanhã, reunirão-se em sessão plenaria, ás 19 horas, no Grande Hotel, o Rotary Club de Belo Horizonte. A pauta da materia habitual, consta do programma a posse de dois novos rotaríes, o sr. Archanjo Maitia, e o dr. Rosário Hermenegildo, e a lista, que occupará a classificação "Hotel", e a que occupará a classificação "Mover-mentum".

Como convidado da directoria, comparecerá o illustre homem de Estado, sr. Rubião de Paula Cologer, que fará uma palestra sobre a reforma tributaria do Estado de Minas Geraes, assumindo o emblema ex-ministro da Republica vem convidado, a convite do governo do Estado.

Como convidadas de rotaríanos, o secretario já recebeu a notificação do presidente da Companhia Fers Brasileira e do dr. Milton Campos, advogado desta Capital.

Meia hora antes do inicio da sessão, haverá reunião do conselho director, que fixará a data da posse da nova directoria.

**U. M. C. DE SÃO JOSÉ**  
Empressado, domingo, ultimo, a reunião da direcção desta União. O acto foi presidido por grande numero de rotaríes e socios de varias unioes, entre as quaes a de Londres. Foram pronunciados varios discursos, e em seguida oradores applaudidos. O unionista da direcção, Ernesto Di Pervi, fez a nova lista de associados, e a cargo de Loureiros e Ayres, Matta Machado, Alencar, os quaes receberam demorada salva de palmas.

**UNIAO DE MOCOS CATHOLICOS DE SÃO SEBASTIÃO**  
Conferme estava annunciada, realizou-se domingo passado, perante grande numero de socios, a primeira sessão ordinaria.

### NOTAS SOCIAES

#### UM MINUTO, APENAS

**Resumo**  
Os acontecimentos mais salientes da semana foram: a morte de um rapaz de golfinho quando abriu a bocca, cheia de espanto, por ver o namorado jogar uma bomba; a captura de Manoelina de Cogueiros (em caracter particular e não de estado) no Instituto "Raul Soares"; o burrinho sabido do Circo Zucchi, que não tinha gado nenhuma e por isso fazia concorrência ao palhaço; a resurreição de "Bia Ilur"; e os auspícios do Instituto Historico, e a phrase nova de guerra: "Diez ista neolographado". No mais, nada de novo no frente occidental.

#### O verso que era um queixa

De Luis Eizola  
Dout de homens, dout de homens,  
(Dizem que não me importo  
com a ironia de seu sorriso).  
Ninguém sabe como meus irmãos  
sufrirem.

#### A mulher nos de cada dia

Afinal, a razão estava mesmo em  
aquella senhora tebeosa, que sete vezes  
amou para sete vezes matar. Não que  
tivesse razão em matar, mas em amar  
sete vezes. Estou convencido — e a ha-  
manidade tambem o estará, sen o di-  
que — que realmente impossivel amar  
mesmo de sete vezes na vida. Que digo?  
E impossivel amar menos de sete vezes  
na semana, e cada vez de um amor dif-  
ferente. Cada dia tres o seu desejo  
e sua necessidade. Transferir esse dese-  
jo para o dia seguinte, ou enendá-lo  
com o do dia anterior, não parece boa  
politica. O melhor é — com a falhinha  
deante dos olhos — fazer com que o  
amor de segunda-feira seja differente  
de, morre uma vez só.

Que necessidade ha em repetir? Não  
é este um fim das vezes, não repete um  
sorvete de morango. Os jornaes  
de tres dias atras perderam todo o  
interesse e o rei da Sida quando mor-  
re, morre uma vez só.

De resto, a semana é tão comprida  
e a vida tão curta! Ha pessoas que, che-  
gando á quinta-feira, já não se lem-  
bram do que fizeram na segunda e  
olham para domingo como para a Asia  
longuinha. Outras, quando se despedem,  
dizem "até amanhã", como se embar-  
caram para Manaus, e o seu alargo offe-  
cituissimo-vigora apenas por 24 horas.

E depois, os sete dias da semana são  
tão differentes uns dos outros. Mulheres  
ha que talvez não conheçam a can-  
ta nonachetrona dos domingos, que foi  
feito para as senhoras gordas. São  
nervosas, finas, rapidas; preferem  
mulheres proprias para as quartas-fei-  
ras. E outras, directas e exactas, são  
optimas para se começar a semana, não  
semana de trabalho, de inicio e de en-  
damento; mulheres da segunda-fei-  
ra.

naria do quarto anno social da União de Moccos Catholicos de São Sebastião.  
Presidente, o dr. Rufino da Costa Toms, secretario geral srs. José Matta Soares e José Starling.

A primeira parte da sessão, foi Justificada a ausencia de diversos socios, e depois de aprovados varios votos de pezar, por motivo de falecimentos de pessoas ligadas aos mortos unionistas.  
Nada havendo a tratar-se na segunda parte, passou-se á terceira, tendo lido magistral e applaudido discurso, o sr. Sebastião Fontinato do Araújo, em seguida ao qual, falaram os socios Guizir Magalhães, José Leão e Antonio Silva, sobre varios assumptos.

Encerrando a sessão, o presidente dirigiu rapidas palavras aos socios, convidando-os ao cumprimento dos deveres de unionistas.

**CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERARIOS DO ESTADO DE MINAS**  
No dia 14 do corrente, realizou-se a assembleia geral ordinaria da Confederação Auxiliadora dos Operarios.  
Nada havendo a tratar, em seguida a leitura do balanço do mes de maio, foi que se verificou o saldo de 65.421\$810 (sessenta e cinco mil e cem) em dinheiro.

Havendo uma vaga na directoria, em virtude da renuncia do sr. José de Almeida, ultimamente chefiado vice-presidente, processou-se a eleição para o seu preenchimento, sendo eleito o professor Cícero Pereira.

Picou assim constituída a actual direcção: Confederação presidente, Antonio Pedro de Medeiros; vice-presidente, Cícero Pereira; secretario, Otilio Barbosa; 2.º secretario, Eudécio Mendes Moreira; 1.º thesorero, José Vaz de Mello; 2.º thesorero, Sebastião Isaac de Oliveira.

#### ANNIVERSARIOS

Faz annos hoje o sr. dr. Alao Prata, ex-secretario da Agricultura.  
Faz annos hoje, o sr. Hymerio Rodrigues de Mello, funcionario dos Correios; ex-an, dout Theresia Guimarães, viuva do escriptor Bernardo Guimarães; dona Laura Vianna Dotti Messeder, esposa do sr. João Messeder, funcionario da secretaria de Interiores; dr. Ruth Ribeiro, esposa do sr. dr. João Vieira Moraes; J. Maria Ferreira da Silva, esposa do sr. Belmino Vieira da Silva, senhorinha Alcineta de Castro Sales, filha do sr. dr. Carlos de Toledo Sales.

Faz annos hoje, o desembargador Celso Nogueira, do Tribunal da Relação.  
Faz annos hontem o universitario João Thimoteo Barbosa, alumno da Escola de Architectura e Litteratura da imprensa Official.

#### US QUE CHEGAM

Pelo nocturno do Rio, regressou, hontem a esta Capital, o sr. Plinio de Mendonça.  
Achase na Capital o sr. dr. Amador Brasil, advogado residente em Barbacena.  
Regressou hontem a esta Capital, pelo nocturno do Rio, o sr. João Claudio de Lima.  
Estão na Capital, os srs.: Armando Boratto, e Bano Boratto, industriaes residentes em Barbacena.  
Vindo de Araxá, está na Capital, o sr. dr. Virgilio Fabiano.  
Chegou hontem a esta Capital, os srs. Arthur Gonçalves Couto, Capitão de Mar e Guerra.  
Está na Capital, o sr. dr. B. Valadarez Ribeiro.  
Precedentes de Manhuassu, chegaram hontem a esta Capital, os professores: dr. Adelinete Sette e senhorinha Ciria C. Ferreira.  
Estão hospedados no Hotel Avenida os srs.: Enrico Teixeira Marcondes, Benjamin Mendes, Mariano Cardoso, Amador Brasil, Paulo Dias, Amador Boratto, Bano Boratto, Expedito Pereira, Afonso Cruz, Agostinho Fabiano, Eduardo P. Sandilina, Ibrahim Billar Schirrim, Arthur Gonçalves Couto.  
No Grande Hotel estão hospedados os srs.: Antonio Castro, B. Valadarez Ribeiro, André Levy, José Afonso de Almeida, Carlos Richieri, e Antonio Cappas.

#### OS QUE PARTEM

Seguiu hontem para o Rio o dr. José Franco.  
Em companhia de sua exma. sefida, embarcou pelo nocturno de hontem, para o Rio, o dr. Hugo Verneck. Acompanhado de sua exma. esposa viajou hontem, para o Rio, o dr. Levy Carneiro.  
Para o Rio seguiu hontem, o dr. Manoel de Faria.  
Com destino a João Ribeiro seguiu hontem, o sr. Armando Travassos.  
Para S. Paulo viajou hontem, o sr. Luiz Passig.  
Com destino ao Rio seguiu hontem, o sr. Miguel Rufio Filho.  
Viajaram para Ponso Alegre, hontem, o sr. José Felipe da Silva.  
Embarcou hontem, para o Rio, o engenheiro J. Gosselwer.  
Viajaram para Ponso Alegre, pelo nocturno, os universitarios Celso Faria e Durval Silva, da Faculdade de Direito.

Para Brazopolis, viajou ante-hontem o universitario Francisco Pereira de Faria, da Faculdade de Direito.  
Viajou para Vila Parasoopolis o sr. Ruy Silva, funcionario da Imprensa Official.

#### LUTO

O sr. Antoneil Luiz de Oliveira e sua exma. esposa, d. Rachel L. Macedo de Oliveira, passaram pelo duro golpe de perder hontem, ás 20 horas, a sua interessante filha Yedda Macedo, apenas de 13 meses de idade.  
O enterro da pequena Yedda realizou-se hoje, ás 17 horas, sabido o ferrete da residencia da familia entulada, á rua Guajajaras, n. 37.

Ocorreu a 6 de dez, em Morro do Pilar, o falecimento da exma. sr. dr. Rita Vieira, esposa do coronel Modesto Vieira, fuzeteo daquele districto.  
D. Rita Vieira contava a avanzada idade de 84 annos, e era professora em Morro do Pilar, e a sua casa, a qual foi recebido sob geras demonstrações de pezar, mereço de suas excellentes dotes de espirito e coração.

O enterro da distincta senhora, realizado no dia 7, teve grande acompanhamento, vindo-se sobre o coche fúnebre muitas corças com sentidas inscripções.  
Falleceu no dia 13 do corrente, nesta Capital a exma. sr. dr. Julietta Vieira Toloso, esposa do tenente João Toloso, fuzeteo de Vila Rica.  
Filha de distincta familia de Mogi Mirim, Estado de S. Paulo, de onde era natural, contava a estavel 82 annos de idade. Deixou cinco filhos, dos quaes o mais velho tem apenas sete annos.  
A viúva senhora era muito relacionada com as pessoas de sua familia, e prematura causou grande consternação e profundo pesar a todos os seus parentes e amigos.  
O funeral realizou-se no dia 14 do corrente, com grande acompanhamento.

#### Cartorios de Paz

**Primeiro Districto**  
Nascimentos: — Maria José da Fonseca, filha de Abrão José da Fonseca e de Maria de Jesus, filha de José (Doc. 19.710). Moacir Taboada, filho de Francisco Taboada Bardeas e de Izaira de Seixas Pereira; Iris Sacchetti, filha de Athilio Sacchetti e de Yolanda Marzocchi; Bruno Pereira, filho de Amélia Pereira; Nilza de Souza, filha de João Pacheco de Souza e de Maria da Conceição Amorim; Oswald Fermo Lopes, filho de João José Lopes e de Patrícia dos Reis Lopes; José de Araújo Miranda, filho de Virgilio Lopes de Miranda e de Joana de Araújo Vianna; (Decreto 19.710). Maria da Conceição da Silva, filha de Maria Jelicena da Silva; Mareto de Andrade, filho de Bolivar Andrade e de Iza Oliveira de Andrade; Maria Moreira Andrade, filha de Antonio Moreira e de Maria Moreira de Andrade; (doc. 19.710). Antonio, filho de Cassio Salabati de Carvalho e de Gezy Candido de Almeida; Antonio José Caldeira Brand, filho de José Mario Caldeira Brand e de Aurora de Lima Caldeira Brand; Neza Lima, filha de Maria Bandeira; Walter de Iedol dos Santos, filho de Gastão Ferreira dos Santos e de Amalysia de Silva Santos.

**Segundo Districto**  
Nascimentos: — Ribens Nascimento, filho de Teresina Nascimento e Arta do Nascimento; Leida Rossi, filha de Americo Rossi e Theresia Ruffato; José de Góes de Oliveira Paula, filho de José de Oliveira Paula e Luyminda José de Oliveira Paula; (Decreto 19.710). João Quirino do Paula, filho de Genésia Schembriana Zaitira, filha de Derval do Azevedo Góes e Antonia Pinheiro; Roberto Fortes, filho de Antonio Vitorino Fortes e Antonia Pinheiro; Fortes; Marcelina Costa Leite, filha de José Costa Leite e Maria Bernardes Costa; Iracema de Araújo Santos, filha de Francisco de Araújo Santos e Gora Assis dos Santos; (Decreto 19.710). Paulo Antonio de Moura, filho de Antonio Antonio Junior e Maria Junqueira.

**Terceiro Districto**  
Sede provisoria: avenida Paranaíba, n. 1.419.  
Nascimentos: — D. Elindina Ferreira de Lima, filha de Pedro Ferreira de Li-

ma e dona Francisca Possidonia de Jesus; (de accordo com o decreto 19.710). Antonio Dias dos Anjos, filho de Pedro Dias dos Anjos e de Ana Virginia dos Anjos Leme; (de acordo com o decreto n. 19.710). Juracy Martins Gonçalves, filha de José Martins Soares e Wasserson; Tomas Borges de Araújo, filho de Maria de Araújo; Maria Loureiros da Cunha, filha de Joaquim Felix da Cunha; Christiano de Araújo Nobre, filho de Alberto Nobre e Maria de Araújo Nobre; Viridilio Nuro Mattoso, filho de Vicente Mattoso e Elia Ricci; Elza Levy, filha de Isaac Levy e Margarida Levy; Nilza Bernardes de Lima, filha de Manoel Bernardes de Lima e Rosalina Maria Bernardes.  
Casamentos: — Raymundo Duarte Oliveira com d. Eliza de Magalhães Brandeira; dr. Niso Torres, com d. Maria Almeida; dr. Levy de Oliveira, com d. Maria de Souza; dr. Levy de Oliveira, com d. Maria de Souza; dr. Levy de Oliveira, com d. Maria de Souza.

#### Hospitais

**SANTA CASA DE MISERICORDIA**  
Com a presença dos srs. Jarbas Vianna Gomes, Celso de Almeida Francisco Maria e Delfino de Paula Riccio, membros da corrente e a reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa.

Fez-se representante o sr. Lauro Jacinto, vice-provador, pelo sr. major Delfino de Paula Riccio, e communalmente que estaria ausente, por motivo de responsabilidade de uma das comissões. Tomou-se conhecimento de toda a correspondencia expedida e recebida.  
Dentre outras deliberações, resolveu a Mesa Administrativa:  
1) atender em parte, um pedido da direção do Hospital de Santa Casa, que teria de fazer um levantamento de "Acidantes de Trabalho", na Companhia Internacional de Seguros, para os operarios que trabalhavam na Lavoura da Santa Casa;  
2) constituir-se com o tenente José Alves Ferreira, amigo e dedicado irmão do Hospital de Santa Casa, para a administração que lhe foi concedida pelo governo do Estado;  
3) estabelecer a taxa fixa de 16\$000 para as certidões pedidas pela Santa Casa, e mais 2\$000 por anno o qual meama se referir, salvo quando requisitadas por autoridades policiaes e judicarias;  
4) contrair, a pedido, o dr. Gastão Eberhard do cargo de chefe da clinica clinica-laryngologica e otologica, agradecendo-lhe os bons serviços prestados;  
5) honrar: a J. Mendes Souza, chefe de enfermagem do Hospital de Santa Casa; dr. Washington de Paula Pires, medico do Asylo Afonso Pena; dr. Nevalino Lima, actual chefe da clinica pediatra do Hospital de Santa Casa; dr. J. Martins Vieira, chefe da clinica clinica de otorinolaryngologica; dr. Antonio Mello Alvares, chefe de clinica pediatra cirurgica;  
6) designar o major Francisco Murilo de Albuquerque, chefe de policia da Santa Casa, para a administração da policia da Santa Casa, em substituição do sr. major José Coutinho, tho-sou-provador.

al) ter o dr. José Soares de Mattos se oferecido para, gratuitamente, fiscalizar as obras do Hospital de Graciosa; 2) ter fallecido a exma. sr. de D. Dorothea Ferreira, usufructuaria dos bens deixados para esta instituição pelo sr. José Pedro Costa, e que determinara o seu enterramento em primeira classe;  
c) ter fallecido as obras da Capella de Santa Casa, em consequência a actual redacção das lras.  
O sr. procurador municipal, fiscalizador da Procuradoria, o mesmo fallecido, o sr. syndico com relação ao movimento do mes passado, da recolta e despesa.  
A sr. syndico apresenta a seguinte lista dos irmãos a serem acclamados:  
Irmãos remidos:  
Aníbal Marques Gantijo; — Contribuição unico, 20\$000.  
Dr. Alvaro Camargos — Contribuição unico, 20\$000.  
Irmãos protectores — Contribuição mensal, 20\$000.  
Irmãos effectivos, — Contribuição annual — 20\$000.  
Propostos pelo sr. dr. Eduardo Moraes — Maria José Pinheiro Moraes, Eulys de Augusto Ribeiro, João Monteiro Junqueira.  
Pelo sr. Carlos Alberto Brandes — José Penido Monteiro.  
Pelo sr. Horacio Pereira Silva — José Quintiliano Diniz.  
Pela Conferecia do Sagrado Coração — dr. Evaristo Lima, dr. José Correa Delubalia e Afonso de Paula.  
Pelo sr. Domingos Agostinho Teixeira — B. L. Silveira, Manoel Pinto Romero, Eberhard Stelling, Lauro Lemos, A. Quadros, Francisco M. Almeida, M. Drummond, A. F. Benfield, e Waldemar Soares Diniz e Silva.  
Pela Conferecia de São Gerardo — Joaquim Alves Martins e Maximiano Rey.  
Pela Conferecia de São Anna — Gerô de Souza e Alfredo Passinho.  
Pelo sr. dr. Jacinto Policarpo Moreira — Antonio Silveira Felix e José Francisco Vianna.  
Pela Conferecia de Santo Agostinho — João Albuquerque.  
Pelo sr. Gonçalves Neto e Comp. — Evaristo Lima, Leonidas Henriques, Gabriel Andrade, Oscar Lima e Romão Martins de Araújo, Moreira Carvalho de Araújo e Rosalina Martins de Araújo.  
Pela senhorinha Alice Gomes Pinto Coelho — Pharmaceutico Levy Moura Bichard, professor Raymundo Lopes, José Carvalho Pereira, Manoel Emiliano Monteiro de Castro e dr. José Maurício de Carvalho.  
Pela senhorinha Amélia — Anna Victoria de Jesus, Manoel, Guilherme Rescos, Maria de Mercedes Ferraz, Me-

FIGURA 10 — Localização da coluna "Um minuto, apenas" publicada por Barba Azul no Minas Geraes em 17 de junho de 1931. Imagem digitalizada por Celso Travassos em 21/07/2008.

Na edição de 17 de maio daquele ano, o cronista escreve sobre o recital da pianista Guiomar Novaes em Belo Horizonte e fala do entusiasmo da platéia ao ver e ouvir o desempenho da artista. Em uma passagem do texto, o autor critica a já comum falta de entusiasmo do público mineiro, superada pelo concerto da referida artista.

Pois sim! Essas velhas palmas belo-horizontinas, palmas chochas e insossas, que desde os tempos de Curral D'el Rei caracterizam a clássica pobreza mineira de entusiasmo e tornaram-se qualquer coisa de ardente e ruidoso, obrigando a artista a consumir-se em novos ritmos e novas viagens musicais. (Crispim, 17 mai.1931, p.14)

Nesta passagem, pode-se inferir que apesar da inspiração moderna da cidade de Belo Horizonte, certos costumes e tradições herdadas do velho Arraial marcaram a vida social e o desenvolvimento desta capital. A publicação desta crônica assinala o retorno a Belo Horizonte de Carlos Drummond de Andrade, dono do pseudônimo Antônio Crispim, após um ano de serviço militar em Barbacena, que será o assunto de duas crônicas publicadas neste período. No dia 21 de maio, o autor conta o caso de um inglês que passou muito tempo fora de casa, viajando pelo mundo e ao voltar descobrira que a casa já não estava mais lá. Crispim se coloca na mesma situação do inglês.

Eu me vejo mais ou menos na situação do sujeito que voltou e não achou a casa no lugar. Culpa da casa ou dele? Brasileiro, viajei um ano fora desta coluna, e regressando não encontro nenhuma das palavras que deixei aqui, nem palavras, nem sensações, confidências, idéias ou fingimento delas, com que entretinha esse vago leitor ou aquela esquiva leitora. (Crispim, 21 mai.1931, p.09)

O estranhamento do autor em relação ao ambiente de Belo Horizonte após um ano de distanciamento faz com que ele reformule sua relação com a coluna e proponha aos seus leitores um novo acordo, que será posto em prática daí em diante.

Vou sentar-me no chão, não para ler histórias, e sim para conta-las (é ainda a melhor maneira de perder tempo). Esta coluna fica sendo uma Casa de Dois Mil Réis, e quando eu contar coisas que excedam desse preço, por favor: puxem-me o paletó. E não sigam nunca o exemplo do espectador que assassinou o flautista porque não gostava de valsa lenta. (Crispim, 21 mai.1931, p.09)

Nesta passagem fica clara a relação que o autor propõe que na relação estabelecida com seu leitor a partir do discurso veiculado no jornal impresso, ser um contador de histórias.

Em muitas das vezes, as histórias que ele conta dizem da vida da cidade, em outras simplesmente torna conhecidos fatos telegrafados do exterior, narrando-os em uma prosa amena e agradável, e em alguns casos com um toque cômico. Em 22 de maio de 1931, Crispim conta sobre o novo hábito dos habitantes de Belo Horizonte aos domingos, ir a Coqueiros, na zona rural. A descoberta deste novo local de lazer tem além dos atrativos naturais, um motivo a mais, uma santa que faz milagres auxiliada por um anjo. A credence dos belo-horizontinos em dona Manoelina de Coqueiros movimentava a região aos domingos, e aumenta a cada dia os tipos de problemas atendidos pela santa. Crispim aponta que “a santa rural fornece água, consolo, palpites de loteria, indicações para ser feliz no amor, e mil outras coisas importantes. Pode não ser uma grande santa. Mas é uma santa mineira, o câmbio está baixo, a vida difícil: para que mais?” (Crispim, 22 mai.1931, p.09 e 10). Isso demonstra uma certa ingenuidade dos habitantes da cidade pela crença compartilhada na sabedoria da santa mineira, ao qual Crispim acredita que o maior milagre realizado por ela é a lição de humildade.

Na edição de 25 e 26 de maio de 1931, o autor descreve nostálgicamente a Belo Horizonte de um tempo recentemente passado dos anos de 1915 e 1920, nas palavras de Crispim, “fragmento de um mundo que viveu!”, e apresenta uma Belo Horizonte com dimensões menores e tecnologicamente atrasada.

O mundo era pequeno e limitava-se ao norte pelo Café Estrela, na rua da Bahia, e a leste pela casa Oscar Marques, na Avenida Afonso Pena. Podia-se correr o Parque Municipal sobre essa coisa ingênua e primitiva, uma bicicleta. Passeava-se pela cidade como se ia para o cemitério, depois de morto: de carro puxado a burros. (Crispim, 25 e 26 mai.1931, p.12)

Também nesta crônica o autor aborda a evolução dos filmes de cinema e a importância deste hábito na vida da Capital desde os anos de 1915 e 1920. Mais uma vez Belo Horizonte é apresentada como uma cidade pacata e tranqüila, de hábitos ingênuos. A memória do cronista é responsável por resgatar os elementos que compõem esta imagem da cidade que é construída por ele. Ainda baseado na memória, Antônio Crispim, o enunciador construído por Carlos Drummond de Andrade publica a crônica de 27 de maio de 1931, intitulada “Outubro em Barbacena”, na qual ele narra o tempo do treinamento militar recebido na cidade de Barbacena, apresentando uma versão de bastidores para a Revolução de 1930. Neste momento o privado e público contracenam na crônica, pois é dada uma versão para um fato público que são as batalhas da Revolução a partir da experiência individual do cronista como combatente.

“A trincheira era assim um intervalo entre duas danças ou duas namoradas. No fundo era um divertimento diferente dos outros” (Crispim, 27 mai.1931, p.13).

A adoção dos pseudônimos por Carlos Drummond de Andrade denota que as colunas escritas por Antônio Crispim e Barba Azul são regidas por contratos de leitura diferentes. O enfoque da abordagem destes autores também é diferente. Se para Crispim, a cidade, seus lugares e seus hábitos são assuntos recorrentes, para Barba Azul a elite belo-horizontina é o tema constante de suas crônicas, em sua maioria críticas ao modo de vida desta parcela da população.

Antônio Crispim se projeta em suas crônicas com um certo ar de ingenuidade e um romantismo na observação da cidade, de seus lugares, dos hábitos dos cidadãos, mostrando a imagem de uma Belo Horizonte pacata e de costumes quase interioranos. Este autor estabelece um contrato de cumplicidade com seus leitores posicionados como espectadores e muitas das vezes, como participantes das situações narradas, por meio do compartilhamento do pertencimento àquele espaço que é cenário de suas crônicas.

Barba Azul propõe aos seus leitores uma relação de outra ordem, explicitada no programa da coluna, publicado na edição de 08 e 09 de junho de 1931.

Nesta seção se falará de moda, de sentimentos que passam com ela, de atrizes bonitas de cinema, de poetas que não usam entorpecentes nem os fabricam, e de mil outros assuntos terrestres. A senha será: Frivolidade, que, às vezes se confunde com Espírito, outras vezes (sem parecer) é mais grave que um tratado de Finanças. (Barba Azul, 08 e 09 jun.1931,p.13)

Dessa forma, no intuito de nunca causar aborrecimentos ou preocupações aos seus leitores, o autor se apresenta como um comentador dos hábitos mundanos da sociedade belo-horizontina, recorrendo sempre ao humor e à ironia. Pelo uso dos recursos de ironia e do humor Barba Azul é um crítico ferino às relações da sociedade. Não torna seus leitores cúmplices ou mesmo estabelece uma relação de confiança com eles. É um contrato em que o autor se propõe a fazer fofocas ou comentar futilidades. Sob este pseudônimo, observa-se um comentador da irônico e mordaz da vida da elite social belo-horizontina. A relação que ele estabelece com seu leitor indica ser uma crítica aos costumes dos habitantes da cidade.

A ironia é o recurso utilizado pelo autor para fazer uma crítica à cidade. Em uma edição da coluna “Um minuto, apenas” o autor escreve um artigo intitulado “A mulher nossa de cada dia”, defendendo a infidelidade masculina e esclarecendo o porque da adoção do codinome de Barba Azul.

Afinal, a razão estava mesmo com aquele senhor tenebroso, que sete vezes amou para sete vezes matar. Não que tivesse razão em matar, mas em amar sete vezes. Estou convencido – e a humanidade também o estará, sem o dizer – que é realmente impossível amar menos de sete vezes na vida. Que digo? É impossível amar menos de sete vezes na semana, e a cada vez de um amor diferente. Cada dia traz o seu desejo e a sua necessidade. (Barba Azul, 17 jun. 1931, p.11)

Nesta passagem o autor fala de seu tratamento dispensado às mulheres, propondo um amor diferente para cada dia da semana. No uso do pseudônimo Barba Azul, Drummond se projeta como um comentarista de assuntos mundanos e frívolos resultantes da sua maliciosa observação da sociedade belo-horizontina. Pode-se inferir deste trecho uma posição machista do autor em relação às mulheres, tratando-as como meros objetos de consumação do desejo masculino. A conduta machista de Barba Azul é reforçada na edição da coluna de 18 de junho de 1931 que inicia-se com a publicação de uma “Carta de Guia de Casados”, escrita em 1650 por dom Manoel de Mello, contendo os elementos da felicidade no lar, entre os quais a obediência e a submissão das esposas perante os maridos. Neste mesmo dia, o autor encerra com um artigo intitulado “Contra a polícia feminina”, no qual refuta veementemente a existência de policiais do sexo feminino. Para ele, o faro policial das mulheres deve ser exercido na ordem doméstica.

A polícia é ou deve ser por definição invisível. Ora, a mulher-polícia fará tudo para se tornar observada dos transeuntes e até mesmo dos delinquentes, que irão delinquir mais longe e passarão a policiar a polícia. (...) A polícia é secreta, e as mulheres ignoram o sentimento desse adjetivo. Uma diligência ou uma investigação tornar-se-á qualquer coisa de público e notório como um comício na Praça Sete, em que todos falam e só o orador escuta. No caso, o orador será o criminoso e a polícia será todo mundo.(...)Finalmente, é muito possível que, diante de uma agente nervosa, o ladrão que se dispunha a dobrar a esquina desça do carro e vá piedosamente socorrer a polícia que deu um chique. (Barba Azul, 18 jun. 1931, p.11)

Ao se opor à criação de uma polícia feminina, o autor se baseia em estereótipos preconceituosos e coloca todas as mulheres como fúteis, excessivamente vaidosas, fofaqueiras, frágeis, escandalosas e como seres inferiores (na perspectiva do autor) não possuem as mesmas condições de treinamento e adequação ao exercício desta profissão que os homens, o que reforça o papel de machista desempenhado por Barba Azul ao tratar a mulher com ser incapaz e submisso que deve obediência aos homens.

A partir do emprego de pseudônimos distintos temos perspectivas de enunciação e contratos de leitura diferentes evocados por Drummond transfigurado em Antônio Crispim e

Barba Azul. O uso de pseudônimos transforma-se em uma máscara atrás da qual Drummond se esconde para exteriorizar sentimentos secretos e publicamente condenáveis como o machismo. Os enunciadores construídos por Drummond se posicionam perante a cidade e os leitores de formas distintas que em alguma medida dialogam com a pessoa de Carlos Drummond de Andrade. Um exemplo é a crônica publicada em 28 de maio, o autor, mascarado pelo pseudônimo Antônio Crispim dedica-se a comentar o regresso a Belo Horizonte do poeta Emílio Moura, seu amigo de longas datas. Os laços de amizade que unem Carlos Drummond de Andrade, transfigurado em Antônio Crispim e o poeta Emílio Moura e que pertencem a uma esfera privada, são publicizados por esta crônica, se tornando de conhecimento público.

Os enunciadores constituídos por Drummond contém marcas pessoais do autor e por meio de suas crônicas podemos observar resquícios de um mundo que viveu, os traços de uma sociedade que se pretende moderna, mas encontra-se arraigada nos costumes e tradições herdadas do passado. As representações e imagens da cidade que emergem destas crônicas dizem dos modos de vida de uma sociedade e da vida urbana na Belo Horizonte dos anos 30.

Se o autor constrói enunciadores diferentes, cabe ressaltar que o destinatário, o tipo de leitor ao qual o enunciador se dirige, também é perceptível nas entrelinhas dos textos. Barba Azul constrói-se para destinatários cultos, com razoável aporte intelectual, que tenham habilidades para reconhecer nas entrelinhas de seus textos a ironia. Já Antônio Crispim requer um destinatário mais simples, que se proponha a ouvir suas histórias e a significá-las de acordo com a sua vivência da cidade, seus espaços e seus costumes.

Ao interpelar o leitor com formas discursivas diferentes observa-se que os enunciadores instituem relações de naturezas diversas com o seu público de leitores, constituindo modos de representação da cidade, atribuindo sentidos ao modo de viver a e na cidade. O público e o privado convivem nas crônicas, auxiliando na construção de entendimentos acerca do espaço urbano e a vida social que ali se desenvolve. A memória do cronista tece significações particulares para a cidade que ao se tornarem públicas nas crônicas veiculadas pelo jornal diário, atuam como mediadoras do conhecimento da cidade e interferem nas formas de significação do espaço da cidade e de seus costumes pelos seus habitantes. O autor, no uso de seus enunciadores, torna públicas as suas impressões pessoais da cidade, lançando-as como registros de uma memória coletiva da cidade e possibilitando um conhecimento desta cidade que viveu e que se mostra através das crônicas sobre o seu cotidiano.



Já a coluna “A Cidade” surge em agosto de 1938, em um momento de crescente expansão urbana da cidade de Belo Horizonte. Localizada no canto inferior direito da página 03 do jornal *Folha de Minas* (Ver FIG.11), esta coluna dividia espaço com outros comentaristas e cronistas da vida urbana, como Jair Silva e Franklin de Salles. A coluna não possuía títulos específicos e nem autores declarados, o que leva Chacham (1994) a inferir que a diferença de “A Cidade” para os outros cronistas do urbano que figuravam na página 03 deste diário era que esta coluna “não possuía apenas um autor, isto é, não possuía ‘nomes’, e sua ‘opinião’ era despersonalizada, impessoal” (p.103). Ou seja, a coluna “A Cidade” propunha ao leitor uma relação de isenção e objetividade ao comentar através de suas crônicas o crescimento urbano da Capital. Independente de quem a escrevesse não havia variações significativas na sua abordagem sobre a cidade e nas relações estabelecidas entre a coluna e seu público. Há uma regularidade no tratamento dos temas sobre a urbanização que nos permite aplicar a noção de contrato de leitura.

A coluna “A Cidade” se apresenta como uma testemunha do progresso e da intensidade da vida urbana, corroborando a imagem de modernidade presente desde o planejamento de Belo Horizonte.

Já Belo Horizonte, talvez por ser ainda uma cidade pequena e sem passado que a defina, encarna em todos os seus detalhes o momento nacional e dele é um resumo completo. É uma cidade síntese da realidade brasileira. A eclosão violenta com que esta cidade surge para a vida, brotando da terra com a força de mil energias conjugadas, é um símbolo do país convulsionado do sul ao norte por esse estranho desejo, essa fatalidade inelutável de crescer, subir e projetar-se. (“A Cidade”, 12 out. 1938, p.03).

Este trecho da crônica revela a perspectiva progressista com a qual “A Cidade” trata Belo Horizonte. A relação que esta coluna institui com a cidade é confirmada pela edição de 13 de outubro de 1938, através da seguinte frase: “Valha o nosso depoimento como um atestado do progresso incessante e impressionante da Capital” (p.03).



Um fator que diferencia a coluna “A Cidade” das outras colunas apresentadas neste trabalho é a que a maior parte das crônicas se dedica a tratar questões específicas sobre a expansão urbana, os desafios urbanísticos e sociais da vida na cidade moderna. Enquanto em Guarany e Drummond encontramos uma variedade de assuntos que compõem a vida social em seus diversos aspectos, além da identificação dos espaços da Capital, a temática se desenvolve em torno das características do urbano. Nada mais apropriado ao contexto vivido àquela época, em 1938, quando a coluna tem início Belo Horizonte encontrava-se em pleno processo de desenvolvimento urbano, sendo considerada “a cidade das picaretas e dos andaimes” (“A Cidade”, 24 ago. 1938), devido ao grande número de construções em curso.

E toda a cidade é uma sucessão de obras, públicas e particulares, de trabalhos de aterros, de pavimentação e de distensão das redes subterrâneas de esgotos, da água, dos telefones. E o panorama urbano está salpicado do amarelo das construções, com os caixotes de madeira que moldarão o cimento armado, se levantando de todos os pontos, cada vez mais altos. Essa atividade febril resulta na média de três prédios diários.

E eis, portanto, mais um indício da vitalidade e da movimentação intensa que marcam a nossa vida de metrópole incipiente, de grande cidade em embrião. (“A Cidade”, 24 ago. 1938)

Desta passagem pode-se inferir que o sentimento de modernidade que permeia o processo de construção e povoamento de Belo Horizonte se ampara mais na modernidade da estrutura física do tecido urbano do que na forma de ocupação e uso da cidade. A coluna “A Cidade” apresenta uma particularidade em relação às outras colunas analisadas neste trabalho que é a contribuição dos leitores para a abordagem de determinados assuntos, reivindicados por meio de cartas à redação. Nesta situação, pode-se apontar como exemplo a edição de 22 de outubro de 1938, em que a coluna aborda o problema da sujeira das ruas da Capital, observado por um leitor em carta “criteriosa e razoável”, cujas ponderações são endossadas pelo autor que faz uma crítica à população belo-horizontina, afirmando que não adianta aumentar o número de garis caso “a população não se compenetre de que lhe cabe 50% por cento de responsabilidade neste assunto” (“A Cidade”, 22 out.1938, p. 03). Ou seja, a crítica é baseada também na observação do público de leitores da coluna que reivindicam solução para problemas desde a sujeira das ruas (22 out. 1938, p.03), passando pelo mau comportamento de alguns frequentadores de cinemas (07 nov.1938, p.03) até a necessidade da construção de um novo Teatro Municipal para Belo Horizonte (23 out.1938, p.03).

A participação dos leitores nos assuntos tratados pela coluna é saudada pelo autor como indivíduos que “tem a alma de jornalista – de jornalista só não tem a prática, a

experiência, as decepções e, por fim, a decepção que nos traz a banca” (“A Cidade”, 23 out.1938, p.03). A participação dos leitores indica uma forma diferenciada de relacionamento com o público se comparada às outras colunas analisadas. “A Cidade” além de se posicionar como uma testemunha do progresso da Capital se constitui como um espaço de manifestação da população em relação aos problemas sociais e urbanos.

Guarany aborda a relação da cidade planejada para ser um símbolo moderno com a modernidade e resente-se do passar do tempo, que concretiza esta destinação. A Belo Horizonte quase provinciana de 1902, ano em que começam suas recordações dá lugar a uma urbes agitada, com valores cosmopolitas e uma vida moderna, na qual ele se situa para fazer suas considerações. Enquanto Belo Horizonte do início do século XX esperava pelo progresso que lhe foi prometido, em 1928 a cidade está, supostamente, inserida em um contexto de modernidade.

Para Carlos Drummond de Andrade, apesar da diferença de abordagem de seus pseudônimos, que constituem autores diferentes, Belo Horizonte pode ser comparada a uma cidade interiorana, pacata e monótona: a cidade do tédio, a despeito da modernidade de sua estrutura física.

Os leitores sabem o que é um autêntico baile belo-horizontino. A coisa mais melancólica da mundo. Meia dúzia de moças e muitos rapazes, uma infinidade de rapazes sérios e de óculos, que meditam na metafísica da andorinhas e soltam longos suspiros interiores. O tédio, escorrendo pelas paredes como visgo impalpável, imobiliza-se nas lâmpadas que iluminam sempre o mesmo tango de uma tristeza insondável e americana. A alegria passou pelo salão, rápida como um antílope. Passou e não deu confiança. Até meia-noite, ainda há "esperança de porto e salvamento", como dizia o velho Camões, mas depois dessa hora as comportas do tédio se abrem sobre o salão, e todos os convivas falecem às duas da madrugada, para ressuscitar às 11 do dia, quando o ponto se abre nas repartições. Assim a vida corre e nós corremos também. (Antônio Crispim, 01 mai. 1930, p.12)

Observa-se o marasmo da vida social belo-horizontina também no relato sobre o cotidiano feito por Barba Azul, com diferença entre esses enunciadores no grau de ironia empregado por ele. Em 17 de junho de 1931, Barba Azul inicia a coluna fazendo um resumo dos acontecimentos da semana, manifestando uma visão de cidade monótona e entediante.

Os acontecimentos mais palpitantes da semana foram: a moça que engoliu uma bola de golfinho quando abriu a boca, cheia de espanto, por ver o namorado jogar tão bem; a excursão de Manoelina de Coqueiros (em caráter particular e não de santa) ao Instituto "Raul Soares"; o burrinho sábio do Circo Queirolo, que não tinha graça nenhuma e por isso fazia concorrência ao

palhaço; a ressurreição de "Ben Hur"; sob os auspícios do Instituto Histórico; e uma frase nova da gíria: "Diz isso melografado". No mais, nada de novo na frente ocidental. (Barba Azul, 17 jun. 1931, p.11, grifo nosso)

Enquanto a coluna "A Cidade" observa o progresso da estrutura física da cidade como o ápice da modernização, inclusive do modo de vida na cidade. Sobre a crônica publicada em 06 de dezembro de 1938, Chacham (1994) aponta a função da presença de "A Cidade" na *Folha de Minas*, "desvendar a realidade, futura e presente, das aparências passadas da cidade, da sua imagem de "província", passa a ser tarefa constante da coluna "A Cidade", que se empenha em mostrar e propagar – revelar – o lado metropolitano da cidade" (Chacham, 1994, p.116).

Ao contrário das colunas de Carlos Drummond de Andrade no início da década de 1930, esta coluna se propõe a projetar uma imagem de cidade moderna, ancorada, sobretudo pela expansão urbana, que a coloca efetivamente como metrópole. Como apresentado na crônica do dia 11 de dezembro de 1938, quando o assunto é a vista aérea da cidade de Belo Horizonte e o crescimento dos bairros ao redor do perímetro urbano, o que pode ser confirmado pelas obras de expansão da cidade, que ainda em 1928 as registram as intervenções para atender à demanda do crescimento urbano para fora dos limites da Avenida do Contorno<sup>22</sup>.

A crônica publicada em 18 de outubro de 1938 em "A Cidade" reclama a falta da publicação de uma revista compatível com o grau de desenvolvimento alcançado por Belo Horizonte, revelando logo no início da crônica o sentimento que move a escrita da coluna. "Este cantinho está se tornando ditirâmico, porque não é possível comentário sobre Belo Horizonte que não seja uma exclamação de espanto e entusiasmo, diante do seu progresso assustador e incessante" ("A Cidade, 18 out.1938, p.03). Assim, pode-se perceber que "A Cidade" projeta para Belo Horizonte uma imagem de metrópole no auge da modernidade pela expansão urbana mas, conforme aponta Chacham (1994) contraditoriamente também apresentada como cidade não mais burocrática, mas ainda monótona, que "conserva as mesmas coisas de fazer todos os dias" (p.117). Nesse sentido a imagem da vida social belo-horizontina se aproxima da imagem projetada pelas crônicas de Antônio Crispim e Barba Azul, mostrando uma Belo Horizonte provinciana e entediante, a despeito da estrutura física concebida para a cidade. E aí que estas colunas se diferem de "Saudades daqueles tempos"

---

<sup>22</sup> Em fevereiro de 1928, o Departamento de Eletricidade inaugura uma nova linha de bondes, com 1800 metros de extensão, ligando os bairros Calafate e Gameleira.

que ao abordar a vida social da época de sua escrita considera a cidade no auge da modernidade e do ritmo febril da vida urbana, reclamando uma tranquilidade que não se encontra mais no cotidiano.

Cabe ressaltar que os espaços construídos pelos autores são essencialmente diferentes, em função da inserção social do autor e das características do jornal que o veicula. Noronha Guarany, habitante dos primeiros anos da cidade, advogado e, em 1928, cronista do *Estado de Minas*, primeira experiência de jornal empresa de longa duração. O jornal *O Estado de Minas* surge em 07 de março de 1928, com o intuito de fazer em Belo Horizonte um jornalismo centrado na idéia da modernidade jornalística e tendo a informação como prioridade.

Carlos Drummond de Andrade era funcionário público locado no órgão oficial do Estado, o *Minas Gerais*, que, conforme aponta Linhares (1997), possuía uma pauta variada, que ia além das publicações de leis, decretos e decisões relacionadas ao Estado. Esta publicação, cuja produção foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1898, tem o mérito de ser o primeiro jornal diário a circular na nova capital, a partir de junho de 1899, cerca de um ano e meio depois da inauguração da cidade. De acordo com Linhares (1997), no ano de 1903 foi votado na Câmara dos Deputados uma emenda legal que permitia ao governo “modificar o *Minas Gerais* de modo a dar-lhe feição exclusivamente oficial” (p.60), mas que não obteve aprovação do legislativo, continuando o veículo a ser caracterizado como jornalístico, além de tratar dos assuntos oficiais. Apesar da aparente neutralidade no aspecto político-partidário desse diário que é o órgão oficial do Estado, a pesquisa demonstra parcialidade no tratamento das questões políticas<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Observe-se a manchete do dia 1º. de janeiro de 1930: “A solidariedade de Minas e do país com a atitude do Presidente Antônio Carlos – Perdura no ambiente carioca a intensa vibração cívica despertada pela recepção dos candidatos liberais” (*Minas Gerais*, 1º. de janeiro de 1930, p.05).

# MINAS GERAIS

ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

ANNO XL	ASSIGNATURA	BELLO HORIZONTE	VENDA AVULSA
428000	Quarta-Feira, 17 de Junho de 1931	Numero do dia.....	200 réis
228000	REDAÇÃO: AVENIDA PARAÍPEBA, 270	Numero atrasado.....	300 réis

## A NOSSA CAMPANHA ECONOMICA

O trabalho de reconstrução da riqueza e do credito do Estado prosegue em todos os municipios, onde o governo está encontrando diariamente o apoio de novas e valiosas iniciativas

### Comissão Central da Campanha Economica

Conforme noticiamos, realizou-se domingo ultimo, ás 14 horas, em um dos salões da Secretaria da Agricultura, a vigesima terceira reunião da Comissão Central da Campanha Economica. A sessão foi presidida pelo sr. dr. Theophilo Ribeiro, tendo comparecido mais os srs. Amaro Lahrari, Juscelino Barbosa, José da Silva Brandão, Antonio Gonçalves Gravata, Socrates Alvim, Benedito de Azevedo Coutinho, Sylvio Barbosa, José Geraldo Maximiliano, coronel Luis Fonseca, major Herculanio Assumpção e Hildebrando Clark.

Expediente — O sr. dr. Juscelino Barbosa, tendo comparecido ás reuniões de 17 de maio e 7 do corrente, pediu fossem rectificadas as respectivas actas, que omitiram o seu nome na relação das pessoas presentes.

O sr. coronel Luiz Fonseca encaminhou á Mesa uma copia da nota da ultima reunião da sub-comissão da Campanha Economica do Estado, bem como uma relação de officias e praças que subverceram listas de obrigações do Thesouro de Minas.

Alcool-motor — O sr. dr. Amaro Lahrari communicou á Casa que o governo do Estado, tendo examinado cuidadosamente o memorial subsidiando os estudos relativos á installação de distillarias para a fabricaçao do alcool-motor, havia resolvido abrir o necessario credito para a montagem da primeira distillaria, a ser installada provavelmente em Divinópolis ou suas immedições. Os detalhes para essa installação vêm sendo cuidadosamente estudados, esperando-se que dentro de breves dias seja expedido o decreto nesse sentido.

Essa communicação foi recebida com grande enthusiasmo, tendo a Casa se congratulado com o governo mineiro, na pessoa do Ilustre Secretario das Finanças, pela auspiciosa medida que tão grande impulso vira imprimir á economia mineira.

Industria do porco em Minas — O sr. coronel Socrates Alvim submetteu á Casa o seguinte memorial, relativamente á industria da banha e outros derivados do porco:

Ha 10 ou 12 annos passados, a industria do porco era bem mais importante em Minas. As fabricas de banha e salmão distribuíam-se pelas zonas Triangulo, Sul, Oeste, Centro e Matta.

Hoje, ao Sul do Estado desaparecem quasi por completo. Em alguns pontos algumas fazendas paulistas vizinhas e fecharam outras.

Na Matta, resta uma boa fabrica em Juiz de Fora. No Centro, ha uma em São João e 2 boas fabricas em Belo Horizonte. No Triangulo Mineiro funcionam 2 fabricas, em Araguay e Uberlandia. Somente na zona Oeste do Estado a industria vem resistindo á debacle. Existem fabricas em Abaeté, Pitangui, Itapericica, Campo Belo, Formiga, Bambuí, etc.

As causas de decadencia dessa industria em nosso Estado não foram ainda convenientemente elucidadas. Ha quem attribua o phenomeno ao facto da tributação fiscal e á exorbitancia das tarifas ferroviarias. Attribuindo ao facto em referência da Comissão Central da Campanha Economica, o dr. Flavio Dias propoz incoherente por essa explicação. A mim parecia que o mal devia ser attribuído ao criterio anti-proteccionista da tributação fiscal, mais preada para os productos elaborados e mais leve para a materia prima. A Comissão Central da Campanha Economica resolveu que a sub-comissão de Agricultura estudasse o assumpto, indicando medidas capazes de solucionar o problema. Encareguei o proprio dr. Flavio Dias do exame da questao, em sua face voltada para o Sul de Minas. Conclui-me o estudo relativo ás zonas Centro e Oeste do Estado.

Na impossibilidade de ouvir, no momento, os industriais banhateiros, auctoridades na materia, orientei do seguinte modo as demarches. Fui á fabrica do sr. coronel João da Cunha, situada em Aradães, subchefe do distrito Capital, e procurei de informos necessarios. A fabrica em Aradães, sendo uma das mais importantes de Minas, exporta, porém, muito pouco. Prefere fornecer ao pro-

prio mercado local. Em 1890 esse estabelecimento abateu 7.391 capados, com o peso liquido de 716.299 kilos. Abateu-se de porcos gordos na região Centro-norte, servida pela E. F. Central, na zona Oeste, servida pela Rede Mineira de Viçosa. Tres quartas partes desse abatecimento vem do Oeste de Minas.

Recbee-me com extrema gentileza o aedeantado industrial sr. João da Cunha, fornecendo-me os dados existentes na fabrica. Fiquel sabendo que os capados da zona Oeste apresentam o peso liquido de 100 kilos, aproximadamente. O seu rendimento na banha é de 50 %, de 30 % em carne salgada e 2 a 6 % em miúdos.

O preço corrente de capado regula 308000 por arroba ou 2080000 por animal abatido. A carne salgada alcança, no Rio, 28200 a 28400 por kilo, o toucinho, 28000, a banha cerca de 38000 os miúdos mais ou menos 18000.

De posse desses informos, dirigimo-nos escriptorios da Rede Mineira de Viçosa, onde se me forneceu em dois tempos os dados hierarchicos que solicitei. Obtive, depois, na Secretaria das Finanças, a pasta de junho, ficando, assim, habilitado á execução da primeira parte deste estudo, que procurarei ampliar oportunamente, ouvindo sobre o assumpto fabricantes, porqueiros e criadores, que terão de dar á ultima palavra sobre o impressionante phenomeno da decadencia da exportação porcina em Minas Geraes.

Com o fim de comparar os fretes cobrados no transporte do porco vivo com os que incidem sobre os productos derivados, figurei uma partida de 300 capados, correspondentes a um trem especial da Rede, hypothese em que se applicam tarifas simples e relativamente modicas. Admitti o peso liquido de 160 kilos para cada capado, e o rendimento médio de 50 % em banha, 30 % em carne e 5 % em miúdos.

**Tarifas**

Tonel Bambuí para meus calculos, centro de exploração porcina, distante 550 kilometros de Barra Mansa, destino figurado para a exportação de capados e productos derivados. As tarifas da Rede, para porcos adultos nesse percurso, indicam o frete de 178000 por animal. No mesmo percurso a banha paga 1278500 por tonelada, a carne salgada e o toucinho 1063500, os miúdos frescos 425500. Ha pequenas taxas adicionais que não influem nos calculos. O frete de porcos vivos está calculado para especial lotado (10 wagons com 300 porcos).

**Imposto de exportação**

I — Sobre o porco: A pasta de junho estabelece o valor official de 1608000, a taxa "ad-valorem" de 5 %, com o imposto a cobrar de 80400 por porco. Existem ainda a taxa de viação, de 2 % sobre o imposto, e a taxa de estatística, de um real (800) por kilo de mercaderia de qualquer especie exportada. As frações de menos de 800 arrodozadas-se para cem réis.

II — Sobre derivados: Carne salgada — A pasta estabelece o valor official de 28200 por kilo, a taxa "ad-valorem" de 3 %, com o imposto a cobrar de 8079 por kilo. Mais as taxas de viação e estatística, respectivamente, de 2 % e um real por kilo, como no caso anterior.

Banha e miúdos — Estes productos não pagam imposto de exportação, estando sujeitos apenas á taxa de estatística e á de viação, ambas insignificantes, como ficou dito acima.

Toucinho — Para o toucinho a pasta official estabelece o valor de 28700 por kilo, a taxa "ad valorem" de 3 %, imposto a cobrar 8672. Mais as taxas de viação e estatística, como nos outros casos. As frações mínimas são sempre de 100 réis.

**Aplicando os dados**

Frétes: Dos capados — O transporte de 300 cabeças de Bambuí a Barra Mansa (550 kilometros), a 178000 cada capado, importa em 51008000.

Dos productos — 15.600 kilos de banha, a 1278500 por tonelada, são ... 1.9728500; 9.000 kilos de carne salgada,

1.068300, são 4508700; 1.500 kilos de miúdos, a 425500 por tonelada, são ... 638250. Somma, réis, 2.9338000.

Impostos: Sobre os capados — 300 capados a 85000 "exportação" 85000, "viação" ... 2700, "estatística" 2300 cada um, réis, 2.5508000.

Sobre os derivados — 9.000 kilos de carne salgada ("exportação" a 8079 por kilo, 718000; "viação", 2%, 142000; "estatística", 1 real por kilo, 90000) réis, 7348300. 15.000 de banha e 1.500 kilos de miúdos ("estatística", a 1 real por kilo; "viação", como 108500 mais 8000 mais 8300, réis, 178100. Total, rs. ... 25184000.

**Consequencia**

Do exposto se vê que o mal não está na tributação anti-proteccionista que eu suspeitava. Comparado o imposto de exportação incidente sobre os productos derivados do porco com o que onera o porco exportado vivo, verifica-se que aquelle representa 26,9 % de mais. Menos de 1/3 do imposto cobrado sobre a materia prima. A tributação fiscal é, pois, proteccionista da industria estadual. Potentemente proteccionista.

Embora orientado no sentido proteccionista, não posso, assim, o regimen fiscal cobrado o desenvolvimento industrial pela applicação de taxas desmesuradamente elevadas. Será esse o nosso caso? Vejamos.

**Valor da producção exportada**

15.600 kilos de banha, a 38000 por kilo, 45-0080000.

9.000 kilos de carne, a 28000 por kilo, 251-808000.

1.500 kilos de miúdos, a 14000 por kilo, 1-5060000.

Valor total, 60-9080000.

**Tributação, por cento**

Sabendo-se que o industrial teria de pagar sobre essa partida de productos destinados ao commercio inter-estadual imposto de exportação de rs. ... 7518400, como se demonstrou acima, verifica-se facilmente que a tributação "ad-valorem" resultante sobre a exportação dos productos industriaes do porco, no caso de Minas, é de 1,17 % em media. Evidentemente esse tributo não pôde resistar pelo phenomeno cujas causas estamos procurando.

**Quanto ao transporte**

Já vimos que os productos figurados teriam de pagar pelo seu transporte, de Bambuí á estação de Barra Mansa, em 550 kilometros de percurso, a importância global de rs. 2.9338000. O frete representa, no caso, 4,20 % do valor global dos productos. Em media, o frete cobrado regula 3200 por tonelada-kilometro. Por productos, as tarifas são as seguintes: banha, 232 réis por tonelada-kilometro; carne salgada, 193 por tonelada-kilometro; miúdos frescos, 77 réis por tonelada-kilometro. E' verdade que não se costuma exportar miúdos por tonelada-kilometro, a não ser para o preço das tarifas, na pratica.

Embora elevadas essas tarifas, não me parece possam ellas, só responder pela decadencia da nossa industria porcina. As tarifas da Rede, para outros productos de origem animal, são mais pesadas, sem que as respectivas industrias tenham entrado em decadencia. O xarope que paga 193 réis por tonelada-kilometro, o queijo idem, o toucinho 252 réis por tonelada-kilometro, etc. O xarope, o queijo e a manteiga estão supportando o onus do transporte.

Tenho ouvido dizer que o custo da tonelada-kilometro em nossas estradas de ferro regula 8100, para mercadorias communs. Si essa informação for correcta, ha uma boa margem para o barateamento das tarifas na Rede Mineira de Viçosa.

Não convencia de que possa caber grande culpa, no caso da decadencia da nossa industria do porco, no peso das tarifas ferroviarias, ainda que estas me pareçam bastante elevadas. Quando muito, estaremos dentro de um factor que devemos aliar, remover quanto antes.

Precisamos conseguir tarifas proteccionistas para os productos industriaes

mineiros, no sentido da exportação e da circulação no interior do Estado. Para o effeito da exportação, a Rede podia estabelecer tarifas baixas em wagons habilitados. No sentido da nossa importação, devem as tarifas actuaes continuarem as mesmas.

Espero voltar oportunamente ao presente estudo.

O sr. Presidente agradeceu a dedicada cooperação do sr. Socrates Alvim no sentido de elucidar as causas que embaraçam o desenvolvimento da industria da banha em Minas, pedindo que a sub-comissão de Agricultura proseguisse nesse inquriço ao fim de que a questao ficasse perfeitamente esclarecida.

A cultura do algodão no nordeste mineiro — O sr. secretario procedeu á leitura do seguinte appello endereçado á Comissão Central: "Esta cultura que se deveria desenvolver em todos os sectores agricolas do Estado. O norte e o nordeste, porém, são regiões que a cultura de algodão se desenvolve com facilidade. Qualquer que seja a variedade da preciosa malvacea encontra ali optimas condições agro-climaticas para regular o abastecimento e produzir fartas rendas.

Embora orientado no sentido proteccionista, não posso, assim, o regimen fiscal cobrado o desenvolvimento industrial pela applicação de taxas desmesuradamente elevadas. Será esse o nosso caso? Vejamos.

O que é curioso é que só tinham como vehiculo o valete burrinho que, se ja dito de passagem, ainda é, até hoje, o mais de gloriosa tradição, a unica locomotiva para o transporte em algumas zonas sertanejas.

Mas o que é facto incontestável é que o algodão vegeta e produz abundantemente em todos os vales daquelle precioso rincão.

Houve tempo em que reinava o mais accentuado optimismo e enthusiasmo nos lavradores nordestinos, sendo esse ambiente devido a que as coisas lhes corriam favoravelmente — boa terra, bom clima e ausencia completa de agentes destruidores. Naquella zona a cultura do algodão era solida: plantada a semente, a colheita era certa e abundante.

Até, então, porém, só conhecia o algodão arboreo, de procedencia egypcia e cultivado no Brasil (Nordeste) desde os primordios da nacionalidade.

Não tardou, porém, a propaganda das especies americanas e outras do tipo borboeço, de arbustos menores, produções de melhores fibras: alvas, longas e resistentes.

Com o "Big-Ball" e outras variedades foi importada a praga das borboletas — Lagarta rosada e curupirá. Deu-se pouco era manifesto o desastre, pois toda a zona algodoeira estava infestada e os prejuizos subiam a mais de 60%. Manifestou-se o desanimo geral: a produção decaiu sensivelmente.

Restringiram as culturas, uns outros abandonaram completamente a planta que, até então, era o arrimo da modesta familia sertaneja.

Concomitantemente que fui dos escriptorios agricolas do nordeste do Estado (só de Arasaçu) nos annos de 1917 e 1918, fiz o que me foi possivel para reabilitar os animos da lavoura algodoeira, empregando um plano de produção apreciáveis resultados.

As inundações de 1919, porém, vieram pôr termo á minha contribuição, pois tive de me transferir abruptamente para Theophilo Otonari.

Mesmo de longe, entretanto, eu me esforcei pela cultura algodoeira do Nordeste, promovendo a aquisição de sementes seleccionadas e expurgadas e fazendo a distribuição systematica nos lavradores da região. Nunca satisficito com os resultados, apesar de certificados de produção de algodão, em Theophilo Otonari, eu me submettei em Theophilo Otonari a novo expurgo para, então, perfeitamente isenadas de germes nocivos, sem contaminar.

Em 1926 o governo mineiro cortou o serviço agronomico ambulante, o que ficou em resultado uma queda brusca na produção daquelle zona. Só o municipio de Arasaçu, que chegou a produzir 60.000 arrobas de algodão, viu, de 1927 para cá a sua lavoura em franco

decaido no ponto de não mais atingir a 200.000 arrobas.

Levemos em conta os municipios de Brejo das Águas, Grão Mogol, Brasília, Rio Pardo, Tremedal e outros gemações algodoeiras para chegarmos á conclusão de que esse gesto do governo, subtrahindo a assistência tecnica á lavoura preparou um prejuizo ao Estado de mais de 200.000 arrobas de algodão, ou sejam 6.000 contos, sómente no Norte do Estado.

Agora que estamos empenhados na restauração das finanças e na grandeza do Estado, é justo que levemos aos olhos da Ilustre Comissão Economica tão palpante questao.

Ahi vem a época do preparo da terra e da lavoura da sementeira. Achamos que a Ilustre Comissão deveria dirigir um caloroso appello a s. excelsa, o sr. Secretario da Agricultura no sentido de assignar technicos para permanencia nas principaes zonas agricolas do Estado, moverem, nos meses de julho a dezembro de cada anno, uma propaganda systematica da cultura do algodão.

Sendo facultados a esses technicos os meios necessarios para a aquisição de sementes boas, bem como de alguns apparelos simples mas indispensaveis e, ainda, dos ingredientes insecticidas e fungicidas, ficando elles habilitados ao desempenho cabal de tão patriótica missão.

Ao que vimos expendendo poder-se-ia acrescentar com relação a outras culturas que também não representam melhor papel na economia do Estado, como o café, o café, a canna de açúcar, o trigo, o arroz, a mandioca, as frutas, as laticias, a cebola, — tudo isto chamaria a attenção do technico para que elle procurasse divulgar o mais possível e por todos os meios os processos racionais de cultura e aproveitamento de exploração economica enfim.

O período de reconstrução moral e economica. Appellamos, pois, para os dignos do Estado no sentido do aproveitamento das verdadeiras energias e capacidades de que o Estado dispõe e assim, por certo, chegaremos ao fim voltissimo, qual seja o engrandecimento de Minas.

Tomando no devido appello esse communicado, resolveu a Comissão que o sr. secretario de Minas, Sr. Secretario da Agricultura, para a adopção de medidas que se fizessem necessarias.

Feição soja — O sr. dr. Benedito de Azevedo Coutinho communicou que espera algumas informações sobre os resultados da cultura do feijão soja em Minas, afim de dar solução ao pedido feito na ultima reunião pelo sr. dr. Carlos Lopes Junior.

**Caserna** — Relativamente a esse assumpto, o sr. dr. Socrates Alvim informou que a materia está sendo devidamente estudada pelo sr. dr. Flavio de Salles Dias, da sub-comissão de Agricultura.

**Para o resgate da divida mineira**

Relação dos funcionarios que recebem vencimentos pela collectoria estadual do Murahá, e que, por intermedio do collector concorreram com um dia de vencimentos para auxilio do resgate da divida de Minas Geraes:

Miguel Augusto de Castro, collector estadual, 488000.

Americo A. Magalhães Portillo, escrivão da collectoria, 238400.

Dr. Antonio Estalio Monteiro Junior, juiz municipal, 238400.

Dr. Aristides Pereira Lima, promotor de justiça, 208900.

Aleixo G. Araujo Freitas, escrivão do crime, 125100.

Cypriano Flores de Oliveira, carcereiro, 38400.

José Gonçalves Couto, director do grupo da cidade, 168800.

D. Amelia Soares Figueiredo, directora auxiliar, 158800.

D. Gella Villela, professora do mesmo grupo, 108800.

D. Jovita Rodrigues Ferreira, idem, 108800.

D. Jurecy F. Coutinho, idem, 108800.

D. Maria Conceição M. Castro, idem, 108800.

FIGURA 12 — 1ª Página do Jornal Minas Geraes em 17 de junho de 1931. Imagem digitalizada por Celso Travassos em 21/07/2008.







O jornal *Folha de Minas*, onde circula a partir de 1938 a coluna “A Cidade”, inicia sua publicação em outubro de 1934, sob a propriedade da *Sociedade Anônima Folha de Minas* e com a direção inicial de Afonso Arinos de Mello Franco, que iniciou a carreira jornalística no *Diário de Minas* na década de 1920, segundo o escritor Werneck (1992), sob o apadrinhamento do então Presidente de Estado Antônio Carlos. No ano de 1933, a nomeação de um interventor federal para Minas Gerais acirrou a disputa política no Estado e, tendo em vista a decisão do presidente Getúlio Vargas, Afonso Arinos acabou se tornando oposição ao governo e fundando a *Folha de Minas*. Linhares (1997) chama a atenção para a identidade visual deste jornal, que se mantém quase inalterada ao longo de sua existência. “*Folha de Minas* sempre foi e é um dos lídimos representantes da adiantada imprensa mineira. Jornal moderno, tudo se publica. Seções várias e múltiplas, todas cuidadas e selecionadas. Noticiário amplo e perfeito sob todos os aspectos” (Linhares, 1997, p.320). Ou seja, trata-se de uma experiência empresarial que nasce vinculada ao posicionamento político-ideológico, e que propala em seu primeiro editorial uma aparente neutralidade. Na primeira edição da *Folha de Minas*, em 14 de outubro de 1934, o editorial assinado por Afonso Arinos não deixa dúvidas sobre a função do jornal no cenário político mineiro.

Folha de Minas, além do órgão de opinião e de informação completo que tendes sob os olhos, será assim, o clarim das reivindicações mineiras, o baluarte da defesa de Minas, a voz da sua dignidade, do seu prestígio dentro da Federação. O nosso galo brilhante e combativo cantará, todas as manhãs, as cóleras, as alegrias e as esperanças do povo montanhês. (Folha de Minas, 14 out. 1934, p.12)

Ao que o cronista Jair Silva em sua primeira coluna também publicada nesta data complementa:

Qualquer jornal, ao nascer, adota este programa impreciso e vulgar: independente e noticioso. Período que corresponde ao da infância. Depois a experiência e os fatos se encarregarão de colocá-lo junto do governo ou do povo. O jornal mais lido é aquele que descreve com brilho e minúcia o descontentamento popular. Em todo o caso, a reflexão tem agora pouca importância neste momento, parece que o povo está com o governo. A oportunidade é boa para o aparecimento de um jornal. (Folha de Minas, 14 out. 1934, p. 02)

Essas passagens denotam que apesar da aparente neutralidade apontada por Linhares (1997), mostram certa tendência oposicionista. Como a imprensa mineira neste período ainda não havia conseguido se desvincular da questão político-ideológica, o escritor Werneck

(1992) aponta que a propalada independência de *Folha de Minas* não durou muito. Endividado, no final de 1935, *Folha de Minas* passava para as mãos dos bancos oficiais mineiros, ou seja, para o controle do governo do Estado e, conseqüentemente de seu adversário político Benedito Valadares. Afonso Arinos, antigo proprietário do *Folha de Minas*, após a perda do jornal, segundo Werneck (1992), se muda definitivamente para o Rio de Janeiro, retornando a Belo Horizonte apenas como visitante. É um jornal interessante a ser estudado pela estreita relação que mantém com a vida da cidade, à qual dedica a página 03, com crônicas sobre a vida urbana nas crônicas de Jair Silva, Franklin de Salles e especialmente na coluna de crônicas intitulada “A Cidade”, que circula a partir de agosto de 1938. É esta coluna que interessa à nossa análise.

Não é só o tempo que distancia as abordagens destes autores, é a relação deles com a cidade e a inserção social de cada um, dos cronistas e dos jornais nos quais eles atuam, que definem a representação da imagem da cidade que é constituída pelas suas crônicas. Daí que estas crônicas sejam consideradas rastros no sentido apresentado por Barbosa (2007), como inscrições do passado no presente e que nos ajudem a recuperar imagens de uma cidade que se diluem no tempo e que nos dá possibilidades de interpretação de sua vida urbana no período compreendido por este estudo. Neste sentido, a crônica atua como “livro de registros da cidade”, constituindo uma forma de legibilidade urbana.

Por isso, é importante a discussão sobre o jornalismo na sua relação com a vida urbana, não perdendo de vista que o jornal projeta múltiplas imagens da cidade em uma só edição e que cada jornal é destinado a um público determinado. A relação que é proposta ao leitor pelo enunciador construído por cada autor agrega ao texto outras relações implícitas, das formas de ver e dos lugares sociais pelos quais se observa a vida urbana. Ao interpelar o leitor com formas discursivas diferentes observa-se que os enunciadores instituem relações de naturezas diversas com o seu público de leitores, constituindo modos de representação da cidade, atribuindo sentidos ao modo de viver a e na cidade.

## CAPÍTULO 4

### **CADA AUTOR, CADA IMAGEM, UMA CIDADE REPRESENTADA: *CONSIDERAÇÕES FINAIS***

As colunas de crônicas analisadas neste trabalho trazem à tona percepções e imagens sobre a cidade e Belo Horizonte entre os anos de 1928 e 1938. Este período representa a retomada do crescimento da cidade e mudanças na configuração e na relação da imprensa com espaço urbano. São crônicas de diferentes tipos e que constroem diferentes representações acerca da cidade. Neste período, viver a cidade é uma experiência nova para a maioria dos habitantes belo-horizontinos; a vida urbana, a racionalidade e a modernidade propostas ainda no planejamento de Belo Horizonte causam um estranhamento e geram um certo desconforto aos habitantes em relação ao uso dos espaços e aos modos de ocupá-lo.

O jornal impresso constitui o principal meio de informação acerca da vida da cidade neste período. Observa-se a crônica como um espaço mais flexível e mais independente dentro do espaço do jornal, que inicia seu processo de racionalização. Entre 1928 e 1938, observa-se que os jornais belo-horizontinos já se constituem como empresas e o jornalismo como uma atividade profissional, mesmo que em muitos casos secundária. Este processo pressupõe a independência do jornalismo em relação aos atores políticos, o que ainda não acontecia em Belo Horizonte. Esse é o motivo da efemeridade de muitos títulos que entravam e saíam de circulação de acordo com os interesses políticos em jogo.

A partir da observação da cidade de Belo Horizonte nas crônicas dos autores analisados neste trabalho, podemos inferir que a atividade destes cronistas corresponde também, em grande medida, à atividade *flâneur*. Através de uma percepção pessoal são produzidas imagens da cidade que nos servem como indícios de modos de vida e formas de relações sociais presentes nesta cidade.

É interessante observar que Belo Horizonte era uma cidade que tinha um ideal de imagem a ser alcançada. Esta imagem estava prevista desde seu processo de planejamento e construção, cujo empreendimento foi idealizado pelo governo do Estado. Nesse período, a despeito da profissionalização e racionalização da imprensa belo-horizontina ainda havia uma ligação muito forte entre o jornalismo e o poder público estadual. No caso do jornal *Estado de Minas*, onde era veiculada a coluna “Saudades daqueles tempos”, constatou-se uma orientação

política de apoio ao governo estadual. Pode-se inferir que a imagem de Belo Horizonte apresentada por esta coluna mostrava o desenvolvimento urbano da cidade desde os seus primeiros anos de ocupação e sua predisposição ao progresso, corroborando a imagem da cidade que era pretendida pelo Estado.

As crônicas de Noronha Guarany analisadas em conjunto permitem observar o início da ocupação e da vida na nova Capital. Para Guarany, Belo Horizonte em 1928 já era uma cidade moderna, de intensa vida urbana e cultural. São crônicas que remetem à memória da jovem cidade, trechos da história da cidade narradas sob a ótica de um ex-estudante e Direito. Observa-se que nesta coluna o relato nostálgico dos primeiros anos da vida em Belo Horizonte e a adaptação dos jovens estudantes à cidade. A crônica, no caso da coluna “Saudades Daqueles Tempos”, estabelece uma imagem nostálgica da cidade e torna viável identificar nos espaços fixos de sua aparição os traços de uma cidade construídos no alinhavo da memória e veiculado em um jornal que se pretende moderno.

Nesta coluna, Guarany é capaz de fazer nas suas crônicas um registro da história da cidade, por meio do relato de fatos que lhe pareciam banais, cotidianos, mas que dizem muito do modo de vida urbano, dos costumes e tradições da cidade em um espaço jornal racionalizado pela produção jornalística tecnicamente pautada e estruturado em um processo mercantil, mesmo que ainda em fase inicial.

Resgatar a história desta coluna é aprofundar na memória da cidade e de seus habitantes, é perceber como a crônica, enquanto uma inscrição da cidade no jornal se manifesta na reafirmação de uma saudade-identidade de uma metrópole em construção e de um cotidiano marcado, simultaneamente, pela aspiração à modernidade, pelos valores urbanos e cosmopolitas e também, contraditoriamente, calcado em tradições, principalmente religiosas e políticas.

No jornal *Minas Gerais*, a despeito de sua vinculação com a máquina estatal (diário oficial do governo do Estado) observa-se a única discordância da imagem de Belo Horizonte como cidade moderna. Nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade (que era funcionário público), no uso dos pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul observa-se diferentes graus do uso da ironia para tratar os assuntos da vida social belo-horizontina, mas transparece um só sentimento: o de desdém em relação à cidade, o que pode se explicado pelo fato do autor se sentir deslocado, à margem da sociedade belo-horizontina. Para Drummond, Belo Horizonte possuía um cotidiano monótono, com uma vida pacata, com costumes calcados em tradições, inclusive religiosas, vivenciando um período de expansão de sua estrutura física. Tanto no uso do pseudônimo Antônio Crispim, quanto sob a assinatura de Barba Azul o

cronista concentra sua observação nas minúcias das relações sociais estabelecidas no espaço urbano. O que é interessante se observarmos que as crônicas publicadas por Drummond são marcadas pelo sentimento pessoal do autor em relação à frieza das relações sociais no ambiente urbano e denotam uma perspectiva da Capital mineira como uma cidade banal, entediante e desinteressante. É curioso é que esta perspectiva esteja historicamente registrada no *Minas Gerais*, o órgão oficial do Estado que foi o principal responsável pelo empreendimento de construção de Belo Horizonte e o principal interessado no seu efetivo desenvolvimento.

No jornal *Folha de Minas* que nasce como representante da oposição ao grupo governante, que passa para o controle do Estado em seu segundo ano de circulação, a imagem que sobressai das crônicas sobre Belo Horizonte é a imagem desejada pelo seu planejamento inicial, que seria a confirmação do sucesso do empreendimento governamental de mudança da Capital. A imagem que emerge da coluna “A Cidade” é de uma jovem cidade em franca expansão, mas ainda com um sentimento tímido de ser uma grande cidade. Estas abordagens estão separadas por uma década, em um período que a cidade e a prática jornalística passavam por transformações significativas. “A Cidade” tem uma visão progressista e otimista em relação ao desenvolvimento metropolitano de Belo Horizonte.

Não é só a cidade e o jornalismo belo-horizontino que passam por transformações neste período. Pode-se observar também o desenvolvimento das tecnologias presentes no cotidiano da Capital, como os telefones automáticos e seu uso pela população. Em 24 de julho de 1931, Barba Azul narra os acontecimentos decorrentes do início do funcionamento dos telefones automáticos, afirmando que “há um contentamento infantil nas pessoas que inauguraram ontem oficialmente o seu telefone particular (...) Parecia que todo mundo tinha negócios urgentes a tratar.” (Barba Azul, 24 jul.1931, p.10). Na crônica seguinte, Barba Azul deixa de lado a euforia da população com o início do funcionamento dos telefones automáticos e os trotes inocentes e engraçados para criticar, ironicamente uma nova modalidade de trotes que passaram a ser aplicados.

Faço esta declaração porque, de anteontem para ontem, os trotes perderam toda a espiritualidade. Até então, eles tinham uma expressão cordial, afetuosa, meiga. Eram pessoas que se perguntavam se ia chover no dia seguinte ou se o bonde Paraúna é perigoso para a saúde. A gente respondia mandando passear em Sabará, de automóvel. Dependurava-se o fone com simpatia. Passar um trote era um prazer. Ser troteado era outro. (Barba Azul, 26 jul.1931, p.11)

A mudança na intenção e no conteúdo dos trotes, segundo Barba Azul, passaram a perturbar a harmonia dos lares belo-horizontinos.

A pessoa que disca para a casa de um pobre homem, para dizer a mulher que ele a está traindo, naquele mesmo instante, num automóvel verde no caminho da Lagoa Santa, é, positivamente, uma criatura diabólica. O que ela pratica tem um nome feio: chama-se golpe a traição. Nunca se deve golpear um homem pelas costas. Nem pela frente. Nem pelo telefone automático. (Barba Azul, 26 jul.1931, p.11)

Logo, Barba Azul propõe que seja feita uma campanha para a educação desses maus passadores de trotes. O autor revela que sua esperança é que passada a novidade dos telefones particulares os trotes cessem, mas recomenda: “Na dúvida, não atenda!” (Barba Azul, 26 jul.1931, p.11). Observa-se nestas crônicas o impacto nas relações sociais da implantação da tecnologia dos telefones automáticos. Passados alguns anos, os telefones automáticos voltam a ser notícia nas crônicas da coluna “A Cidade” (16 set.1938, p.03), que destaca a importância do telefone na vida de uma cidade contemporânea e reclama da qualidade do serviço telefônico belo-horizontino. Em 30 de dezembro de 1938, “A Cidade” publica um guia de uso dos telefones, ironizando o mau funcionamento dos mesmos: “Atenção – É muita falta de educação discar para os centros telefônicos afim de insultar os funcionários da companhia. Pode acontecer que, nessa hora, a ligação se faça mesmo” (p.03).

Pode-se observar que Drummond acompanha com um certo encantamento o início do funcionamento dos telefones em Belo Horizonte. Enquanto para a coluna “A Cidade” o mau funcionamento dos telefones “é pena, porque, no seu progresso incessante, Belo Horizonte precisa de um serviço telefônico a altura de suas necessidades” (“A Cidade”, 16 set. 1938, p.03). No assunto dos telefones, a ênfase dada por Drummond e pela coluna “A Cidade” pode demonstrar a diferença da abordagem dos assuntos urbanos por estes autores. Drummond critica o comportamento da população belo-horizontina, enquanto “A Cidade” reafirma Belo Horizonte como uma grande cidade com vocação para o progresso, necessitando de um serviço telefônico de qualidade.

As crônicas sobre a cidade de Belo Horizonte constituem-se como apreciação de acontecimentos contextualizados no período entre 1928 e 1938 e que são capazes de produzir imagens do cotidiano da cidade e, principalmente, das relações sociais que se estabelecem em determinado espaço urbano. Desse modo, pode-se observar o imbricamento do jornalismo com a vida social, o que torna possível identificar a partir deste meio as representações constituídas sobre a cidade.

Nosso critério inicial de seleção das crônicas de acordo com os temas *Hábitos*, *Lugares*, *Memória* e *Crítica Social* permitem observar um amplo panorama de imagens da cidade identificadas a partir dos textos e que dão a ver os processos sociais em ação no contexto belo-horizontino do período analisado.

Nas crônicas classificadas na categoria *Hábitos* as imagens identificadas sobre Belo Horizonte mostram uma cidade pacata de costumes ingênuos e muitas vezes parecidos aos de uma cidade interiorana. A crença na milagreira da região de Coqueiros, na zona rural da cidade e a reação dos belo-horizontinos à instalação dos telefones automáticos podem ser indícios da ingenuidade de parte da população belo-horizontina. O *footing* na Avenida Afonso Pena e Rua da Bahia e as idas aos cinemas eram as principais atividades de parte da juventude belo-horizontina daquele período que podem ser identificadas através das crônicas. Em muitos casos, os *Hábitos* narrados nas crônicas sobre a cidade tem inspiração nos costumes e atividades praticadas no Rio de Janeiro, como o jogo de *golf*. Esta inspiração é motivo de ironia nas crônicas escritas por Barba Azul, em virtude da defasagem com que a moda e os costumes cariocas chegam até Belo Horizonte. Uma crítica freqüente que é feita pelos cronistas à vida social belo-horizontina é a rotina, o marasmo e a falta de novidades. Seguem-se as tendências de comportamento cariocas, não se criam hábitos e formas de sociabilidade próprios.

Outro fator importante dos *Hábitos* da população belo-horizontina indicado nas crônicas é sobre o público dos espetáculos teatrais e concertos musicais na cidade. Guarany, em 1928 aponta o interesse dos estudantes em uma famosa companhia de dança hospedada em um hotel da região central da cidade e do alvoroço que a estadia destes artistas provocara na cidade nos primeiros anos do século XX, sobretudo entre o público jovem. Drummond, no início da década de 1930 aponta a existência de um público escasso e desanimado para os espetáculos culturais. A coluna “A Cidade” faz uma crítica mordaz à preferência do público belo-horizontino pelos espetáculos “de circo”, enquanto os espetáculos clássicos não despertavam o interesse do público. A partir da análise dos *Hábitos* da população belo-horizontina deve-se destacar que a observação dos cronistas se limitava a uma parcela da população, que pode ser identificada como a elite da juventude belo-horizontina que tinha à sua disposição as mais diversas opções culturais e cujo convívio era, conforme disse Barba Azul, baseado na frivolidade.

A partir da leitura das crônicas que enquadrámos no tema *Lugares* observa-se que as ruas, avenidas e praças da zona urbana da cidade são o cenário do desenrolar da vida social de uma parcela da população belo-horizontina, que são os estudantes, jovens moças e rapazes de

boa situação econômica. A zona urbana aparece como o lugar que primeiro capta as tendências de moda e comportamento importadas do Rio de Janeiro e dita a moda para o restante da cidade. É nessa região que estão localizados os principais equipamentos de lazer, como teatros e cinemas, bem como os pontos de encontro mais badalados, como os bares e confeitarias. A área central da zona urbana constituía o lugar de trânsito intenso dos bondes provenientes da periferia da cidade, como também concentrava o comércio de gêneros alimentícios e afins, como acontecia nas proximidades da Praça Raul Soares. A figuração dos subúrbios belo-horizontinos nas crônicas ocorre para demonstrar a expansão física dos limites urbanos, pela intensa ocupação dessa área, motivada pelo custo mais acessível dos lotes. O subúrbio também é retratado nas crônicas como o herdeiro da moda e dos costumes já decadentes no centro urbano.

Se as crônicas mostram uma cidade em plena expansão de seus limites, ainda era possível perceber algumas marcas do planejamento proposto para a cidade, como os espaços socialmente delimitados para a ocupação de determinadas classes sociais. A periferia e os moradores da zona suburbana não são assunto comum nas crônicas e aparecem apenas quando os autores observam a crescente expansão do espaço urbano. Isso pode indicar que, assim como identificou Aguiar (2006), os subúrbios cresceram de maneira mais intensa do que a zona urbana.

Em relação à *Memória* da cidade, observou-se que as crônicas que remetem a este tema mostram o desenvolvimento da vida social da cidade, narrando os hábitos e tradições presentes no cotidiano das primeiras décadas da Capital. Neste período, Belo Horizonte é descrita pelos cronistas como uma cidade de jovens estudantes, que movimentavam os bares e cinemas nas horas de lazer. Pode-se indicar que há um sentimento de nostalgia dos autores em relação à experiência urbana nas primeiras décadas de Belo Horizonte. Também infere-se que por ser uma cidade ainda jovem, neste período a Capital mineira ainda não possuía tradições próprias consolidadas, e talvez por isso, Ouro Preto ainda exercesse influência simbólica sobre a memória dos cronistas daquela época.

Ainda em relação ao tema *Memória* é importante observar algumas características das colunas de crônicas selecionadas para este trabalho e a relação de seus autores com as lembranças sobre o desenvolvimento urbano e a vida social da cidade. Em “Saudades Daqueles Tempos”, Noronha Guarany busca nas suas lembranças pessoais um registro nostálgico e sentimental da vida estudantil nos primeiros anos da Capital. No tempo passado entre as datas de suas lembranças e a publicação de suas crônicas no ano de 1928, observa-se mudanças significativas no contexto belo-horizontino. Carlos Drummond de Andrade, no uso



do pseudônimo Antônio Crispim, enfoca as lembranças da vida social e dos hábitos da juventude belo-horizontina a partir de meados da década de 1910. Sob o pseudônimo de Barba Azul, a *Memória* é um tema secundário nas crônicas deste autor. Quando evoca suas lembranças, o faz de modo irônico e localizando-as em meio a crônicas sobre outros assuntos. Em 1938, a coluna “A Cidade” remete-se à memória para discutir a identidade belo-horizontina e demonstrar o progresso urbano. As abordagens destes autores se diferem não somente pela localização temporal de cada escrita, como também pela experiência individual com o espaço urbano e pela intenção de cada um ao escrever a coluna. Neste tema, a relação instituída entre autores e leitores através do texto e o próprio foco da abordagem de cada coluna são características que nos permitem identificar questão do contrato de leitura discutida neste trabalho.

A *Crítica Social* pode ser percebida nas crônicas quando se aborda o desenvolvimento dos bairros suburbanos e a divisão de classes na cidade. Os novos bairros vão surgindo no entorno da cidade e aos poucos passando a ser simbolicamente incorporados ao cotidiano. A principal crônica sobre este tema aborda a vitória da Miss Carlos Prates em um concurso de beleza na Capital, o que colocaria este bairro em pé de igualdade com os bairros tradicionais da cidade e os hábitos dos moradores dos bairros suburbanos, considerados fora de moda na zona urbana. Observa-se que a *Crítica Social* demonstra uma tensão latente entre as camadas da população e um limite claro dos espaços a serem ocupados por cada classe social. É neste contexto que o bonde é apresentado como o local mais livre de convivência entre as classes sociais. Pode-se questionar até que ponto essa divisão dos espaços sociais de acordo com as classes sociais presente no cotidiano da Capital não é fruto do próprio processo de planejamento e ocupação de Belo Horizonte. De um modo geral, as crônicas desta categoria apresentam duas realidades muito distintas na cidade de Belo Horizonte no período analisado.

Pela leitura das crônicas selecionadas não restam dúvidas que o período em que elas foram produzidas representou um momento de consolidação de Belo Horizonte como cidade e de significativas transformações para a prática jornalística local. Observa-se que as crônicas são produtos das relações sociais estabelecidas no espaço da cidade de Belo Horizonte e servem como indícios do passado, marcas de um tempo social historicamente inscritas pela observação dos cronistas. As crônicas permitem localizar e contextualizar essas transformações partindo da memória da cidade para a identificação das mudanças nos lugares, nos hábitos e nas relações sociais.

Nas crônicas sobre Belo Horizonte observa-se que a despeito da identidade que lhe foi projetada, as imagens representadas sobre a cidade demonstram uma contradição entre a

modernidade planejada do espaço físico e a tradição nos hábitos da população da cidade. Posto isso, podemos identificar nas crônicas formas de representações acerca das relações sociais e do espaço urbano. Essas representações constituem imagens diversas e que em alguns casos são contraditórias, permitindo inferir que, se no período entre 1928 e 1938 Belo Horizonte passava por um período de expansão dos limites urbanos e de crescimento populacional, a população belo-horizontina continuava receosa de ocupar efetivamente a cidade e desenvolver novos modos de vida urbana próprios. Ora, adotava-se modos de comportamento inspirados em modelos estrangeiros, que chegam através dos filmes de cinema ou da influência cultural do Rio de Janeiro; ora a vida continuava como nas pequenas cidades do interior, das quais vieram a maior parte dos primeiros habitantes belo-horizontinos.

Quando as crônicas abordam o espaço físico da cidade de Belo Horizonte, de um modo geral, é dada ênfase ao aspecto moderno e cosmopolita, enquanto na abordagem das relações sociais e nos hábitos transparece a tranqüilidade e a tradição. As imagens da cidade contidas nas crônicas, mesmo que em pareçam ser contraditórias, se complementam e permitem compreender a cidade como um organismo vivo, multiforme e em constante mutação. Permitem observar a cidade como um corpo único e que contempla simultaneamente várias ramificações que são constituintes dessa unidade. São imagens que se fazem presentes no período da infância da cidade de Belo Horizonte, trazidas à tona por olhares *flâneur* e que serão marcantes para a consolidação do imaginário e da identidade futura da cidade.

É possível perceber através das crônicas destes autores a cidade emerge em imagens que dizem de um cotidiano que oscila entre o tradicional e o moderno, a intelectualidade e a religião, a tranqüilidade quase interiorana e o desejo de ser uma metrópole cosmopolita. As relações instituídas entre os autores das crônicas e o modo de produção jornalística de cada veículo são indicativos de diferentes relações com a cidade. A vivência que estes autores têm em relação à cidade também emana observações diferentes acerca do urbano. Assim, pode-se afirmar que a crônica é uma forma alternativa de redação pertencente ao gênero jornalístico e que é capaz de atuar como registro do cotidiano. Através de sua leitura é possível perceber as imagens de uma cidade que desvelam as relações estabelecidas entre os cronistas e a cidade e dos moradores com o espaço urbano. É possível através das crônicas identificar a importância do jornalismo na vida urbana daquele período, constituindo imagens da cidade que são assimiladas pelos seus habitantes/leitores e que integram novos elementos à percepção individual de cada um.

Buscou-se observar como o jornalismo e especialmente as crônicas se aproximam do cotidiano urbano e podem constituir imagens e representações acerca da cidade, auxiliando na construção do imaginário e da identidade urbana. Nesta perspectiva, observa-se o desenvolvimento planejado, idealizado para a cidade de Belo Horizonte e sua realidade apresentada pelas crônicas sobre ela. Percebe-se que a despeito de seu planejamento, as expectativas sobre a sua imagem de cidade moderna não se concretizam, em função das tradições herdadas das cidades interioranas e de Ouro Preto, a antiga Capital. Se a estrutura projetada era moderna, a política de ocupação e regulação urbana nas primeiras décadas da nova cidade não foram conduzidas da maneira prevista, o que faz com que a cidade só comece a ser efetivamente ocupada a partir da década de 1920, sendo necessária no final desta década a retomada do planejamento proposto para a Nova Capital.

Espera-se que este trabalho tenha sido capaz de trazer contribuições ao campo da Comunicação, permitindo vislumbrar aspectos da história do jornalismo e de sua relação com a vida social urbana que representam parte significativa da construção deste campo. A nossa intenção é trazer as imagens apreendidas nas crônicas para a discussão no campo da Comunicação, esperando que este gênero jornalístico seja mais e melhor explorado nos estudos desta área.

## CAPÍTULO 5

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: Os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ARRIGUCCI, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1990. Vol. 1. 445 p.

BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. Cap. 2. pp. 271-334

BARBOSA, Marialva. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Maio de 2007, São Paulo. pp. 1-18

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. p. 433-498.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. In: NETO, Antônio F., PRADO, José Luiz A. e PORTO, Sérgio Dayrel. (orgs.) *Campo da Comunicação*. João Pessoa: Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Comunicação, disciplina indiciária*. XVI ENCONTRO DA COMPÓS, Junho de 2007, Curitiba. pp. 1-16.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e Literatura em Convergência*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Unicamp, 1992 p. 9-132

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. A aventura da imprensa. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola & VAZ, Paulo Bernardo (orgs). *Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte 1895 – 1926*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

CHACHAM, Vera. A memória em tempos de demolições. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

\_\_\_\_\_. A memória urbana entre o panorama e as ruínas. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. pp.183-238

CHARAUDEAU, Patrick. O contrato de informação midiático. In: CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: 2006

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEWEY, John. La recherche du public. In: Cometti, Jean Pierre (org.). *Le public et ses problèmes*. Paris: Farrago, s.d

DO RIO, João. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ECO, Umberto. O leitor modelo. In: ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 2002. 2ª edição.

FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e Vida Social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Vera. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *A encenação dos sentidos: Mídia, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Diadorim/Compós, 1995. p. 55-66.

FERRARA, Lucrecia d' Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Bilhete Postal*. Belo Horizonte: CEHC, 1997. Coleção Centenário.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984. p.213-259

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. S.l: Casa da Palavra, s.d. pp. 81-157

JOHNSON, Richard. O que é afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz T. (org). *O que é afinal, Estudos Culturais*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

JOST, François. *Seis lições sobre a televisão*. Porto Alegre: Editora Sulina, s.d. Capítulo 1

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. pp.49-118

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEVIN, Orna Messer. *As Figurações do Dândi: Um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. Capítulos 3 e 4

LIMA, Alceu Amoroso. *O Jornalismo como Gênero Literário*.Rio de Janeiro: Agir, 1969.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp. 1-15

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte 1895 – 1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995. 612 p.

MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito? In: *Geraes – Estudos em Comunicação e Sociabilidade*. Belo Horizonte, n.53, p. 04-15. Dezembro de 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*.São Paulo: Editora Ática, 1989.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*.Petrópolis:Vozes,1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOTTER, Maria de Lourdes. *Ficção e História: imprensa e construção da realidade*. São Paulo: Arte e Ciência, 2003. pp. 17-65

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002. Capítulos 1-3.

NEVES, Margarida de Souza. História da Crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz.(org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para investigações do comportamento humano no meio urbano. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PENNA, Octavio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte 1711-1930*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

PERLONGHER, Nestor. Territórios Marginais. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios. (org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995. pp. 81-116.

PORTELLA, Eduardo. *Língua e Linguagem Literária*. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 96/99, 1996. Rio de Janeiro p.1-17. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>> Acesso em 20 de nov. 2005

QUERÉ, Louis. Le public comme forme et comme modalité d' expérience. In: CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique (orgs). *Le sens du public*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESENDE, Beatriz. A crônica como representação da cidade. IN: \_\_\_\_\_. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora da Unicamp, 1993.

RODRIGUES, Maria Isabel Gomes. *Páginas da Modernidade: o processo de modernização da imprensa belo-horizontina na década de 1920*. Monografia (Conclusão do curso de Comunicação Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Centro Universitário Fumec, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. *A crônica no jornalismo moderno de Belo Horizonte: Estado de Minas, 1928*. Monografia (Conclusão do curso de Especialização em Jornalismo: Práticas Contemporâneas) – Instituto de Educação Continuada, PUC-Minas, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos (org). *As Cem Melhores Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

SOUSA, Jorge Pedro. *As teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002. pp. 12-123

TAVARES, Frederico Brandão. *Na cidade, o fotojornalismo; no fotojornalismo, Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: Ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. pp. 35-82

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): Mediações, Linguagens e Espaços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VÉRON, Eliseo. Cuando ler, es hacer: La enunciación em el discuso de la prensa gráfica. In: VÉRON, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Buenos Aires: Gedisa Editorial, 2004.

WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2003. pp.7-123.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

## 5.1- FONTES

A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 20/08/1938. p.03

A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 24/08/1938. p.03

A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 27/08/1938. p.03

A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 28/08/1938. p.03



A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 07/09/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 09/09/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 16/09/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 22/09/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 05/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 09/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 12/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 13/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 18/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 21/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 22/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 23/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 25/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 29/10/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 01/11/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 07/11/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 13/11/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 02/12/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 08/12/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 11/12/1938. p.03  
 A CIDADE. *A Cidade*. FOLHA DE MINAS. Belo Horizonte: 30/12/1938. p.03

BARBA AZUL. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 08 e 09/06/1931. p.13

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 10/06/1931. p.11- 12

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 17/06/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 18/06/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 22 e 23/06/1931. p.13

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 13 e 14/07/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 20 e 21/06/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 23/07/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 24/07/1931. p.11

\_\_\_\_\_. *Um minuto, apenas*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 26/07/1931. p.11

CRISPIM, Antônio. *Do frio que chegou*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 23/03/1930 p.07.

\_\_\_\_\_. *Entre o batom e o livro*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 27/03/1930 p.10.

- \_\_\_\_\_. *A música da cidade*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:18,19 e 20/04/1930 p.11.
- \_\_\_\_\_. *Elas voltaram*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:21 e 22/04/1930.p. 06
- \_\_\_\_\_. *Kodack*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:23/04/1930.p.08
- \_\_\_\_\_. *De circo, de cinema*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:26/04/1930.p.08
- \_\_\_\_\_. *O Baile sob o holofote*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:01/05/1930 p.12.
- \_\_\_\_\_. *Ficar em casa*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:02/05/1930. p.6
- \_\_\_\_\_. *Bicho Tutu*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:03/05/1930. p. 09
- \_\_\_\_\_. *A avenida ao sol*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:05 e 06/05/1930. p.10
- \_\_\_\_\_. *Amigos do verde*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:07/05/1930.p. 08
- \_\_\_\_\_. *Família no bonde*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:10/05/1930. p. 12
- \_\_\_\_\_. *Até amanhã, jardim*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte:25/05/1930.p. 11
- \_\_\_\_\_. *Outubro em Barbacena*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 27/05/1930. p. 13
- \_\_\_\_\_. *Da velha cidade*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 25 e 26/06/1930. p. 12
- \_\_\_\_\_. *Os dedos sobre o teclado*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 17/05/1931 p.14.
- \_\_\_\_\_. *Voltar*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 21/05/1931. p.09
- \_\_\_\_\_. *Coqueiros*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 22/05/1931. p. 09 e 10
- \_\_\_\_\_. *Caminho do céu*. MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 24/05/1931. p. 12
- \_\_\_\_\_. *A poesia na mala* . MINAS GERAIS. Belo Horizonte: 28/05/1931. p. 11.

NORONHA GUARANY. *Saudades daqueles tempos*.O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 09/03/1928. p. 08

- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 18/04/1928.
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 08/05/1928.p. 02
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 23/05/1928.
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 12/06/1928. p. 02
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 02/10/1928.
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 30/10/1928.
- \_\_\_\_\_. *Saudades daqueles tempos*. O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 11/09/1928.

O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 07 de março de 1928.

O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 09 de março de 1928.

O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 13 de março de 1928.

O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 27 de março de 1928.

O ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 12 de setembro de 1928.

*Caderno comemorativo dos 80 anos do Estado de Minas.* ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: 07 de março de 2008.